



# História antiga



# História Antiga

Thiago do Amaral Biazotto  
Marcelo Leandro de Campos

© 2017 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

**Presidente**

Rodrigo Galindo

**Vice-Presidente Acadêmico de Graduação**

Mário Ghio Júnior

**Conselho Acadêmico**

Alberto S. Santana

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Cristiane Lisandra Danna

Danielly Nunes Andrade Noé

Emanuel Santana

Grasiele Aparecida Lourenço

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Paulo Heraldo Costa do Valle

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

**Revisão Técnica**

Carla Patrícia Fregni

Ricardo Amarante Turatti

**Editoração**

Adilson Braga Fontes

André Augusto de Andrade Ramos

Cristiane Lisandra Danna

Diogo Ribeiro Garcia

Emanuel Santana

Erick Silva Griep

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Biazotto, Thiago do Amaral  
B579h História antiga / Thiago do Amaral Biazotto, Marcelo  
Leandro de Campos. – Londrina : Editora e Distribuidora  
Educacional S.A., 2017.  
192 p.

ISBN 978-85-8482-928-6

1. História antiga. I. Campos, Marcelo Leandro. II. Título.

CDD 930

---

2017

Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza  
CEP: 86041-100 – Londrina – PR  
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br  
Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

# Sumário

<b>Unidade 1   História Antiga: fronteiras disciplinares</b>	<b>7</b>
Seção 1.1 - Pré-História e História Antiga: uma morfologia da história	8
Seção 1.2 - Fontes para a História Antiga	20
Seção 1.3 - Historiografia da História Antiga: debates contemporâneos	32
<b>Unidade 2   Crescente Fértil e Extremo Oriente entre as Idades do Bronze e do Ferro</b>	<b>45</b>
Seção 2.1 - Cidade, Estado e escrita	46
Seção 2.2 - Cultura, arte e urbanismo: Egito e Mesopotâmia.	59
Seção 2.3 - Índia, China e Japão.	72
<b>Unidade 3   Mundo Helênico</b>	<b>91</b>
Seção 3.1 - A cidade-estado (pólis)	92
Seção 3.2 - A cultura helênica	106
Seção 3.3 - Alexandre e a formação do mundo helênico	121
<b>Unidade 4   O Império Romano</b>	<b>139</b>
Seção 4.1 - Roma: primórdios, República Romana (509 – 27 a.C.)	141
Seção 4.2 - Imperialismo Romano: escravidão, vida econômica e social	158
Seção 4.3 - O Baixo Império e a Antiguidade Tardia	172



# Palavras do autor

Neste curso de *História Antiga* nos preocupamos em enfatizar a dimensão analítica do trabalho do historiador. Fazer história está longe de ser meramente uma narrativa dos acontecimentos organizada de forma cronológica, mas é, acima de tudo, um exercício analítico sobre a organização e o desenvolvimento das sociedades humanas ao longo do tempo.

Dessa forma, ao falar sobre História Antiga, vamos enfatizar os principais conceitos que estruturam a reflexão historiográfica sobre o tema, desnaturalizando e identificando as elaborações conceituais e os suportes ideológicos que lhe dão base, em outras palavras. Historicizar a atividade do historiador e esclarecer as demandas socioculturais e o horizonte cultural em que sua atividade ocorre, sem a qual é impossível compreender os usos ideológicos da ciência histórica.

Essa questão também reflete diretamente no propósito da licenciatura, que é a formação de professores de História e a capacitação dos mesmos para que trabalhem a capacidade de análise crítica de seus alunos. O objetivo é valorizar um ensino de História que vá além da narrativa dos acontecimentos e estimule a reflexão crítica sobre os processos históricos e as versões produzidas sobre o acontecer humano.

Nossa trajetória busca dar uma visão panorâmica dos debates mais recentes sobre a Antiguidade, que incluem reflexões sobre urbanização e espaço público e um olhar voltado às figuras sociais tradicionalmente marginalizadas: mulheres e escravos, por exemplo. Também optamos por privilegiar a produção acadêmica brasileira sobre o tema, pois os estudos sobre História Antiga se desenvolveram muito no Brasil nos últimos anos e estão gradativamente conquistando projeção internacional.



# História Antiga: fronteiras disciplinares

## **Convite ao estudo**

Nesta unidade, vamos apresentar em linhas gerais algumas questões teóricas e metodológicas que envolvem a pesquisa historiográfica sobre História Antiga, como o processo de construção e a afirmação das periodizações, a análise crítica de fontes documentais e arqueológicas e os principais debates contemporâneos sobre a Antiguidade. Nosso propósito é apresentar uma visão panorâmica e dar alguns exemplos didáticos e práticos. É importante compreender que o aprendizado no campo historiográfico exige um grande volume de leitura, sendo imprescindível familiarizar-se com os textos dos principais historiadores do período e com as fontes mais clássicas a serem estudadas.

Entre os temas abordados, vamos ver como surgem as grandes periodizações com as quais o historiador trabalha. Nosso olhar vai se debruçar sobre a Pré-História e a História Antiga, e como fio condutor da reflexão, vamos utilizar a noção de formas/grandes contextos do professor Norberto Guarinello, da Universidade de São Paulo (USP). Em seguida, nosso foco se dirige ao contexto histórico em que ocorre a formulação das noções de Pré-História e História Antiga, entre os séculos XVII e XIX, chamando atenção para o caráter eurocêntrico dessa periodização.

# Seção 1.1

## Título da seção

### Diálogo aberto

Quando falamos em grandes divisões da História, como a Pré-História, História Antiga ou História Contemporânea, é importante lembrar que elas refletem percepções do passado que são próprias de uma época específica. Em outras palavras, a maneira como o historiador trabalha também está sujeita ao horizonte cultural de seu tempo.

Imagine que você é um professor de história para alunos do Ensino Médio; sua tarefa é trabalhar com eles a noção de “forma” ou de grandes contextos históricos, proposta pelo professor Norberto Guarinello. Na bibliografia deste livro, você pode acessar o trabalho do professor sobre morfologia da história. Recomendamos que leia o texto e busque identificar os principais pontos do conceito e seus usos no trabalho do historiador. Com base em seu estudo sobre este tema, encontre uma maneira didática de explicar o conceito para seus alunos; uma boa estratégia é estimular o entendimento a partir de exemplos retirados de seu próprio contexto histórico, de sua realidade social.

Assim, a noção de periodização pode ser adquirida em um exercício prático em que o aluno é convidado a dividir a história de sua vida em períodos (infância, pré-adolescência, adolescência etc.), identificando o que existe de “específico” em cada uma dessas divisões. O conceito também pode ser mais bem apreendido com base em noções históricas mais familiares para o estudante, como a História do Brasil e sua clássica divisão em história colonial, imperial e republicana. Esse processo pode ser enriquecido com uma apresentação de *slides* e com algum tipo de atividade, individual ou em grupo, em que o estudante, partindo da noção de periodização, possa compreender a ideia de “forma” e suas generalizações.

## Não pode faltar

Nesta seção, estamos enfatizando duas noções fundamentais em História Antiga: a primeira é de que dividir o tempo em unidades específicas (eras, idades), que facilitem o trabalho analítico, é uma operação historiográfica básica, no entanto, ela comporta uma série de limites e problemas, pois à medida que se naturaliza e se generaliza excessivamente a partir dela deixa de levar em conta toda a complexidade que envolve a história das sociedades humanas. A segunda noção é ter sempre em mente que o trabalho do historiador (sua análise sobre o passado) sempre está condicionado pelo seu próprio momento histórico, seu presente, ou seja, a forma como as sociedades refletem e analisam o passado sempre revela muito sobre suas preocupações e visões de mundo.

Quando falamos em grandes divisões da História, como Pré-História, História Antiga ou História Contemporânea, é importante lembrar que elas refletem percepções do passado que são próprias de uma época específica. Em outras palavras, a maneira como o historiador trabalha também está sujeita ao horizonte cultural de seu tempo.

**A história é filha de seu tempo e cada época ou momento produz sua própria representação do passado”; as verdades produzidas pela história são relativas, provisórias, são verdades de e para sua época. (GUARINELLO, 1996, p. 12)**



### Assimile

O olhar do historiador sobre o passado nos revela muito sobre seu próprio presente.



### Exemplificando

A divisão clássica da História Universal em Pré-História, História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea é relativamente recente. No século XVI era comum, entre os historiadores europeus, uma divisão conhecida como sistema dos Quatro Impérios: a origem da civilização começava com o primeiro grande império conhecido, a Assíria. Em

seguida, estudava-se os períodos dominados por Pérsia, Grécia e Roma; como a maioria das monarquias europeias se consideravam, de alguma forma, herdeiras do Império Romano, como era o caso do Sacro Império Romano-Germânico, para estes historiadores, a dominação romana estendia-se até seu presente (GLYN, 1963).

A história, enquanto produto do trabalho do historiador, constitui um jogo interpretativo que envolve teorias, documentos e grandes generalizações. O processo de generalização, por parte do historiador, envolve vários graus, um deles é a periodização, o exercício de identificar um período que tenha certas características comuns, fazendo que documentos produzidos em uma mesma época possam dialogar entre si. Outra generalização é definir uma sociedade ou uma cultura. Documentos produzidos por uma mesma sociedade também possuiriam a capacidade de dialogar entre si. Assim, se pensarmos em “agricultura no mundo romano”, é possível relacionar documentos (textos e vestígios arqueológicos) de vários séculos diferentes, ao longo de toda a bacia do Mediterrâneo, Inglaterra e Oriente Próximo. Há formas maiores e menores, todas relacionadas entre si.



**Refleta**

As formas/contextos mais amplos, destinados a conferir sentido a grandes períodos da História, são mais inteligentes, porém muito mais arbitrários e tendem a se converter em entidades por si mesmos, quase naturais. Exatamente neste ponto reside o perigo: o historiador não pode entender o passado sem formas, no entanto, precisa estar consciente de sua arbitrariedade, entender com clareza como e por que foram criadas e quais seus efeitos para nossa compreensão do passado, o que abre a possibilidade para produzir visões alternativas sobre este mesmo passado.

O modelo de periodização (de divisão da história) que conhecemos hoje também surge durante o Renascimento (séculos XIV a XVI), embora somente tenha se popularizado e se tornado de uso comum a partir do século XVIII: divide, inicialmente, a história da humanidade em Idades Antiga, Média e Moderna.

Observe que essa divisão comporta claramente uma perspectiva ideológica da trajetória histórica da humanidade: a Idade Antiga vai

dos primórdios da civilização até seu apogeu, a chamada Antiguidade Clássica, retratando claramente o movimento de uma civilização que nasce no oriente (Pérsia, Egito) e vai se deslocando em direção ao ocidente (Grécia, Roma), local em que floresce e atinge seu apogeu. Segue-se um período intermediário (daí o termo Idade Média), em que a unidade política e cultural do mundo clássico é perdida. Já na Idade Moderna acontece um resgate dos valores culturais do mundo clássico e o fortalecimento das monarquias modernas. Perceba que é uma narrativa histórica que busca legitimar estas monarquias, apresentando-as como herdeiras do mundo greco-romano e do ocidente, aqui apresentado como herdeiro das grandes civilizações do passado.

Embora tenha a pretensão de resumir a história universal, essa divisão é claramente eurocêntrica, ou seja, enxerga os acontecimentos mundiais a partir da história da Europa, aqui apresentada como uma espécie de centro do mundo. Essa narrativa é construída durante o apogeu do pensamento iluminista (séculos XVIII e XIX), em que a Europa de fato se considera o grande bastião da civilização e busca legitimar sua hegemonia mundial. Percebemos, assim, que não existem narrativas históricas desinteressadas, todas elas atendem, em alguma medida, demandas sociais e projetos de poder; todas elas estão imbuídas, em alguma medida, de questões ideológicas.

Vejamos como se dá o processo de produção da “História Antiga”: é uma noção desenvolvida por pensadores do Renascimento e pressupunha, ao mesmo tempo, uma ruptura e um resgate cultural entre dois mundos; uma ruptura com uma “história do meio” (daí o termo Medieval) e uma “volta às origens”, a restauração dos laços com um “mundo antigo”. É um processo que diz respeito exclusivamente à história europeia, mas que é aceito e ensinado nos livros didáticos como algo universal e natural.

Em primeiro lugar, o conteúdo ideológico da forma História Antiga não corresponde à realidade espacial, a uma continuidade social ou a políticas efetivas. O mundo greco-romano, por exemplo, encarado como berço da Europa moderna, engloba, por um lado, regiões que em nada correspondem à Europa, como o norte da África ou o

Oriente Médio. Ao mesmo tempo, mais da metade da Europa atual, como a Escandinávia, a Rússia e a Europa Oriental, nunca tiveram qualquer relação com gregos e romanos. Não se trata de projetar a Europa no passado, mas de construir um passado que legitime identidades ideológicas.

Outro problema apontado por Guarinello (2014) em relação às grandes formas contextuais é o de induzir uma falsa impressão de uniformidade. Chamamos, por exemplo, de Oriente Próximo um vasto espaço territorial que não abriga, necessariamente, um tipo de sociedade ou cultura específica, na Antiguidade. Pelo contrário, a região é marcada pela grande diversidade de povos, culturas e organizações sociais. Da mesma forma, ao falarmos em história da Grécia, estamos muitas vezes ignorando a absoluta ausência de uma unidade política ou cultural; a própria formação da identidade grega assume diversos sentidos ao longo do tempo. Atenas e Esparta, embora ambas fossem cidades gregas contemporâneas, são social e culturalmente muito diferentes, por exemplo.

A história de Roma, por sua vez, comporta dificuldades específicas:

**A História da cidade de Roma só faz sentido no contexto de um mundo de outras cidades e impérios. Sua expansão não se deu num vácuo. Podemos perfeitamente considerar que seu Império constituiu-se, não pela força de uma vontade particular e única na História, mas pelas próprias fraquezas e necessidades estruturais do mundo a seu redor. (GUARINELLO 1996, p. 69)a**

Quando pensamos em termos de uma sociedade romana, de uma cultura e economia romanas lideradas por uma sucessão cronológica de imperadores, não estamos abrangendo ainda a multiplicidade que o Império abrigava e as múltiplas histórias que comporta em seu interior.

Desse modo, novamente se faz presente a questão da temporalidade do trabalho do historiador. A História estruturou-se como disciplina ao longo do século XIX, na Europa. É o momento de emergência e afirmação dos Estados Nacionais e a ideia de nação e

a dimensão política da sociedade dominam o pensamento vigente e moldam os olhares para o passado: a Grécia surge na Antiguidade como uma nação politicamente dividida e Roma e a epopeia de um Estado Nacional expansionista (GUARINELLO, 1996), dividida politicamente em um período republicano e outro imperial.

Não se trata, evidentemente, de negar que exista uma História Antiga ou de diminuir sua importância. O objetivo destas reflexões é conscientizar os historiadores sobre os limites de seu labor, seu potencial arbitrário e, sobretudo, da necessidade de transformá-lo, para que, livre de formas que se tornam anacrônicas, possa atender às necessidades do presente.

Guarinello (2014) lista algumas sugestões: abandonar as pretensões universalistas da História Antiga, assumir seu caráter local, específico e romper com a ideia de uma linha de progresso, de uma evolução unilinear. Outra possibilidade interessante é a de projetar no passado as preocupações do tempo presente. Trabalhos recentes mostram o mundo antigo como resultante de longos processos de integração de povos, uma espécie de “microglobalização” que pode oferecer subsídios para pensar problemas de nosso mundo contemporâneo.

A Pré-História tem uma história bem mais recente. Até o século XVIII era dominante na sociedade europeia a versão bíblica sobre a formação do planeta e a origem da vida e do ser humano. Todo esse longo trajeto histórico não teria durado mais que alguns poucos milhares de anos, correspondentes às gerações que teriam vivido imediatamente após a chegada do casal original, Adão e Eva.

Dessa forma, todo tipo de achado do passado era explicado tendo em vista essa pouca espessura de tempo, por exemplo, quando alguns ossos de mamute foram encontrados perto de Londres, em 1715, o antiquarianista John Bagford (1650-1716) sugeriu que os ossos eram restos de um elefante de guerra romano morto pelos bretões (TRIGGER, 1973).

A noção de uma criação repentina do mundo somente foi seriamente contestada pelas ideias de Charles Lyell apresentadas a partir de 1830, que sugeriam a hipótese de que as formações geológicas do planeta haviam se formado lentamente. Essa hipótese abriu caminho para a concepção de Charles Darwin a respeito de uma

lenta evolução biológica (1859) e de uma lenta e gradual evolução do próprio ser humano, caminho que foi sendo alicerçado pelo trabalho conjunto entre arqueólogos e geólogos.

O termo “Pré-Histórico” aparece pela primeira vez na obra do pesquisador francês Paul Tournal, em 1833, referindo-se aos acontecimentos nas sociedades humanas anteriores à invenção da escrita, sentido que se preserva desde então. A partir de 1850, a Pré-História vai se constituindo como disciplina autônoma, com métodos e ferramentas conceituais próprias. A dependência de vestígios de cultura material para elaborar suas formulações faz que o pesquisador da Pré-História, assim como o arqueólogo, concentre sua atenção nas relações entre cultura e tecnologia (TRIGGER, 1973).



### Assimile

O termo Pré-História não foi uma unanimidade, para muitos pesquisadores ele sugere a noção errônea de um tempo anterior à história, o que seria um contrassenso, uma vez que todo o acontecer humano é histórico.

A Pré-História faz mais sentido quando se pensa história em seu sentido mais estrito, de pesquisa histórica. No século XIX, e até recentemente, historiadores se fundamentavam em textos escritos para descrever o passado da humanidade. Dentro dessa lógica, a inexistência de escrita tornaria impossível a reconstituição histórica, ou seja, a pesquisa histórica somente seria possível em relação aos povos que deixaram testemunhos escritos. Além disso, as sociedades ágrafas (sem escrita) não possuiriam, a rigor, história. Estes conceitos passaram a ser fortemente criticados nas últimas décadas, assim, a nova historiografia e, em particular, as escolas de história cultural têm se esmerado em demonstrar que relatos orais e toda forma de cultura material constituem documentos históricos válidos para a pesquisa. Essa nova perspectiva tem permitido, por exemplo, que vários trabalhos recentes se debrucem em profundidade sobre a história das sociedades tribais africanas ou sobre a história dos indígenas brasileiros.

É importante enfatizar ainda que a Pré-História é marcada por relevantes descobertas tecnológicas que impactaram de forma decisiva a trajetória humana, são as chamadas revoluções pré-históricas, que incluem as descobertas sobre o uso do fogo, a

domesticação de animais, as práticas agrícolas e o uso da cerâmica. Escavações arqueológicas em diversos pontos do planeta, como na Turquia, no Peru e na Índia, no conhecido sítio arqueológico de Mohenjo-Daro, revelam que muitas culturas pré-



### Pesquise mais

No Brasil, há dois centros importantes de produção acadêmica sobre História Antiga: o Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA) na USP, em São Paulo, e o Laboratório de História Antiga (LHIA) na UFRJ, no Rio de Janeiro. Em seus sites você encontra material atualizado da produção acadêmica brasileira sobre História Antiga, acesse:

LEIR-MA. Disponível em: <<http://leir.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

LHIA. Disponível em: <<http://leir.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

Sobre Pré-História, não deixe de conhecer o site do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP. Acesse:

MAE. Disponível em: <<http://www.vmptrbr.mae.usp.br/>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

## Sem medo de errar

Como vimos, Gaurinello (2014) define a noção de formas/contextos com base no ato de elaborar generalizações e no jogo interpretativo que o historiador opera para que documentos e fontes históricas possam “dialogar” entre si. Assim, estudar como “Grécia Clássica” nos permite relacionar uma série de documentos que pertencem à mesma cultura ou ao mesmo período histórico, o que evidentemente aumenta seu potencial analítico. No entanto, esse exercício também comporta problemas, pois pode fazer que o historiador se esqueça de levar em consideração as importantes especificidades regionais, por exemplo, apesar de serem parte integrante da Grécia Clássica e de uma herança histórico-cultural comuns, as cidades de Atenas e Esparta têm trajetórias históricas muito distintas, assim como sua organização sociopolítica é muito específica.

Para alunos do Ensino Médio, essa noção pode ser facilmente entendida com base em formas e contextos que integram sua

realidade. Assim, a noção de forma pode ser entendida a partir da realidade de sua cidade. Se você mora em Campinas, é fácil entender que há toda uma realidade social e uma trajetória histórica comum a toda sua cidade. Ao mesmo tempo, no entanto, um bairro central tem uma realidade muito específica e particular em relação a um bairro periférico, facilmente identificável pelo padrão econômico de suas construções, pela composição de sua população etc. Assim, podemos perfeitamente falar em uma trajetória histórica da cidade de Campinas ou de sua situação econômica e social, sem, no entanto, ignorar que esse contexto único tem seus limites e de que na realidade ele engloba toda uma série de minicontextos específicos, constituídos por suas diferentes regiões e bairros. Essa problemática, à medida que expandimos o universo de generalização, somente se torna mais complexa: se formos além da cidade de Campinas, vamos chegar a uma forma chamada Brasil. O estudante pode, então, ser convidado a refletir sobre sua identidade como brasileiro, o que ele tem em comum com habitantes que moram na região Sul ou na Amazônia e o que há de diferente, de modo que possa entender a artificialidade dessas construções e seus limites como instrumento analítico. Finalizando o exercício, o professor pode retornar à Idade Antiga e estimular os estudantes, com base no conhecimento deles do material de sala de aula ou de suas percepções sobre o que viram em filmes ou séries de televisão, a identificarem o que há de comum e diferente em formas como “mundo romano”, “Egito antigo” ou outros contextos sugeridos pelos próprios estudantes.

## **Avançando na prática**

### **Uma morfologia da História do Brasil**

#### **Descrição da situação-problema**

Com base no que foi estudado e considerando o contexto eurocêntrico de criação das noções de Pré-História e História Antiga, é possível utilizar essas formas em relação à História do Brasil?

#### **Resolução da situação-problema**

A Pré-História, no sentido clássico de história das sociedades ágrafas (sem escrita), é tradicionalmente utilizada em relação às sociedades indígenas das Américas de duas formas: na primeira se considera

que os povos indígenas vivem na Pré-História até a chegada dos europeus; na segunda, os povos indígenas são considerados como pertencentes à Pré-História sempre que resistem ou se recusam a interagir com os europeus. Assim, nós teríamos nos dias de hoje, nas profundezas da Amazônia, povos vivendo na Pré-História.

Como já mencionamos, isso constitui um anacronismo, é uma noção já superada a ideia de que somente é possível produzir história tendo como base documentos escritos. Estas sociedades produzem uma série de vestígios materiais que comportam análise histórica e sua cultura e memória são preservadas por meio de uma rica tradição oral que cumpre o mesmo papel da escrita em outras sociedades. Essa nova percepção é resultado de uma forte influência que a antropologia tem exercido sobre a atividade do historiador e pesquisas etnográficas têm se tornando importantes fontes de produção histórica sobre os povos indígenas.

Quanto à noção de História Antiga, hoje é comum que as principais civilizações pré-colombianas (maias, astecas, incas) sejam inseridas neste período. Isso permitiria, a princípio, pensar em uma Antiguidade brasileira, uma vez que pesquisas etnográficas e arqueológicas têm demonstrado que povos indígenas do Acre e do Sul do país tiveram contato com o Império Inca. Merece destaque uma estrada que permitia a comunicação entre o sul e sudeste do Brasil com Cuzco, capital do Império Inca, chamada Peabiru (BOND, 1999).

Há, ainda, um esforço no sentido de demonstrar que civilizações antigas, como os fenícios, cartagineses ou os romanos, tiveram notícias da existência de nosso continente ou até mesmo que chegaram às costas brasileiras. Porém, não há, até o momento, qualquer evidência de que estes povos fossem capazes de cruzar o oceano ou achados arqueológicos que comprovem, de forma inquestionável, sua presença no litoral brasileiro.

## Faça valer a pena

**1.** Leia atentamente a citação que apresentamos a seguir:

A história é filha de seu tempo e cada época ou momento produz sua própria representação do passado”; as verdades produzidas pela história são relativas, provisórias, são verdades

de e para sua época (GUARINELLO, 1996, p. 12).

Diante da citação de Guarinello (1996), podemos afirmar:

I. O trabalho do historiador está sujeito ao horizonte cultural de seu tempo.

PORQUE

II. O olhar do historiador, sobre o passado, reflete as preocupações e a ideologia dominante em seu presente.

Assinale a alternativa que apresenta a conclusão correta a respeito das afirmações apresentadas.

- a) As duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- b) As duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- c) A primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- d) A primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- e) As duas afirmações são falsas

**2.** Guarinello (1996) define a noção de formas/contextos a partir do ato de elaborar generalizações e do jogo interpretativo que. Para que documentos e fontes históricas possam “dialogar” entre si. Assim, estudar a “Grécia Clássica” nos permite relacionar uma série de documentos que pertencem à mesma cultura ou ao mesmo período histórico, o que evidentemente aumenta seu potencial analítico.

Apesar de sua importância analítica, o exercício de generalização e as formas e grandes contextos produzidos comportam uma série de limitações e problemas. Entre eles, podemos citar:

- I. Limitar a interpretação do passado ao horizonte cultural do presente do historiador.
- II. Prejudicar o jogo interpretativo, uma vez que impede que documentos distantes entre si possam dialogar.
- III. Ignorar, pela generalização, importantes especificidades regionais e o grau de complexidade das realidades envolvidas.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

**3.** O termo "Pré-Histórico" aparece pela primeira vez na obra do pesquisador francês Paul Tournal em 1833, referindo-se aos acontecimentos nas sociedades humanas anteriores à invenção da escrita, sentido que preserva desde então. A partir de 1850, a Pré-História vai se constituindo como disciplina autônoma, com métodos e ferramentas conceituais próprias.

Sobre a noção de Pré-História, assinale cada afirmação como verdadeira (V) ou falsa (F):

- ( ) É uma periodização muito posterior à noção de História Antiga. Até o século XVIII pensava-se que o passado da humanidade se limitava à História Antiga.
- ( ) O termo indica que antes do surgimento da escrita não existia história.
- ( ) O termo faz referência exclusiva aos acontecimentos na Europa. Não é possível, por exemplo, pensar em Pré-História no Brasil.
- ( ) O termo foi proposto pelos romanos, indicava o passado anterior à fundação de Roma.
- ( ) É impraticável trabalhar a historiografia sem documentos escritos.

Assinale a alternativa que apresenta a correta sequência de verdadeiro e falso:

- a) V-F-F-F-V.
- b) V-V-V-F-F.
- c) V-F-F-F-F.
- d) V-F-V-F-V.
- e) F-V-V-F-F.

# Seção 1.2

## Fontes para a História Antiga

### Diálogo aberto

Uma das tarefas do professor de História é estimular o senso crítico e a capacidade analítica de seus alunos. Exercícios de interpretação crítica de textos são uma ferramenta importante neste processo.

Imagine que, na condição de professor, você foi encarregado de conduzir um exercício de leitura crítica de texto com seus alunos em relação a algum texto da Antiguidade. Recomendamos, para essa simulação, trabalhar a narrativa de Homero, em *Ilíada*, sobre os motivos que levaram os gregos a entrar em guerra com os troianos. O texto original é de difícil compreensão, cheio de referências à mitologia e história grega, por isso, é importante que tenha contato com ele. Você também pode utilizar com seus alunos um texto adaptado para o público infanto-juvenil, como a *Ilíada* contada por Ruth Rocha ou algum filme com base no texto, como *Tróia*, de Wolfgang Petersen.

De forma resumida, o estopim para a Guerra de Tróia foi o célebre rapto de Helena, esposa de Menelau, rei de Esparta, pelo príncipe troiano Páris. Menelau, ultrajado, teria solicitado o apoio de outros reis gregos para vingar sua honra.

### Não pode faltar

Você provavelmente já ouviu falar em um imperador romano chamado Nero. Esse nome é familiar? Se estivéssemos fazendo uma entrevista e você tivesse rapidamente que responder se Nero foi um bom ou mau sujeito, qual seria sua resposta? É quase certo que você responderia que ele foi mau. Isto acontece porque é assim que Nero aparece retratado em filmes e séries norte-americanas, como em *Quo Vadis*, de 1951. Hollywood, por sua vez, apenas reproduz uma longa tradição literária e artística que retrata Nero como um verdadeiro monstro, um ser desumano que entre diversas de barbaridades ateou fogo na cidade de Roma e queimou cristãos por prazer.

Essa tradição não surgiu por acaso, ela se baseia em três historiadores romanos que escreveram sobre a vida de Nero: Suetônio, Tácito e Cássio Dio. São três autores distintos, escrevendo em épocas diferentes e, apesar de algumas discrepâncias, seus relatos são unânimes em apresentar uma visão muito negativa de Nero. A versão desses autores tornou-se universalmente aceita, sobretudo depois que o Império Romano tornou-se cristão.

Se voltarmos às questões propostas, veremos que esses três escritores têm algo em comum: todos eles pertencem a grandes famílias aristocráticas que tradicionalmente controlam o senado romano. Nero foi um imperador que teve sérios atritos com o senado. Na verdade, ele parece ter se empenhado resolutamente em aniquilar a independência do senado romano. Isso cria um primeiro problema com nossas fontes: todas elas têm um vínculo muito forte com os inimigos de Nero e os três autores, com maior ou menor intensidade, escrevem com a intenção de fazer apologia da instituição senatorial, logo, alguém que se opõe ao senado somente poderia ser retratado de forma negativa. Não chegaram até nós escritos de nenhum escritor romano que elogiasse Nero, o que sempre foi interpretado como uma confirmação de que ele foi mau. Porém, há algum tempo, evidências arqueológicas sugerem que houve um grande esforço para destruir e manchar a memória de Nero, primeiro por parte do senado e, mais tarde, por parte dos cristãos. O palácio construído por Nero, o *Domus Aurea* (Casa Dourada), foi quase completamente destruído por seus sucessores. Por outro lado, há diversos grafites, ou seja, inscrições feitas por populares em muros de casas, equivalente às pichações urbanas de hoje, com elogios à administração de Nero e às suas ações, demonstrando que ele era muito querido entre as camadas mais populares da sociedade romana.



### Exemplificando

Diversos escritos do Período Clássico de Atenas (séculos V-IV a.C.) apresentam um quadro em que as mulheres são completamente excluídas da vida pública da cidade. A mulher ateniense é retratada como sendo completamente submissa ao marido e sua vida é restrita aos limites de sua residência e aos papéis de esposa e mãe. Essa realidade é reafirmada por autores como Aristóteles e Aristófanes, sendo que este último reforça o ridículo que seria a presença feminina em espaços

públicos, retratando essa situação em uma célebre comédia intitulada *A Assembléia de Mulheres* (392 a.C.). A historiadora brasileira Marta Mega, com base em um estudo sobre como as mulheres são representadas em pinturas murais e em peças decorativas, no mesmo período, demonstra que esse discurso não corresponde a uma verdade histórica, como se acreditou por muito tempo: nas pinturas é comum ver a mulher ateniense retratada na rua, no mercado, assistindo ou participando de jogos e reuniões públicas. Segundo Marta, os escritores atenienses retratam uma situação que eles consideram ideal, a de exclusão feminina dos espaços públicos, mas isso não ocorre de fato, como se pode ver nas representações artísticas do mesmo período.

Voltando à questão da leitura indiciária, o historiador precisa estar consciente das demandas políticas e sociais que movem os atores históricos: sempre há uma ideologia e uma classe dominantes que buscam legitimar sua dominação por meio de um discurso favorável. Ao mesmo tempo, essa ideologia e estrutura de poder social é contestada por outras classes, que também elaboram discursos que embasam sua contestação.



## Refleta

Há, ainda, uma questão importante em relação a fontes textuais e arqueológicas: a questão da intencionalidade. Textos, gravuras, escritos em papiro ou em pedra, são feitos para serem lidos, destinam-se a defender alguma ideia, ideologia, sistema social ou religioso, são produções intencionais, destinadas a causarem algum tipo de impressão. Assim, o palácio do rei é feito com uma arquitetura magnífica, imponente, com a intenção de realçar o poder real. Um texto faz apologia de um rei ou de um deus movido por demandas de ordem sociocultural de seu tempo.

Sempre é importante entender o contexto com que a fonte histórica está dialogando. Todas elas partem de uma visão particular, parcial, de sua realidade histórica, e precisam ser corretamente contextualizadas. Mesmo achados funerários como criptas ou sarcófagos, constituem elementos de rituais públicos destinados a transmitir mensagens de cunho simbólico para sua própria sociedade.

Isso não se aplica, no entanto, a todos achados arqueológicos; via de regra, diversos elementos da cultura material, principalmente aquilo que é considerado descartável, são simplesmente abandonados e podem vir a constituir, mais tarde, uma importante fonte de informações “neutras” sobre o passado. Um bom exemplo disso é o sítio arqueológico de Monte Testácio, em Roma. Trata-se de um “lixão” dos tempos romanos,

um morro artificial formado com o acúmulo de ânforas de barro quebradas e acumuladas no mesmo lugar entre os séculos I a.C. e III d.C. Essas ânforas destinavam-se principalmente ao transporte de azeite de oliva. Como o processo de lavagem das ânforas era muito oneroso, era mais econômico substituí-las por novas ânforas de barro, enquanto as usadas eram quebradas e jogadas no Monte Testácio. Estas ânforas tinham inscrições que identificavam o fabricante, tornando-se uma importante fonte de informações econômicas sobre a cidade de Roma. Entre os romanos, o azeite de oliva era muito importante, utilizado como alimento, produto de higiene pessoal e combustível. Calcula-se que cada romano consumia em torno de 6 litros de azeite de oliva por ano. As regiões produtoras de azeite eram principalmente a Espanha (Bética), Líbia, França (Gália) e a própria Itália.

Ginzburg (2002) compara o trabalho do historiador ao de um caçador e de um médico: o caçador, a partir de uma pegada no chão ou de um tufo de pelos presos em um galho de árvore, é capaz de avaliar há quanto tempo um animal passou por aquele local, a direção que está seguindo e até mesmo sua idade e tamanho aproximados. O médico, a partir de indícios como a cor da urina ou o aspecto das fezes, pode avaliar a situação da maioria dos órgãos do corpo de uma pessoa. Assim, um texto, uma imagem, uma foto ou um achado arqueológico constituem, para o historiador, um indício que deve ser analisado por meio de um diálogo com outros achados relacionados com a mesma realidade histórica.



### Assimile

Segundo Ginzburg (2002), por meio da **Leitura Indiciária**, o historiador deve olhar para os vestígios do passado da mesma forma que um investigador examina a cena de um crime, em busca de sinais, vestígios e indícios que lhe permitam reconstituir o que aconteceu exatamente naquele cenário. Ele deve ser capaz de extrair informações importantes de pequenos detalhes, dados marginais e resíduos sem aparente importância.

Vamos, então, utilizar alguns textos como exemplos de leitura indiciária. Iniciaremos com um escrito do Crescente Fértil. Trata-se de uma tabuleta babilônica, aproximadamente de 2.000 anos a.C.:



Lahmu e Lahamu tomaram a palavra e disseram aos deuses, os Igigi: “Outrora, Marduk era nosso filho bem amado, agora ele é vosso rei. Escutai suas ordens”. Eles o repetiram e, todos juntos, disseram: “Lugal-dimmer-ankia é seu nome. A ele confiai-vos”. Quando eles deram a Marduk a realeza, eles lhes disseram seu desejo de felicidade e de atenção: “A partir de hoje, tu, sejas quem cuida de nossos santuários; tudo o que, tu, tu dirás, nós o faremos”. Marduk, então, tomou a palavra e disse estas palavras aos deuses, seus pais: “Acima do Apsu, morada onde vós residis, em sua contrapartida, o Esharra, que acima de vós eu construí, embaixo, para um estabelecimento eu reforcei o solo: eu quero ai construir uma habitação que seja a morada de minha felicidade; no interior, ai quero fundar seu local de culto, ai estabelecer minha câmara santa, ai fixar minha realeza. Quando, vindo do Apsu, vós subirdes à assembleia, que lá seja para vós um lugar de repouso, para vos receber todos. Eu quero dar-lhe por nome Babilônia, morada dos grandes deuses, dentro da qual nós faremos um festival”. A Marduk, seu filho, lhe responderam: “que seja então assim. Sobre tudo que fizerem tuas mãos, quem poderia ter mais poder do que tu? A Babilônia, a quem nomeastes o nome, lá funda para sempre um repouso para nós; que nesse lugar, cada dia, se nos tragam oferendas regulares.” (ENUMA ELISH, tabuleta V)

Marduk é o Deus protetor da Babilônia. O texto descreve uma assembleia de deuses, em que Marduk é elevado ao posto de rei dos deuses. Ele revela, então, o desejo de construir um local na terra em que todos os deuses sejam cultuados e recebam oferendas, dando a este lugar o nome de Babilônia. Estamos diante de um discurso de legitimação, escrito em um momento em que a cidade da Babilônia se expande e adquire importância dentro da Mesopotâmia. Babilônia cresce porque é protegida pelo rei de todos os deuses da Mesopotâmia, escolhida por ele para sediar o culto de todos os deuses. Quem, em sua consciência, vai querer se opor à vontade divina e se opor ao crescimento da Babilônia?

Note que Marduk recebe a condição de rei das mãos de Lahmu e Lahamu, seus pais. Trata-se de deuses sumérios de grande antiguidade.

Ao se declarar filho desses deuses, Marduk busca legitimar a novidade da nobreza babilônica com a autoridade da antiguidade dos deuses sumérios; a Babilônia se apresenta assim como uma espécie de herdeira da cultura suméria. Ao anunciar que a Babilônia vai se tornar um grande centro de veneração de todos os deuses, Marduk está claramente anunciando uma estratégia de cooptação: os povos que se aliarem aos babilônios vão passar a integrar uma grande aliança, sem perder seus privilégios e sua cultura. Pelo contrário, estarão protegidos por uma ordem divina ainda mais poderosa.

Agora, vamos analisar alguns textos greco-romanos relacionados aos exemplos dados anteriormente: a vida de Nero e a situação das mulheres atenienses. Vejamos um trecho de Suetônio descrevendo o início do governo de Nero:

Na ânsia de dar uma ideia mais nítida do seu caráter, após haver declarado 'que reinaria de acordo com os princípios de Augusto', não perdeu nenhuma ocasião de demonstrar a sua liberalidade (liberalitas), sua clemência (clementia) e até mesmo sua amabilidade (comitas). Aboliu ou diminuiu os impostos mais pesados. Reduziu a um quarto os prêmios concedidos aos delatores pela lei Pápia. Depois de ter distribuído ao povo quatrocentos sestércios por cabeça, estabeleceu para os senadores mais nobres, porém sem fortunas, um ordenado anual que montava, para alguns, até cem mil sestércios. E, da mesma forma, às cortes pretorianas, uma ração de trigo anual gratuita. Certo dia em que o convidaram a assinar uma condenação capital, disse: 'Queria não saber escrever!'. Saudou todos os membros das duas ordens correntemente e de memória. Ao senado que lhe endereçava ações de graça, respondeu: 'Quando eu as tiver merecido'. Admitiu o povo nos exercícios no Campo de Marte. Ofereceu numerosíssimos espetáculos de todos os gêneros. Jogos da juventude, jogos do circo, jogos cênicos, combates de gladiadores." (SUETÔNIO apud FUNARI, 2008, p. 86)

Que tipo de informações este texto nos fornece? Suetônio está usando aqui uma estratégia discursiva muito comum: para realçar a maldade ou a decadência moral de alguém, a narrativa começa

destacando como a pessoa era boa no começo de sua carreira. Esse texto lista as virtudes do começo do reinado de Nero. Se lermos com calma essas virtudes, vamos identificar os atributos que Suetônio e o grupo social a qual pertencia valorizavam em um soberano: o respeito à tradição (reinar de acordo com os princípios de Augusto), a redução da carga tributária, a concessão de vantagens financeiras ao senado, o horror à pena de morte, a atitude de modéstia em relação às homenagens do senado, o fato de saber de memória o nome dos senadores e da corte pretoriana e a organização de jogos e de entretenimento para o povo. Perceba que a maioria das virtudes gira em torno de um tratamento de enorme deferência do imperador em relação ao senado: lhe concede vantagens financeiras, trata os senadores com deferência e modéstia e respeita a tradição, tão cara às famílias aristocráticas que controlam o senado romano. Além disso, é capaz de gerir uma eficiente política de “pão e circo”, oferecendo ao povo entretenimento e distração, indispensáveis para manter a harmonia social em uma sociedade tão desigual como a romana.

No momento seguinte da narrativa, em que enuncia seus defeitos, embora Suetônio dê ênfase aos vícios morais, à devassidão e à crueldade de Nero, em um segundo plano, fica evidente o seu pecado capital: ele deixou de respeitar o senado e quer centralizar o poder na figura do imperador. Embora não possamos saber em que medida o governo de Nero foi bom ou ruim, já sabemos com certeza a atitude que manchou para toda eternidade sua biografia: o desentendimento com os senadores e suas famílias aristocráticas.

Agora, um trecho sobre as mulheres gregas:



[...] eu te escolhi e teus pais me escolheram entre outros partidos. E nós cuidaremos de educar nossos filhos da melhor maneira possível, pois teremos a felicidade de encontrarmos neles os defensores e nutridores da nossa velhice. [...] Eu penso que os deuses escolheram o casal que chamamos macho e fêmea a partir de uma reflexão, e para o bem da comunidade. Em primeiro lugar os casais se unem para procriar; depois, entre os humanos, os pais, quando velhos serão alimentados pelos filhos; e como os homens não vivem ao ar livre como os animais, precisam de abrigos. E se os homens querem ter coisas

para trazer para os seus abrigos, precisam fazer trabalhos ao ar livre, de onde se traz o que é necessário para a vida, a agricultura e a criação de animais. E quando as provisões chegam ao abrigo, é preciso alguém para conservá-las. Há outros trabalhos que só podem ser feitos em lugares fechados: cozinhar, tecer e educar as crianças. Ora, como essas duas funções, do interior e do exterior, exigem atividade e cuidado, os deuses tornaram a natureza da mulher própria aos trabalhos do interior, e a do homem própria para os trabalhos do exterior. (...) será necessário que fique na casa, que mande sair o grupo de empregados que tenha o que fazer fora, que supervisione o trabalho daqueles que ficam na casa, que receba as provisões que trouxeram, distribuindo as que precisarem ser consumidas e guardando as outras, cuidando para não gastar as reservas do ano em um mês. Quando trouxeram a lã, deverá cuidar para que tenham roupas para aqueles que precisam. Deverá também cuidar da conservação dos alimentos armazenados. Uma de suas ocupações, e da qual talvez não goste, será tratar dos empregados que adoecerem. (XENOFONTE apud THEML, 1998, p. 88)

○ que nos mostra uma análise discursiva desse texto? Um marido ateniense, chamado Iscomaco, está explicando a Sócrates as instruções que deu para sua esposa. Segundo ele, os deuses decidiram criar uma diferenciação de tarefas entre homens e mulheres: os primeiros destinam-se às lides externas; estas devem se ocupar dos trabalhos domésticos. Há ainda uma ambiguidade interessante: ao mesmo tempo em que deve ser submissa ao marido e ficar presa em casa, a mulher tem um alto grau de autonomia e poder dentro da residência, pois gerencia e supervisiona o trabalho dos empregados domésticos, distribui tarefas e dá ordens. Finalmente, o próprio marido admite que a esposa não vai gostar de algumas de suas tarefas, como cuidar dos empregados doentes.

Alguns elementos discursivos ficam evidentes em uma leitura indiciária: a submissão da mulher ao homem e a divisão de tarefas são justificadas como uma iniciativa dos deuses, não se trata de uma imposição masculina, mas de um mandato divino. É um discurso para legitimar práticas sociais de uma sociedade machista, em que

a mulher é educada para se resignar. Esse modelo, no entanto, contém uma ambivalência perigosa: ao mesmo tempo em que se espera que a mulher seja completamente submissa ao seu marido, também se espera dela que tenha capacidade de gerir e supervisionar os empregados da casa, ou seja, ela dá ordens para outros homens. Isso nos leva ao comentário final, ao admitir que a mulher pode não gostar de algumas tarefas, o homem também está admitindo que sua esposa, afinal de contas, pode não ser tão submissa quanto ele deseja.

Quando observamos as imagens que decoram ânforas, neste mesmo período, encontramos duas situações: a mulher ateniense retratada dentro de casa, entregue às lides domésticas, e a mulher retratada em atividades públicas. Em ânforas do festival anual de Leneias, por exemplo, as mulheres aparecem tocando instrumentos musicais e dançando.



### Pesquise mais

Você poderá complementar seus estudos pesquisando o assunto nas seguintes obras:

BELCHIOR, Ygor Klain. Ordem Imperial e fronteiras, sob Nero, nos Anais de Tácito. **Revista Temporalidades**, v. 3, n. 2, p. 127, Belo Horizonte, ago./dez. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/3117/2319>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

MARQUES, Juliana Bastos. Estruturas narrativas nos Anais de Tácito. **História da Historiografia**, n. 5, p. 44-57, Ouro Preto, set. 2010. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/176/141>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

THEML, Neyde. **O público e o privado na Grécia do VIII ao IV século a.C.**: o modelo ateniense. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

## Sem medo de errar

Como vimos, Homero apresenta como causa da guerra uma narrativa que combina um triângulo amoroso, a honra ultrajada de nobres gregos e o humor sempre variável de seus deuses. É uma narrativa muito esclarecedora sobre os valores e o discurso moralista na sociedade grega da Idade do Bronze, movida por códigos guerreiros

de luta pela honra. Como toda boa ficção literária, a narrativa sempre parte de elementos críveis, assim, para o ouvinte da narrativa (havia poucos leitores nos tempos homéricos, o texto era lido em público), parece convincente a ideia de uma guerra para lavar a honra ultrajada de um rei traído pela esposa. É, ainda, muito provável que haja algum relato real envolvendo embarcações de comerciantes estrangeiros e rapto de mulheres pois é uma situação recorrente em outros escritos, tanto na Grécia como em outros povos mediterrâneos. Para a maioria dos historiadores que se debruçam sobre o tema, porém, inclusive utilizando-se de fontes egípcias e hititas, parece muito mais certo que a guerra contra Tróia tenha feito parte de uma expansão grega pela Ásia Menor ou de uma luta pelo controle das rotas comerciais marítimas nos mares Egeu e Negro, ou ainda uma combinação de ambas.

Como é natural em sociedades que se constituem em torno de uma idealização do guerreiro, este nunca utiliza sua espada para saquear outros povos e ganhar dinheiro, mas é sempre movido por razões mais nobres, seja salvar alguma dama em perigo ou atender algum chamado divino.

## Avançando na prática

### Mito da fundação de Roma

#### Descrição da situação-problema

Ainda na condição imaginária de um professor que trabalha a análise crítica de textos da Antiguidade com seus alunos, você pode sugerir outros materiais para serem trabalhados. Há, por exemplo, o mito da fundação de Roma descrito em Eneida, de Virgílio (veja a bibliografia sugerida). Selecione um pequeno trecho de Eneida para ser trabalhado em classe, enfatize com eles a leitura direcionada a identificar as intenções do autor, as ideias que ele defende e os objetivos de seu discurso (a favor ou contra alguma coisa).

#### Resolução da situação-problema

O texto de Virgílio busca criar para Roma um mito de sua fundação

que esteja à altura do império que a cidade criou. Ele procura, então, criar uma ligação mítica entre a destruição de Troia e a fundação de Roma. Os fundadores de Roma deixam de ser simples camponeses do centro da Itália e se convertem na última geração da nobreza troiana, imortalizada nos poemas homéricos. Como no caso do mito de fundação da Babilônia, estudado nesta seção, há uma preocupação em conceder um status de destino divino ao progresso da cidade, contra a qual nenhum poder terreno pode ir.

### Faça valer a pena

**1.** O historiador italiano Carlo Ginzburg compara o trabalho do historiador ao do detetive. A analogia é de que as fontes históricas devem ser tratadas como a cena de um crime, em que pequenos detalhes marginais, como uma pegada, podem ser importantes para desvendar o que de fato aconteceu. Considere as seguintes afirmações:

- I. Documentos históricos são autoevidentes.
- II. Em relação a um texto histórico, somente é possível saber aquilo que seu autor quis revelar.
- III. Sempre que possível, deve-se procurar cotejar documentos com achados arqueológicos em busca de confirmação das informações prestadas.
- IV. Nenhum documento é isento. Em sua análise sempre, devemos considerar sua intencionalidade.

Em se tratando de leitura indiciária, podemos afirmar que estão corretas as seguintes afirmações:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

**2.** A arqueologia é definida como uma ciência que estuda as sociedades a partir de seus vestígios materiais. Os vestígios abarcam todo tipo de material que tenha sobrevivido, no todo

ou em parte, à ação do tempo: ossos humanos (permitem obter dados sobre idade, condições de saúde, cultura funerária etc.), restos de alimentos (informam sobre os hábitos alimentares de uma população), ruínas de construções, peças de cerâmica, de vestuário, calçados, armas, utensílios domésticos, peças artísticas, moedas etc.

Em relação à arqueologia atualmente assinale a alternativa correta:

- a) É um campo autônomo de pesquisas.
- b) É uma ciência auxiliar da história.
- c) É um campo interdisciplinar, dependente de outros campos.
- d) É uma ciência auxiliar da antropologia.
- e) É um campo movido pelo colecionismo.

**3.** Alguns dos exemplos trabalhados nesta seção, como a vida de Nero ou a situação das mulheres atenienses, retratam situações em que a versão usualmente aceita sobre um dado momento histórico é seriamente contestada por novas análises textuais e novos achados arqueológicos.

A respeito do trabalho do historiador, em termos de leitura indiciária, podemos afirmar que há envolvimento de:

- I. Ênfase na narrativa cronológica.
- II. Leitura crítica dos documentos históricos.
- III. Desconstrução de discursos estabelecidos, com base em uma análise crítica.
- IV. Contextualização dos documentos, situando a intencionalidade dos agentes envolvidos.
- V. Cotejo com outras fontes, como achados arqueológicos, buscando confirmar informações.

É correto o que se diz em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) II, III, IV e V, apenas.

# Seção 1.3

## Historiografia da História Antiga: debates contemporâneos

### Diálogo aberto

De volta à sala de aula, seu desafio como professor de História é trabalhar com seus alunos sobre o caráter histórico de nossas visões sobre o passado, com base em filmes, seriados e até mesmo jogos de computador.

A proposta do exercício é estimular os alunos a fazerem uma leitura crítica de como estes meios de comunicação em massa retratam o passado, ensinando-os a ver, na linguagem de representação do passado, como são representados os valores do momento histórico da produção do filme ou seriado de TV.

Para ser capaz de direcionar este exercício com seus alunos, você deve aprender a conduzir esse tipo de leitura crítica. Experimente assistir algum dos filmes mencionados na seção (*Os 300 de Esparta*, *Quo Vadis*, *O Egípcio*), em seguida, procure identificar outros filmes, séries de TV ou jogos de computador que podem ser utilizados.

Algumas dicas: há uma série de detalhes que podem ajudar a identificar idealizações do passado com base em elementos culturais do presente da produção, desde questões estéticas, como o corte de cabelos e as roupas dos personagens, passando pelo vocabulário dos diálogos, representações de valores morais, religiosos, como os papéis de gênero são apresentados, as classes sociais etc.

### Não pode faltar

Nesta seção, nossas reflexões vão se concentrar no caráter histórico do próprio trabalho do historiador.



## Assimile

Voltamos nosso olhar para o passado, sempre com a intenção de compreender o momento que estamos vivendo. Toda análise de uma situação conjuntural comporta uma reflexão sobre suas origens e seu desenvolvimento até o momento presente.

Basta que você olhe para os temas mais atuais que agitam os telejornais e as manchetes da imprensa e logo identificará os assuntos que criam mais demanda por pesquisa histórica. Nos dias de hoje, por exemplo, há uma grande preocupação com o extremismo islâmico por conta da atuação de grupos como o Estado Islâmico. Se você der uma olhada nas revistas mais importantes do mundo historiográfico ou na grade das linhas de pesquisa dos centros mais prestigiados, vai encontrar um enorme volume de pesquisas dedicadas ao mundo islâmico.



## Refleta

Outras temáticas atuais, como as ondas migratórias que sacodem a Europa, a guerra civil na Síria ou os debates sobre o papel da mulher na política e na economia também se traduzem em uma enorme demanda por pesquisa histórica.

Assim, a evolução do debate historiográfico sobre a Antiguidade tem íntima relação com a própria realidade histórica da sociedade ocidental. Vamos dar alguns exemplos: o historiador inglês Edward Gibbon (1733-1794) escreveu, no período entre 1776 e 1788, sua célebre obra *A história do declínio e queda do Império Romano*. Ela é considerada uma das primeiras pesquisas historiográficas modernas sobre a Antiguidade por duas razões: primeiro porque o autor conduz um amplo estudo comparativo de suas fontes, buscando fundamentar melhor as informações disponíveis sobre o passado e apontando contradições e inconsistências de suas fontes; segundo porque o autor não se limita a fazer uma narrativa dos fatos passados, mas busca oferecer uma análise explicativa dos acontecimentos a partir de dinâmicas políticas, sociais e culturais. Isto constitui uma revolução para a época em que os autores se concentravam na narrativa e, quando buscavam explicar os fenômenos, normalmente o faziam em termos de intervenções divinas sobre o destino da humanidade.

Gibbon (1989) está preocupado em entender as razões que ocasionaram o fim do Império Romano e seu interesse pelo tema

reflete o próprio momento vivido pela sociedade em que vive, a inglesa. No fim do século XVIII, a Inglaterra havia consolidado sua posição como maior potência colonialista europeia. Apesar disso, havia acabado de sofrer uma importante derrota: a independência de parte de suas colônias na América do Norte, que se tornariam os Estados Unidos da América. A independência norte-americana produziu um intenso debate sobre o futuro do Império inglês.

Gibbon, ao analisar o lento processo de decadência e enfraquecimento da estrutura imperial romana, aponta a ascensão do cristianismo como uma das causas do declínio romano. Entre outros fatores, o crescimento do cristianismo teria retirado do serviço imperial importantes figuras da elite romana, que passaram a se dedicar à vida monástica ou à carreira clerical. Sua tese produziu uma enorme controvérsia, mas novamente retrata o momento cultural em que o próprio historiador está inserido. Nascido em uma família anglicana, e após um período de interesse pelo catolicismo, e se rendeu de forma entusiasmada às ideias do Iluminismo e tornou-se fortemente anticlerical. Sua leitura crítica sobre o crescimento do cristianismo no período romano é um importante retrato da crítica iluminista ao monopólio que a Igreja Católica exercia sobre a produção intelectual de então.

No século XIX, em que as grandes potências imperialistas europeias se espalhavam pela África e pela Ásia, o interesse pela situação política do Império Romano se acentua entre os historiadores europeus. Uma leitura fortemente evolucionista da história romana levou ao conceito de romanização, proposto pelo historiador alemão Theodor Mommsen (1817-1903) e pelo britânico Francis Haverfield (1860-1919). A ideia de romanização se debruçava sobre os mecanismos utilizados pelos romanos para impor seus valores culturais aos povos conquistados. Segundo Mommsen e Haverfield, a eficiência do processo de imposição cultural foi um dos principais responsáveis pela consolidação do controle romano nestas regiões e estava diretamente ligada à grande longevidade experimentada pelo Império Romano. A ideia de romanização busca dar conta da colonização romana sobre outros povos da Europa, África e Ásia Menor e sugere uma noção de um império fortemente homogêneo, uniformizado pela imposição dos valores culturais romanos.

Essas concepções tornaram-se muito populares na primeira metade do século XX e influenciaram fortemente boa parte da produção historiográfica sobre o mundo romano. Hoje, nós sabemos

que essa noção tem uma base documental muito frágil e que reflete, na verdade, o horizonte cultural evolucionista dominante entre os intelectuais europeus do final do século XIX. Para eles, a cultura romana era “superior” à cultura dos povos bárbaros, teria se imposto naturalmente, sendo adotada de forma incondicional pelos povos dominados, aqui representados como receptores passivos dos valores culturais romanos. O que está ocorrendo, de fato, é uma clara transposição do esforço europeu para “civilizar” os povos dominados de outros continentes, que se observa no século XIX para o passado romano. A dicotomia “povos europeus civilizados/demais povos não civilizados” é claramente associada à dicotomia romanos versus bárbaros.

Em resumo: essa historiografia reflete uma noção de que coisas como progresso e civilização necessitam da liderança de um império que imponha seus valores a povos mais atrasados. Nessa lógica de legitimação, o conquistador inglês se vê como uma espécie de continuador da obra civilizatória dos romanos, à medida que o Império Inglês se considera um herdeiro da cultura greco-romana.

Essa questão fica ainda mais clara quando olhamos para o movimento historiográfico seguinte: o de crítica do conceito de romanização, como vemos na obra do historiador britânico Martin Millett, *The Romanization of Britain* (1980). A partir de uma forte crítica antropológica das descobertas arqueológicas mais recentes, Millett e os pesquisadores que o seguiram demonstraram que a adoção de uma cultura material romana (modelo construtivo, ferramentas etc.) não podia ser entendido como sinônimo de adoção de sua cultura *in totum* e principalmente da renúncia à sua cultura e identidade originais. Estes autores começaram a desconstruir aquela ideia de um mundo romano homogêneo, destacando as diferenças e particularidades que se observam nas distintas províncias romanas.

Isso abriu caminho para um giro historiográfico ainda mais radical: autores como Richard Hingley, em sua obra *The legacy of Rome: the rise, decline and fall of the theory of romanization* (1996), chama a atenção exatamente para o movimento contrário, das profundas influências culturais que os povos dominados exercem sobre os romanos, modificando seus valores culturais, comportamento social e modelo político (GARRAFFONI, 2008). O melhor exemplo, nesse sentido, é o processo de helenização que os romanos experimentam após conquistarem a Grécia. Apesar de derrotada militarmente e transformada em província romana, a Grécia exerce sobre Roma uma

poderosa influência cultural, pois seu idioma é o mais falado no mundo romano e, além disso, os modelos arquitetônicos, o padrão artístico, a poesia, o teatro e a retórica romana são todos fundamentados em modelos gregos.

Outro exemplo interessante é a verdadeira egiptomania que invade Roma a partir do século I a.C. A fascinação com as misteriosas terras do Nilo é tão poderosa que chegou a ser o estopim de uma importante crise que abalou o Império Romano em seus anos iniciais e que marcou a transformação do Egito em província romana; e as construções egípcias são copiadas em Roma e nas principais cidades romanas; o culto de Ísis espalhou-se por todo Império e por cerca de dois séculos rivalizou, em número de adeptos, com o cristianismo (BAKOS, 2008).

Se observarmos essa onda historiográfica, veremos que ela é profundamente influenciada pelos processos de descolonização que ocorrem na África e na Ásia a partir da década de 1960. As antigas colônias europeias conquistam sua independência e adquirem crescente importância econômica e política, a “periferia” do mundo ocidental torna-se cada vez mais um agente ativo nas relações internacionais. Tudo isso influenciou um novo olhar para a Antiguidade, em busca de processos semelhantes; pesquisadores passam a destacar não só a preservação dos valores culturais locais dos povos dominados pelos romanos, mas sua crescente influência sobre a produção cultural da metrópole.

Movimentos contemporâneos, como o feminismo, também estimularam novos olhares para o passado, buscando lançar luz sobre as relações de gênero no mundo antigo. Da mesma forma, a crescente influência do pensamento marxista sobre os historiadores e uma realidade contemporânea de contradições do capitalismo e conflito de classes vão estimular um rico debate sobre conflitos de classes na Antiguidade e a pertinência de se pensar em um proletariado no mundo antigo.

A questão fundamental desta seção - o debate historiográfico - está condicionada ao horizonte cultural de sua época. Podemos observar na historiografia, em geral, um movimento que se desloca da narrativa dos feitos dos grandes homens, própria de uma história concebida como moralizante, “mestra da vida”, para uma história política, em um momento de afirmação política das nações modernas, em pleno século XIX. Em seguida, sob a influência do pensamento marxista e

da emergência do capitalismo industrial para uma história focada nas dinâmicas econômicas. Também por influência das novas ciências sociais e seus métodos de pesquisa quantitativa, para uma história cada vez mais interessada pelo cotidiano e por grupos sociais tradicionalmente ignorados (trabalhadores, mulheres, crianças). Finalmente, a partir das transformações culturais que dominam o ocidente, a partir dos anos 1960, para uma história cada vez mais interessada e centrada em cultura, representações da realidade, apropriação e produção de valores culturais.

A produção cinematográfica e televisiva sobre a Antiguidade pode ser uma forma de se observar a evolução das visões dominantes sobre a antiguidade.



### Exemplificando

Um filme recente, como *300* (2007), dirigido por Zack Snyder, permite uma série de reflexões interessantes: o longa é fundamentado em uma história em quadrinhos de autoria de Frank Miller e Lynn Varley (1998), que faz uma releitura ficcional da batalha das Termópilas, que opõe gregos e persas no século IV a.C.. Observa-se claramente a dicotomia entre povo civilizado versus bárbaro: os gregos são retratados de forma fortemente idealizada como corajosos, civilizados; os persas, por sua vez, aparecem fortemente demonizados, representam todas as baixezas humanas. Há inclusive uma oposição estética: os gregos são modelos de beleza, enquanto os persas são feios, disformes. O lançamento do filme foi seguido de forte reação por parte do governo iraniano, que acusou o estúdio de fazer propaganda anti-iraniana e de promover a discriminação contra seu povo.

O clássico filme *Quo Vadis*, de 1951, retrata, por sua vez, uma visão idealizada dos primórdios do cristianismo em Roma. Os cristãos aparecem como uma comunidade carregada de altos valores morais, vivendo em uma sociedade romana cada vez mais corrompida moralmente. Nero é visto como um monstro, reproduzindo uma historiografia muito comum nesse período, tal como descrevemos na seção anterior.

Uma versão alternativa sobre os cristãos na Antiguidade pode ser vista no filme espanhol *Ágora*, de 2009. O filme conta a história de Hipátia, uma erudita pagã que vive em Alexandria, no século IV d.C., e que teria sido cruelmente assassinada pelos cristãos. O filme foi fortemente criticado pela Igreja Católica e houve problemas para sua distribuição na Itália e nos Estados Unidos, também foi censurado no Egito, sob o argumento de ser um filme "antirreligioso".

Outro filme interessante é *O Egípcio* de 1954, com base no romance

de Mika Waltari. Para compor a história Waltari baseou-se em um conto popular do Egito antigo chamado Aventuras de Sinoé. O filme retrata uma sociedade egípcia fortemente centralizada sob o comando quase onisciente do faraó. Ao mesmo tempo, tanto o sistema faraônico como a sociedade em um todo são apresentadas sob uma ótica de forte decadência moral, reproduzindo, por exemplo, em grande medida, a maneira como a sociedade egípcia é retratada em relatos bíblicos.

Hollywood reproduziu, até recentemente, a representação tradicional do romano civilizado *versus* o bárbaro desprovido de cultura ou culturalmente inferior. Por outro lado, o cinema europeu, como no filme francês *Asterix e Obelix*, de 1999, retrata os bárbaros como heróis e os romanos como vilões. O filme é fundamentado em personagens de quadrinhos criados pelos desenhistas René Goscinny e Albert Uderzo, em 1959, em um contexto histórico em que a França é fortemente influenciada pela cultura norte-americana e que sua política externa está fortemente atrelada também aos interesses norte-americanos. A pequena vila celta onde vive Asterix retrata a resistência francesa à invasão cultural estrangeira. Roma aparece como uma representação caricata do imperialismo norte-americano nos anos da Guerra Fria.



### Pesquise mais

Que tal complementar seus estudos? Indicamos:

GARRAFFONI, Renata. Bretanha Romana: repensando os discursos arqueológicos. In: FUNARI, Pedro. **História Antiga**: contribuições brasileiras. São Paulo: FAPESP, 2008.

BAKOS, Margaret. Visões modernas do mundo antigo: a egiptomania. In: FUNARI, Pedro. **História Antiga**: contribuições brasileiras. São Paulo: FAPESP, 2008.

HINGLEY, R. 'The 'legacy' of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization'. In: WEBSTER, J.; COOPER, N. (Eds.). **Roman imperialism**: post-colonial perspectives. London: University of Leicester, 1996, p. 34-48.

## Sem medo de errar

Como já mencionamos, as produções de filmes, seriados e jogos de computador se utilizam, em alguma medida, de elementos historiográficos ou arqueológicos que são incorporados à cultura popular e ao senso comum. Descobertas como os papiros dos antigos gnósticos ou de relíquias do faraó egípcio Tutankâmon são elementos que aparecem com grande frequência em produções cinematográficas e televisivas sobre a Antiguidade, no entanto, eles são combinados com representações idealizadas do passado, que normalmente retratam o presente, a realidade histórica em que se dá a produção, a ideologia ou o conjunto de crenças dos produtores. Retratar esses elementos no passado funciona, muitas vezes, como uma estratégia de legitimação de uma visão de mundo, isso é muito comum, por exemplo, em questões religiosas. No mundo ocidental há um intenso debate sobre os primeiros séculos do cristianismo, o chamado cristianismo primitivo.

Filmes mais antigos, como *Quo Vadis*, retratam figuras importantes da história cristã de forma bastante idealizada, transportando para o cinema uma literatura muito comum no universo religioso, a hagiografia, que é o estudo sobre a vida dos santos. Da mesma forma, leituras críticas em relação ao cristianismo também refletem questões da atualidade, como é o caso do filme espanhol *Ágora*, já mencionado.

Outro filme interessante, nesse sentido, que é um clássico do humorismo, é *A Vida de Brian*, do grupo inglês Monty Python. Produzido em 1979, faz uma paródia com a vida de Jesus; é possível ver no filme diversos elementos da contracultura e do discurso antirreligioso que refletem o momento cultural em que foi produzido.

A novela brasileira *Os 10 Mandamentos*, produzida pela TV Record, a partir de 2015, reflete claramente um cenário cultural de rápido crescimento das denominações evangélicas no país. Embora se proponham a apresentar a realidade dos tempos bíblicos, produções desta natureza apresentam o passado visto a partir da ótica de um discurso religioso dominante no presente.

As representações de gênero são outro bom exemplo de como o

passado é representado a partir de valores dominantes no presente: nas produções mais antigas, a mulher ocupa os papéis tradicionais de esposa e mãe. Mesmo em situações em que ocupa um papel de proeminência, como na superprodução *Cleópatra*, de 1963, sobre a célebre rainha do Egito, o poder da mulher é representado como dependente de uma figura masculina. Compare com a representação de Aspásia no filme *Ágora*, para ver como as representações de gênero acompanham as mudanças na moderna sociedade ocidental.

A homossexualidade é um tema tabu no cinema e na TV. Quando aparece, é retratada em situações de decadência moral que levam ao fim de uma civilização, como é o caso do filme *Os últimos dias de Pompéia*, de 1959.

É importante esclarecer que a moral sexual experimenta uma série de mudanças importantes a partir do triunfo do cristianismo. A sexualidade é percebida de formas muito distintas entre os diversos povos da Antiguidade. A homossexualidade tinha grande aceitação entre povos como os gregos, mas nada disso aparece nos filmes e séries, apenas produções bem recentes têm, de maneira tímida, tratado o tema de maneira mais fiel. É o caso de *Alexandre*, produção de 2004 sobre o conquistador macedônio Alexandre, o Grande, interpretado por Colin Farrell.

## Avançando na prática

### A Antiguidade nos jogos de computador

#### Descrição da situação-problema

A proposta é executar o mesmo exercício realizado anteriormente com filmes e séries de TV, mas desta vez utilizando jogos para computador ambientados na Antiguidade. O desafio continua o mesmo: busque identificar elementos da atualidade que aparecem retratados como representações do passado.

#### Resolução da situação-problema

Tal como os filmes e séries de TV, jogos para computador são bons exemplos de como o senso comum da atualidade enxerga o passado. Por exemplo, a representação arquitetônica das diferentes civilizações sempre traz um recorte fortemente reducionista da complexidade

que cada um destes povos representa: um cenário grego vai trazer ao fundo construções como o Partenon e outras construções de um período específico da história de Atenas. É como se toda a história grega se resumisse às realizações atenienses; esse reducionismo é conhecido como atenocentrismo. O mesmo acontece quando o cenário se debruça sobre o mundo romano ou o Egito.

Os anacronismos são comuns, isto é, quando certos acontecimentos ou valores culturais específicos de um período histórico são atribuídos a outros períodos. Um exemplo: nossa sociedade valoriza muito o progresso tecnológico e este é um dos elementos em torno do qual se constrói a identidade moderna.

Em um *game* famoso, *Civilization*, é pré-requisito, para todos os povos representados, uma grande dedicação ao desenvolvimento tecnológico desde o surgimento, na Pré-História. Na verdade, esse é um pré-requisito para a sobrevivência de um povo. Isso retrata claramente uma visão moderna, pois no mundo moderno quem não acompanha as transformações tecnológicas é rapidamente ultrapassado. Embora isso não deixe de ser uma realidade para o mundo antigo, essa questão não era percebida da mesma maneira por diferentes povos. Era muito comum, na Antiguidade e mesmo no período medieval, a percepção do progresso material como imutável. As armas e ferramentas permaneciam imutáveis durante vários séculos, o que estimulava um senso comum de que o progresso material havia atingido uma espécie de apogeu, sem alterações possíveis.

## Faça valer a pena

**1.** O olhar do historiador sobre o passado é condicionado pela realidade histórica em que ele vive. Tendo isso em vista, podemos afirmar:

- I. Uma história essencialmente política é marca registrada do século XIX, no cenário de afirmação dos estados modernos.
- II. A história econômica é influenciada pelo pensamento marxista e as contradições das sociedades capitalistas.

III. A história social é fruto das contribuições de novas ciências, como a Sociologia e a Antropologia.

IV. A história cultural se afirma após a década de 1960 e a emergência da contracultura.

É correto o que se afirma em:

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II e IV, apenas.

d) I e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

**2.** Os filmes *Quo Vadis* e *Ágora* têm como seu tema central o cristianismo no mundo romano. A respeito desse tipo de filme, podemos afirmar:

I. Cada um dos filmes apresenta uma leitura do cristianismo relacionada a seu momento histórico de produção.

II. Os dois filmes foram produzidos na mesma época, mas em lugares diferentes, por isso as diferenças de interpretação.

III. Os dois filmes apresentam uma leitura apologética e idealista do cristianismo no mundo antigo.

É correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I, II e III.

**3.** Uma leitura fortemente evolucionista da história romana levou ao conceito de romanização, proposto pelo historiador alemão Theodor Mommsen (1817-1903) e pelo britânico Francis Haverfield (1860-1919).

A respeito da noção de romanização, podemos afirmar:

- I. O conceito é proposto no contexto de expansão imperialista europeia, no final do século XIX.
- II. Sua crítica acontece a partir das experiências de descolonização na África e Ásia.
- III. Reflete uma realidade definitiva sobre a imposição de valores culturais no mundo romano.

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

# Referências

ANGEL FIRE. **Enuma Elish**: o mito babilônico da criação. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/me/babiloniabrasil/enelish.html>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

BAKOS, Margaret. *Visões modernas do mundo antigo: a egiptomania*. In: FUNARI, Pedro; GLAYDSON, José; MARTINS, Adilton (Orgs.). **História Antiga**: contribuições brasileiras. São Paulo: Annablume, 2008.

FUNARI, Pedro; GLAYDSON, José; MARTINS, Adilton (Orgs.). **História Antiga**: contribuições brasileiras. São Paulo: Annablume, 2008.

GARRAFFONI, Renata. *Bretanha Romana: repensando os discursos arqueológicos*. In: GUARINELLO, Norberto L. **Ensaio sobre História Antiga**, 2014. 330f., Tese (Livre docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <[https://www.academia.edu/9890350/Ensaio\\_sobre\\_Hist%C3%B3ria\\_Antiga](https://www.academia.edu/9890350/Ensaio_sobre_Hist%C3%B3ria_Antiga)>. Acesso em: 30 jan. 2017.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. Edição abreviada. São Paulo: Companhia da Letras: Círculo do Livro, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HINGLEY, R. 'The 'legacy' of Rome: the rise, decline, and fall of the theory of Romanization'. In: WEBSTER, J.; COOPER, N. (Eds.). **Roman imperialism**: post-colonial perspectives. London: University of Leicester, 1996, p. 34-48.

KING, L. W. **Enuma Elish**: the epic of creation. Londres, 1902.

THAMOS, Marcio. A expressão concreta do mito de Roma (em um trecho da Eneida de Virgílio). **Olho d'água**, v. 1, n. 1 2009.

THEML, Neyde. **O Público e o Privado na Grécia do VIII ao IV século a.C.**: o modelo ateniense. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

TRIGGER, Bruce G. **Além da História**: os métodos da Pré-História. São Paulo: Editora USP, 1973.

# Crescente fértil e Extremo Oriente entre as Idades do Bronze e do Ferro

## Convite ao estudo

Esta unidade irá operar os pontos de vista distanciamento/aproximação. Como um astrônomo ao manusear seu telescópio, ora vamos nos distanciar ora vamos nos aproximar de nossos objetos de estudo. Veremos as sociedades da Ásia Antiga em suas semelhanças, bem como as distinções entre os palácios da Mesopotâmia e as pirâmides do Egito. Ora veremos a utilidade de conceitos como “modo de produção asiático” ou “sociedades do Antigo Oriente Próximo”, ora veremos seus limites.

Próximo ou longínquo, aproximando ou nos afastando temporalmente, é fato que a chamada História Antiga Oriental reserva o estudo de sociedades fascinantes, cujas realizações até hoje são familiares. Quantos de nós já vimos uma imagem da pirâmide de Quéops ou uma ilustração dos famosos Jardins Suspensos da Babilônia? Por outro lado, quantos de nós conhecemos os detalhes arquitetônicos de Persépolis, a capital do antigo Império persa? Mais uma vez, a relação próximo/distante aparece e guia nossa leitura.

Continuando com os aprendizados da unidade anterior, buscaremos historicizar os conceitos e grandes formas aplicadas à análise da História Antiga Oriental. Como estudante e futuro professor de História, você deve se acostumar à crítica conceitual e à sua aplicação em sala de aula. Afinal, como nos ensinaram os antigos romanos: *Cuibono* (quem se beneficia com a maneira de escrever sobre – e fazer – história?). Talvez, devamos lançar mão à metáfora usada na astronomia: temos de saber qual é o momento de cerrarmos nossas lentes para ver o detalhe da estrela pequenina, mas também temos de saber qual é o momento de abrimos o foco para contemplarmos a imensidão do universo.

# Seção 2.1

## Cidade, Estado e escrita

### Diálogo aberto

Sabemos que o maior desafio do professor de História é tornar acessível ao seu aluno conteúdos que muitas vezes versam sobre períodos e civilizações distantes. Da mesma forma, muitas vezes os historiadores criam conceitos como “Oriente Próximo” e “modo de produção asiático” para facilitarem a compreensão de sociedades e realidades complexas. Por isso, é muito importante que o professor, ao ensinar aos seus alunos sobre tais conceitos, tenha em mente que são ferramentas úteis e válidas para o aprendizado, mas que, como toda ferramenta, têm seus usos e limites, suas vantagens e desvantagens.

Sendo assim, daremos dicas sobre essas ferramentas ao longo de toda esta unidade e, na bibliografia, você poderá encontrar textos para aumentar ainda mais seu conhecimento, como os do professor Ciro Flamarion Cardoso, falecido professor de História Antiga da Universidade Federal Fluminense e um dos maiores estudiosos brasileiros do conceito de “modo de produção asiático”. Ao final da leitura deste item, você encontrará sugestões de como passar o conteúdo de uma forma dinâmica e próxima à realidade dos estudantes.

### Não pode faltar

Como visto anteriormente, termos como “modo de produção asiático” ou “sociedades do Antigo Oriente Próximo” incorrem em generalizações. Na primeira unidade vimos também que toda generalização tem seu aspecto positivo e negativo. Se por um lado as generalizações permitem visualizar uma realidade complexa a partir de algumas características comuns, por outro, acabam por ignorar dados particulares fundamentais para a compreensão de um período histórico.

Uma das competências capitais do historiador e do professor de

História é conhecer o porquê de existirem tais generalizações, ou seja, por quais motivos elas foram criadas e por quais parâmetros elas são guiadas. Mais do que julgar esta ou aquela generalização, cabe ao estudante de História investigar e compreender suas balizas. Os dois termos que estamos estudando são denominações muitas vezes aplicadas à chamada História Antiga Oriental, que tem como objeto de estudo civilizações como a suméria, egípcia, babilônica, hebraica e persa.

É importante lembrar que o termo “modo de produção asiático” não foi criado na Antiguidade, nem era usado pelos habitantes daquele período. Como todo conceito moderno aplicado ao Mundo Antigo, ele tem uma historicidade própria e um criador definido. Neste caso, a ideia de “modo de produção asiático” tem sua origem com os escritos do alemão Karl Marx (1818-1883).

Marx defendia em seu texto *Formas que precedem a exploração capitalista*, de 1857, que as sociedades do Oriente Próximo, como a mesopotâmica e a egípcia, eram, a princípio, agrupadas em aldeias coletivas que tinham sua sobrevivência garantida pela agricultura de subsistência. Por esta razão, tiveram de criar grandes sistemas de irrigação, que se aproveitam dos rios locais, como Nilo, Tigre e Eufrates.

Todavia, para que seus grandes projetos de irrigação fossem realizados, as populações tiveram de se submeter a uma entidade soberana, geralmente representada pelo templo devotado ao deus principal daquela população ou ao palácio, governado por um rei guerreiro. Essas grandes entidades, por fim, seriam responsáveis por distribuir os excedentes agrícolas entre sacerdotes, militares e outros (GUARINELLO, 2013).



### Assimile

A ideia de um “modo de produção asiático” não existia na Antiguidade e foi criada pelo filósofo e sociólogo alemão Karl Marx durante o século XIX.



Como diz a conhecida frase do historiador francês Marc Bloch, autor do clássico *Apologia da História ou O ofício de historiador*: “a História é a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55). Sendo assim, é comum que sejam criados conceitos ou ideias gerais para resumirem algumas épocas ou culturas. Contudo, é fundamental ao estudante e futuro professor de História conhecer as vantagens e desvantagens destes conceitos, bem como a história que está por trás da criação de cada um deles.

Ainda que Marx tenha formulado sua teoria em meados do século XIX, foi no século seguinte que ela atingiu maior repercussão, muito por conta dos efeitos da Revolução Russa, ocorrida em 1917. Em sua esteira, uma nova historiografia surgiu, a partir dos anos 1950, e a defesa da ideia do “modo de produção asiático” como chave para o estudo do Mundo Antigo foi uma de suas principais características.

Como já vimos, o conceito de “modo de produção asiático” tem diversos méritos. O principal deles é o de traçar uma série de características comuns entre diversas e distintas civilizações. Egípcios, babilônios, assírios, sumérios, hebreus, entre outros, tinham muitos aspectos em comum, como a economia de base agrária, o trabalho compulsório e a presença de um governante – rei, faraó ou imperador – que detinha enorme poder. Contudo, ao mesmo tempo em que havia semelhanças entre essas civilizações, as diferenças também existiam. Do ponto de vista cultural, por exemplo, os hebreus, por serem monoteístas, distinguiam-se de todos os demais.

Da mesma forma, a crença dos egípcios na vida após a morte com que eles desenvolvessem avanços no campo de medicina que não eram encontravam nas demais civilizações orientais. Por este motivo, ao ensinar a seus alunos sobre o “modo de produção asiático”, o professor de História deve manter sempre em mente seu caráter geral, seu recorte voltado aos parâmetros econômicos e as particularidades que escapam ao conceito. Como já reforçamos ao longo de todo o curso de História Antiga, cada historiador privilegia um aspecto ao se referir ao passado. Seja ele econômico, cultural ou político, cabe a cada um dos demais historiadores e professores entenderem esses parâmetros, bem como suas vantagens e limites (GUARINELLO, 2013).



## Exemplificando

Como você já viu até aqui, a ideia de “modo de produção asiático” foi formulada por Marx pensando em critérios econômicos que as civilizações antigas tinham em comum. Porém, há outros parâmetros além dos econômicos que podem ser usados para estudar uma dada sociedade. Entre eles, as práticas culturais e a religião ganham destaque.



## Pesquise mais

Um livro que pode ser bastante útil para conhecer outros parâmetros usados para estudos de determinada sociedade é:

FUNARI, Pedro Paulo (Org.). **As religiões que o mundo esqueceu**. São Paulo: Contexto, 2009.

Nele você encontrará diversos artigos sobre as práticas religiosas de sociedades como a egípcia, suméria e persa, e poderá aprender sobre as semelhanças e diferenças entre elas.

Da mesma forma que o conceito de “modo de produção asiático”, a ideia de “Antigo Oriente Próximo” é também uma ferramenta criada por historiadores modernos para facilitar a compreensão das sociedades do passado. Se já sabemos que a História Antiga tem seu surgimento ligado ao período do Renascimento (século XVI) e ao posterior Iluminismo (século XVIII), a concepção de uma Antiguidade Clássica, por oposição a uma Oriental, data do mesmo período também. A partir do século XVI, o termo “clássico” passa a ser usado como referência exclusiva às civilizações grega e romana, consideradas superiores às demais sociedades antigas, que passaram a ser rotuladas como “orientais”.

Uma vez estabelecida a distinção entre Antiguidade Clássica e Oriental, resta compreender as aplicações e implicações do termo “Oriente Próximo”. Esta expressão passa a ser usada com mais frequência durante o século XIX, empregada pelos estudiosos europeus da Antiguidade. A ideia de um Oriente Próximo foi criada para se opor ao Extremo Oriente, representado por países como Japão e China. Desta forma, haveria de um lado civilizações como a egípcia, babilônica, assíria, hebraica e persa, reconhecidas desde a Antiguidade, e habitantes de um oriente mais familiar, mais “próximo” da Europa em termos geográficos. Japoneses, chineses, indianos e

demais povos, por outro lado, seriam habitantes do Extremo Oriente, mais afastado da Europa e por ela conhecida apenas a partir da Modernidade.

Como todo conceito moderno aplicado à Antiguidade, a divisão entre um oriente próximo e um extremo reflete os anseios do próprio período em que a ideia foi criada. Você já aprendeu que a separação entre os dois orientes remonta ao século XIX. Uma das mais marcantes características daquela época foi o neocolonialismo europeu, quando países como Inglaterra, França e Bélgica dividiram entre si os continentes da Ásia e da África, buscando explorá-los em seus recursos naturais e humanos. Diante deste contexto, fica claro como a ideia de um Oriente próximo e outro extremo atende à agenda europeia e diz respeito mais à sua visão de mundo do que ao contexto das sociedades antigas (FUNARI, 2004).



### Pesquise mais

Um dos grandes pesquisadores e defensores da ideia de “modo de produção asiático”, no Brasil, foi o professor de História Antiga da Universidade Federal Fluminense, **Ciro Flamarion Cardoso**. Para conhecer mais sobre os olhares sobre a Antiguidade, você pode consultar as seguintes obras:

CARDOSO, **Ciro Flamarion**. **Deuses, múmias e ziggurats**: uma comparação das religiões antigas do Egito e da Mesopotâmia. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção asiático**: uma nova visita sobre um velho conceito. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

\_\_\_\_\_. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Ática, 1986.

Apresentadas e contextualizadas algumas ideias relativas às sociedades do Oriente Próximo, podemos passar ao estudo de alguma delas. Para esta seção, daremos uma visão panorâmica sobre a Mesopotâmia e o Egito, buscando entender algumas de suas particularidades.

Quando pensamos em Mesopotâmia, trata-se de mais uma denominação criada para abrigar uma série de civilizações da Idade do Bronze (cerca de 3.300-1000 a.C.) e do Ferro (cerca de 1.000 a.C.

até a conquista persa em 530 a.C.). O nome "Mesopotâmia" vem do grego e significa "terra entre rios". No antigo idioma dos helenos, *mésos* significa "meio" e *potamós* significa "rio", daí o nome. Trata-se de um termo para designar toda a região geográfica entre os rios Tigre e Eufrates, onde atualmente estão os territórios de países como Iraque, Kuwait, Síria e Irã. Neste espaço, viveram e conviveram diversas civilizações como os sumérios, acadianos, babilônicos e assírios, durante a Idade do Bronze, e neoassírios e neobabilônicos, durante a Idade do Ferro. Diante de um quadro tão diverso e com tantas civilizações, vamos ora nos aproximar, para ver as particularidades, ora nos afastar, para apreciar as semelhanças entre as civilizações.

Para o arqueólogo australiano Vere Gordon Childe, a Mesopotâmia foi o lar de duas revoluções: a Revolução Neolítica e a Revolução Urbana. Graças ao potencial agrícola da região, favorecido pela presença dos rios Tigre e Eufrates, foi lá que o homem deu seus primeiros passos para a sedentarização, criação das primeiras cidades e domínio sobre a cultura. A grande região da Mesopotâmia viu aparecer o cultivo controlado de cereais e o surgimento de diversas invenções, como a foice, o arado, a roda e a tecelagem (CHILDE, 1977).

Os sumérios foram provavelmente os primeiros povos a habitar a Mesopotâmia, por volta de 5.000 a.C. Entre suas principais características, podemos destacar o desenvolvimento da escrita cuneiforme, que recebe este nome porque era feita sobre placas de argila marcadas com estiletos em figuras com forma de cunha. Os sumérios também dispunham de sistemas de irrigação, barragens e dominavam a metalurgia do bronze. Além do mais, eram politeístas, ou seja, acreditavam em vários deuses e foram os criadores de algumas das primeiras cidades do mundo, como Ur, atualmente preservada no Iraque.

Sobre as cidades daquela época, Gordon Childe bem resumiu suas características e funções:



A cidade propriamente dita está circunda de um muro de tijolos e um fosso, a cujo abrigo o homem encontrou pela primeira vez um mundo próprio, relativamente protegido da pressão imediata da rude natureza. Ergue-se numa paisagem artificial de jardins, campos e pastagens em que foram transformados os juncais dos pântanos e o deserto, pela atividade coletiva das gerações precedentes, que construíram diques e canais de escoamento. Os canais que drenam a terra e a tornam proveitosa também proporcionam aos cidadãos água e peixe, e trazem aos cais mercadorias de lugares distantes. (CHILDE, 1977, p. 93)

Embora os sumérios tivessem desenvolvido estas cidades, elas ainda eram independentes, não constituindo um território coeso. Foi apenas com as conquistas de Sargão da Acádia, por volta de 2250 a.C., que houve uma breve unificação, logo rompida. Depois do declínio do império fundado por Sargão, surge outro império unificado, com sede na Babilônia, que teve como soberano mais conhecido Hamurabi (cerca de 1792-1750 a.C.), responsável pelo famoso Código de Hamurabi, uma das primeiras compilações de leis conhecidas e sobre qual você aprenderá com mais detalhes adiante.

Com a queda do primeiro império babilônico, os assírios passaram a dominar a região da Mesopotâmia e o fizeram pelo longo período que vai de cerca de 1.300 a.C. até 612 a.C., com a destruição de sua capital, Ninive. Os assírios eram muito conhecidos por sua potência militar e por sua arte, que costumava representar os episódios bélicos. O Museu do Louvre, em Paris, tem um grande acervo de arte assíria, que está em parte disponível em: <<http://www.louvre.fr/en>> (acesso em: 12 fev. 2017.).

Após a derrota dos assírios, os caldeus, ou neobabilônicos, controlaram a Mesopotâmia por um curto período, entre 612 a 539 a.C. Sua mais afamada realização foi a construção dos Jardins Suspensos da Babilônia, uma das sete maravilhas do mundo Antigo, construídos a mando de Nabucodonosor II. Os caldeus foram vencidos pelos persas sob o comando de Ciro, o Grande, mas o domínio persa na região mesopotâmica durou apenas até o advento do Alexandre Magno, que a conquistou em 331 a.C.

Ao mesmo tempo em que todas estas civilizações se sucediam na região da Mesopotâmia, o Egito prosperava no nordeste do

continente africano. Se o nascimento das cidades e da agricultura na Mesopotâmia deve muito à presença dos rios Tigres e Eufrates, o mesmo se passa com o Egito e o Nilo. O povoamento daquela região data de cerca de 3.200 a.C. e se iniciou justamente às margens do Nilo. Como é comum em diversas civilizações, costuma-se dividir a história do Egito em etapas. Mesmo sabendo que todos os recortes temporais são arbitrários, é importante que você se lembre de algumas características destas fases da história egípcia.

O chamado Antigo Império (cerca de 2700-2200 a.C.) tem como principal marca ser a época em que foram construídas as pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos. As pirâmides tinham função funerária, sendo responsáveis por guardar o corpo dos faraós e as riquezas que eles tinham em vida.

No período conhecido como Médio Império (cerca de 2050-1750 a.C.), houve a mudança da capital de Mênfis para Tebas, além da expansão do comércio e das riquezas graças ao trabalho compulsório de escravos obtidos em guerras de conquista.

Por fim, o Novo Império (cerca de 1550-1070 a.C.) é marcado como o período mais próspero do Egito Antigo. Faraós como Tutmés III e Ramsés II foram responsáveis por grandes conquistas, que trouxeram maior prosperidade ao Egito graças à exploração das terras e dos povos vencidos. Contudo, agitações internas e dificuldades de manutenção da política de expansão, a partir de cerca de 1000 a.C., enfraqueceram o Egito, que foi conquistado sucessivamente por persas, greco-macedônios e romanos, que o reduziram a uma província em 31 a.C. (PETIT, 1979).

Falaremos de outras características da sociedade egípcia na próxima seção, mas algumas delas devem ficar claras desde já. Assim como os povos da Mesopotâmia, os egípcios eram politeístas, fundamentavam sua sociedade na agricultura e tiveram esta atividade beneficiada pela presença de rios e pelo desenvolvimento da irrigação. O trabalho compulsório e a presença da escrita – hieroglífica no Egito e cuneiforme na Mesopotâmia – controlada por funcionários ligados ao poder central, chamados escribas, também são aspectos comuns a estas duas sociedades. Contudo, é importante recordar que o Egito era uma teocracia. O termo "teocracia" vem do grego, *théos* (deus) e *krátos* (poder), e é usado para definir civilizações em que o chefe do Estado e o líder religioso são a mesma pessoa. No Egito, o faraó não apenas comandava os ritos religiosos, como ele próprio poderia ser considerado um deus (BAKOS, 1996).

## Sem medo de errar

Ao longo de toda esta seção, vimos as utilidades e os limites de conceitos abrangentes e gerais como “sociedades do Antigo Oriente Próximo” e “modo de produção asiático”. Em paralelo a esta tarefa, tentamos mostrar a historicidade destes conceitos e algumas estratégias para aplicá-los em sala de aula. Vimos que a utilização de tais ideias é justificável, pois permite, de forma didática, reunir uma série de características comuns às sociedades orientais. Todavia, há sempre o risco de esconder por trás destes conceitos algumas especificidades dos povos estudados, muito importantes para compreendê-los em sua totalidade. Surge desde já o desafio para você: como ensinar a seus alunos sobre tantas e tão variadas culturas?

Frente a este desafio, você poderá usar como estratégia as semelhanças e diferenças entre seus alunos. Por exemplo, divida a classe em pequenos grupos, cada um deles representando alguma antiga civilização do Oriente Antigo: sumérios, assírios, babilônicos, egípcios e outros. Cada grupo deverá aprender sobre três características da civilização que está representando. Para aprendê-las, poderá consultar o professor, a internet ou algumas das obras indicadas ao final deste item. Quando todos os grupos tiverem recolhido as informações, você poderá conduzir uma atividade que aponte as semelhanças e diferenças em cada uma das civilizações estudadas.

A proposta é que aluno perceba que egípcios e mesopotâmicos podem se aproximar pelo fato de possuírem uma economia voltada à agricultura, mas que suas formas de religiosidade podem ser diferentes. Você poderá encontrar formas didáticas de aproximar este conteúdo da própria realidade do aluno. Por exemplo, todos seus estudantes em classe têm em comum o fato de estarem na mesma sala e no mesmo ano letivo. Por outro lado, alguns deles moram em um bairro, alguns moram em outro. Alguns gostam de certo estilo musical, outros gostam de outro. Isto também é válido para o conceito de “modo de produção asiático”. Se o seu mérito é reunir as sociedades da Ásia Antiga sob critérios de semelhança econômica, algumas particularidades culturais destas sociedades ficam em segundo plano.

Para aprofundar e estimular ainda mais o conhecimento dos alunos, você poderá propor trabalhos que ponham em contraste duas ou mais civilizações estudadas. Por exemplo, o surgimento da escrita cuneiforme, na Suméria, e hieroglífica, no Egito, datam de períodos semelhantes. Contudo, quais eram as diferenças entre elas? Para qual função – religiosa, política, comercial – eram mais utilizadas? Quais eram, por outro lado, suas semelhanças? Quais grupos daquelas sociedades sabiam escrever? Ao propor este tipo de reflexão, não apenas os alunos poderão aprender, mas você também terá a oportunidade de aumentar seus conhecimentos sobre as sociedades do Oriente Antigo.

## **Avançando na prática**

### **A água e as sociedades da Antiguidade Oriental**

#### **Descrição da situação-problema**

Nesta seção, estudamos algumas sociedades da Antiguidade Oriental, especialmente a egípcia e aquelas que habitavam a Mesopotâmia. Entre suas semelhanças e diferenças, vimos que ambas tiveram seu desenvolvimento favorecido pela presença dos rios Tigres, Eufrates e Nilo. Em vista disto, como você poderia ensinar a seus alunos a respeito da importância da água para o surgimento das sociedades do Oriente Antigo?

#### **Resolução da situação-problema**

Como professor, você deverá fazer com que seus alunos notem como até hoje a presença da água é fundamental. Faça os estudantes notarem como toda a rotina vivida por eles tem a presença deste elemento. Ao chegarem a suas casas, todos tomarão banho, lavarão o uniforme, farão suas refeições – todas as ações têm a água como fator muito importante. Da mesma forma, a presença da água na Antiguidade era essencial.

O longo processo de sedentarização do homem só foi possível graças à agricultura, filha direta da irrigação e do domínio sobre as águas. A domesticação dos animais também envolve este elemento, já que domesticar qualquer animal envolve alimentá-lo e saciar sua sede e fome. Diante destas informações, é importante que seus

alunos percebam a presença e importância da água no Egito e na Mesopotâmia. Embora pareça um clichê, a clássica frase do historiador grego Heródoto, de que o Egito é uma “dádiva do Nilo”, ainda resume bem este contexto estudado. Para fixá-lo ainda mais, você poderá recordar os estudantes de todo o temor que houve por conta da crise hídrica em São Paulo, no início de 2016. Por fim, vale lembrar que, entre as generalizações usadas pelos historiadores modernos, a noção de “sociedades hidráulicas” chega a ser usada para se referir aos povos que estudamos nesta seção.

## Faça valer a pena

**1.** “Alguns historiadores privilegiam a História das relações de poder, outros das relações econômicas, outros do universo simbólico das relações culturais. Alguns defendem que as sociedades se desenvolvem no tempo de modo semelhante; outros que cada sociedade ou cultura deve ser entendida em seus próprios termos” (GUARINELLO, 2013, p. 11).

Com base no texto de Norberto Guarinello, bem como na leitura dos itens de seu material didático, assinale a alternativa correta em relação ao surgimento e à ênfase do conceito de “modo de produção asiático”:

- a) O termo foi criado na Antiguidade, por historiadores gregos preocupados com as questões políticas.
- b) O termo foi criado na Idade Média, por autores preocupados com as questões políticas.
- c) O termo foi criado no século XIX, por Karl Marx, sendo voltado às questões econômicas.
- d) O termo foi criado no século XIX, por Karl Marx, sendo voltado às questões culturais.
- e) O termo foi criado no século XX, por historiadores preocupados com as questões econômicas.

**2.** “Desde o século XVII, o termo ‘clássico’ era usado para tratar das antiguidades gregas e romanas, mas a Filologia iria usar o termo para se referir ao mundo greco-romano, em oposição à Antiguidade egípcia e mesopotâmica, que começavam, pela primeira vez, a serem estudadas por meio da consulta dos documentos escritos e dos monumentos” (FUNARI, 2004).

A citação de Pedro Paulo Funari diz respeito à criação de conceitos como “Antiguidade Clássica” e, por oposição, “Antiguidade Oriental”. Entre as críticas que podem ser feitas à essa divisão podemos destacar que:

a) Essa divisão tende a manter os povos da Antiguidade Clássica e da Antiguidade Oriental em um mesmo nível de desenvolvimento.

b) Essa divisão foi criada no próprio Mundo Antigo e, portanto, pode ser usada sem questionamento pelos historiadores modernos.

c) Trata-se de uma divisão criada durante o período Medieval, de forma a impor a visão da Igreja Cristã sobre o Mundo Antigo.

d) Por ter sido criada por estudiosos europeus do período moderno, a ideia de “Antiguidade Clássica”, por oposição à “Antiguidade Oriental”, reflete a noção da superioridade europeia sobre as demais civilizações.

e) A Antiguidade Oriental criada no século XX, refletindo alguns aspectos de seu contexto político, em especial a Guerra Fria.

**3.** O termo Mesopotâmia, que significa “terras entre rios”, é usado para definir uma série de civilizações que se sucederam nos territórios dos atuais Iraque, Kuwait e Irã. Entre estas civilizações, três das mais conhecidas são os sumérios, babilônicos e caldeus (ou neobabilônicos).

A respeito destas três civilizações, suas principais realizações no âmbito cultural e social foram, respectivamente:

a) A escrita cuneiforme, o Código de Hamurabi e os Jardins Suspensos da Babilônia.

b) A escrita hieroglífica, o Código de Hamurabi e os Jardins

Suspensos da Babilônia.

c) O Código de Hamurabi, os Jardins Suspensos da Babilônia e a escrita cuneiforme.

d) A escrita hieroglífica, os Jardins Suspensos da Babilônia e o Código de Hamurabi.

e) Os Jardins Suspensos da Babilônia, o Código de Hamurabi e a escrita cuneiforme.

## Seção 2.2

### Cultura, arte e urbanismo: Egito e Mesopotâmia

#### Diálogo aberto

Ao longo de todas as unidades e seções anteriores, temos aprendido que uma das principais habilidades do historiador e do professor de História é perceber a pluralidade de opiniões e interpretações criadas em torno de um mesmo evento ou objeto histórico. Conhecer estas interpretações, saber em que se baseiam e quais são suas limitações farão de você não apenas um professor mais completo, mas, sobretudo, tornará suas aulas muito mais estimulantes. Seguindo este raciocínio, esta seção oferecerá um atraente objeto de estudos, que poderá enriquecer suas aulas: a Babilônia.

A cidade localizada no atual Iraque despertou opiniões divergentes já na Antiguidade; se os hebreus a viam como uma cidade corruptora, uma capital do pecado, os gregos a consideravam um local de arquitetura fantástica e de belezas naturais fabulosas. Agora, vamos imaginar que você irá preparar uma aula sobre a Babilônia e terá, como desafio, mostrar a seus alunos estas interpretações a respeito da cidade. Ao longo desta seção, serão dadas sugestões usando documentos da Antiguidade e fazendo os estudantes notarem como é possível – e salutar – a existência de diversas opiniões a respeito de um objeto histórico.

#### Não pode faltar

Ao longo das seções de História Antiga já estudadas, vimos a historicidade, as vantagens e os limites de alguns conceitos aplicados ao Mundo Antigo. Você pôde aprender de que forma ideias como as de “modo de produção asiático”, “Antigo Oriente Próximo” e até mesmo de “Antiguidade Clássica” foram construídas e empregadas no estudo da História Antiga. Para começarmos esta seção, será importante estudarmos o conceito de “Crescente Fértil”.

Este termo é usado para fazer referência a uma região que hoje

compreende partes de territórios da Palestina, Iraque, Síria, Egito, Turquia, Jordânia, Israel e Irã. Graças à presença dos rios Tigre, Eufrates, Jordão e Nilo, a região, de clima quase sempre quente e semiárido, pode desenvolver a agricultura e a pecuária já na Antiguidade. Ao se traçar uma linha imaginária entre estes rios, surge uma imagem semelhante à fase crescente da lua, origem do nome “Crescente Fértil” (THE CAMBRIDGE, 2008).

Foi com estas características em mente que o arqueólogo e historiador estadunidense James Breasted (1865-1935) criou o termo “Crescente Fértil” para se referir à região em questão, no início do século XX. Breasted acreditava que aquela região era um autêntico “berço da civilização”, por ter sido o lar dos mais antigos assentamentos agrários conhecidos na Jordânia e na Síria e, também, das primeiras cidades, como Ur, na Mesopotâmia, e Jericó, na Palestina.

Com esta informação, percebemos que o conceito de “Crescente Fértil” não existia na Antiguidade e nem foi criado por seus habitantes. Sendo um termo moderno aplicado ao Mundo Antigo, ele parte de alguns pressupostos. Neste caso, uma série de civilizações, como os babilônios, persas, egípcios e outros, tinha em comum o fato de terem habitado a mesma região e voltado suas atividades econômicas à agricultura, graças à presença dos inúmeros rios que banhavam aqueles territórios (PETIT, 1979).



### Assimile

O conceito de “Crescente Fértil” não existia na Antiguidade e foi criado pelo arqueólogo e historiador estadunidense James Breasted, no início do século XX, ao visualizar uma lua crescente imaginária entre os rios Tigre, Eufrates, Nilo e Jordão.

Sabendo destes detalhes, vemos que a ideia de Crescente Fértil tem seu mérito ao condensar características comuns de uma série de sociedades antigas, facilitando seu estudo. As lentes imaginárias que estamos usando para visualizar os povos da Antiguidade voltarão a aparecer aqui, se as afastarmos para ver as semelhanças das sociedades do Crescente Fértil. Agora, iremos aproximá-las para vermos pequenos detalhes da cultura, da arte e do urbanismo destes povos. Egípcios, persas, hititas e babilônios trarão a nós algumas das mais exuberantes realizações da Antiguidade.

Na nossa seção anterior, citamos o arqueólogo australiano Vere Gordon Childe, que reuniu algumas características comuns das cidades do Oriente Antigo. Childe destacava o fato de elas serem circundadas por um muro de tijolos e um fosso, possuírem, muitas vezes, jardins, campos e pastagens e canais de irrigação (CHILDE, 1977). Três das muitas civilizações da Antiguidade Oriental – hititas, babilônios e persas – foram bastante pródigos na criação das cidades, como veremos na sequência.



### Refleta

Por mais trivial que possa parecer, uma das maneiras mais eficientes de ensinar conteúdos e conceitos aos alunos é fazer que eles percebam que os próprios nomes dos eventos ou conceitos acabam por dar valiosas pistas de suas explicações. Reflita sobre esta possibilidade ao falar sobre História Antiga com seus alunos. Se o nome dado a uma determinada região é Crescente Fértil, é possível fazer os estudantes refletirem a respeito do porquê deste nome. Mostre a eles um mapa para exemplificar e refletir sobre este conceito.

Dentre as três civilizações mencionadas, os hititas são os mais antigos. Suas primeiras realizações remontam ao século XX a.C. e habitaram a região da Anatólia, atual Turquia, até aproximadamente os séculos XIII-XII a.C., quando desapareceram. A principal cidade, e também capital hitita, foi Hattusa, onde hoje se localiza o atual sítio arqueológico de Bagaz-Keui, na Turquia.

Durante muito tempo, as únicas menções aos hititas encontravam-se na Bíblia, no Antigo Testamento. No livro do Gênesis (10:15), são chamados de “Filhos de Hete”. Segundo a mesma tradição do Gênesis, Hete era um dos filhos de Canaã, que era, por sua vez, filho de Cam, um dos filhos de Noé.

Apenas durante o século XIX é que arqueólogos descobriram ruínas na Turquia que supostamente pertenceriam àqueles povos mencionados na Bíblia. A partir do século XX, profissionais da Sociedade Germânica Oriental encontraram milhares de tabuletas em escrita cuneiforme, por meio das quais foi possível obter boa parte das informações que temos sobre os hititas. Sua organização social é descrita como uma monarquia militar e religiosa, tanto mais centralizada quanto forte a figura do rei. Sobre a estruturação hitita, o historiador francês Paul Petit escreveu:



A sociedade conhece homens livres, entre os quais estão os nobres, os mercadores e os artesãos, e os servos ou escravos, que são, ou antigos asiáticos, ou numerosas “pessoas deslocadas” ou “deportados”, segundo os métodos generalizados depois pelos assírios com mais brutalidade. A justiça distribui-se com muito cuidado, somente sendo aceitas as peças escritas. Acerca das atividade econômica e comercial temos poucas informações. (PETIT, 1979, p. 34-35)

A citação de Paul Petit releva-nos uma sociedade bastante hierarquizada e rígida na distribuição de suas tarefas. Vemos a presença de servos ou escravos, entre os quais uma das funções mais importantes era o trabalho compulsório, em especial em grandes construções feitas a mando do rei. Algumas delas certamente se fizeram presentes em Hattusa, antiga capital hitita, hoje localizada na Turquia e Patrimônio Mundial da Unesco.

As escavações arqueológicas em Hattusa desvendaram uma cidade rodeada com campos para agricultura e bosques possivelmente destinados à prática da caça, esporte preferido da nobreza. Os bosques também poderiam fornecer madeiras para diversos tipos de atividades. Além disso, havia no entorno de Hattusa santuários religiosos, como o de Yazilikaya, além de diversos relevos e portais, entre os quais a Porta do Leão, mais conhecida obra da cultura hitita.

Para resumirmos, o urbanismo hitita esteve ligado principalmente à sua capital, Hattusa, que concentrava funções econômicas, militares e administrativas. Hattusa era um centro de poder, responsável pela organização e hierarquização da sociedade hitita (FATTORI, 2013).

Outra importante civilização da Antiguidade Oriental que se destacou no urbanismo foi a neobabilônica, ou caldeia. Embora sua hegemonia tenha sido curta, de 612 a 539 a.C., a civilização dos caldeus foi responsável pelo período de maior esplendor da Babilônia, uma das mais conhecidas cidades do Mundo Antigo.

Os neobabilônicos ganharam a supremacia sobre a região da Mesopotâmia, derrotando os assírios, em 612 a.C., ao destruir sua

capital, Nínive. Entre as características desta civilização, o urbanismo tem grande destaque, em especial a própria cidade da Babilônia, lar dos famosos Jardins Suspensos, uma das maravilhas do Mundo Antigo.

Mais uma vez recorrendo ao texto de Paul Petit, o historiador francês deixou uma bela descrição da cidade e de seus mais famosos edifícios:

**Cercada por amplo subúrbio de jardins e bairros populosos, a cidade em si mesma constitui um vasto quadrado de 16 km de contorno, defendido em três lados por um duplo muro de terra e adobes: numerosas portas são assinaladas pelos textos, mas conhecemos somente sete, das quais a mais notável é a de Ishtar [...]. Os famosos jardins suspensos [...] tratam-se de terraços dispostos sobre uma série de salas em abobada de pedra. (PETIT, 1979, p. 69)**

A citação de Petit lembra duas das mais conhecidas realizações neobabilônicas no campo do urbanismo: a Porta de Ishtar e os Jardins Suspensos. Ambos foram construídos durante o governo de Nabucodonosor (605-562 a.C.), mais ilustre soberano desta sociedade. A bela porta de Ishtar foi pintada em azul, com diversas decorações douradas nos frisos e com relevos de animais. Uma reprodução desta obra se encontra no Museu de Pérgamo, em Berlim, na Alemanha.

Já os Jardins Suspensos da Babilônia possuem uma curiosidade intrigante. Embora sejam bastante conhecidos, até no imaginário daqueles que não são estudantes de História – a própria passagem de Paul Petit menciona esse aspecto – pouquíssimos vestígios arqueológicos a seu respeito foram encontrados. Sendo assim, todas as imagens que temos dos Jardins Suspensos são criações modernas, inspiradas por passagens de autores antigos – como o grego Heródoto, que você lerá ao fim desta seção – que, em linhas gerais, descrevem um jardim babilônico adornado por belas plantas, construído em terraços ascendentes e com um complexo sistema de irrigações.



Uma das mais fantásticas criações dos povos do Crescente Fértil foi o Código de Hamurabi, compilado durante o reinado do soberano babilônico homônimo, no século XVIII a.C. O Código de Hamurabi é um conjunto de leis bastante austeras que legislam sobre temas como escravidão, propriedade e casamento. Alguns excertos podem ser vistos a seguir, retirados desta importante complicação de documentos antigos:

PINSKY, Jaime. **100 Textos de História Antiga**. São Paulo: Global, 1980.

Vejamos alguns deles:

“Se a mulher de um homem tiver sido pega dormindo com outro varão, ambos serão atados e lançados na água”. (PINSKY, 1980, p. 106).

“Se um homem roubou o tesouro do Deus ou do Palácio, este homem será morto, e aquele que recebeu o objeto roubado pela sua mão (o receptor) será morto”. (PINSKY, 1980, p. 140).

“Se um construtor edificou uma casa para um homem livre, mas não reforçou seu alicerce, e a casa que construiu caiu e causou a morte do dono da casa, o construtor será morto”. (PINSKY, 1980, p. 141).

Mesmo com a leitura de apenas três artigos do Código de Hamurabi, vemos como suas punições eram severas, bem como o fato de que a aplicação da justiça estava nas mãos dos governantes. Também observamos como este conjunto de leis se ocupava de diversos aspectos da vida cotidiana, como o adultério, o respeito às divindades e as relações de trabalho entre as pessoas. Por fim, outros conhecidos códigos de leis da Antiguidade, como o dos hebreus e/ou dos gregos, possuíam algumas normas semelhantes ao Código de Hamurabi, que será apresentado com mais detalhes nas próximas unidades e seções.

O domínio dos neobabilônicos na região da Mesopotâmia foi curto. Eles foram vencidos pelos persas em 539 a.C., que eram comandados por Ciro, primeiro soberano desta civilização, responsável também pela conquista da Média (atual Irã) e Lídia (atual Turquia), fundando um império que duraria até os dias de Alexandre, o Grande.

Algumas das principais diferenças dos persas em relação aos demais povos que estamos estudando nesta seção dizem respeito às cidades e à organização urbana. Enquanto hititas e caldeus mantinham suas capitais fixas, respectivamente, em Hattusa e na Babilônia, os persas possuíam diversas capitais, com o rei passando uma parte do ano em cada uma delas. Também por conta da enorme extensão de seu

império, os persas espalharam sua administração e seu tesouro por cidades como Persépolis, Pasárgada, Ecbátana, Susa e pela própria Babilônia (BRIANT, 2002).

Dentre as capitais citadas, falaremos brevemente de duas delas. A primeira, Pasárgada, foi fundada pelo próprio Ciro, mas ficou inacabada por conta de sua morte, em 530 a.C. Hoje, Pasárgada é um sítio arqueológico em Fars, no Irã, e Patrimônio Mundial da Unesco. Seu mais conhecido monumento é uma tumba que teria pertencido ao próprio Ciro.

Outra notável capital do império foi Persépolis, fundada por um dos mais conhecidos reis persas, Dario I (550-486 a.C.). Entre as capitais imperiais, Persépolis tinha importante função cerimonial, sendo o provável local em que os soberanos persas celebravam o ano novo, segundo seu calendário. A cidade era tão importante e tinha tamanho simbolismo que, quando Alexandre, o Grande, conquistou a Pérsia, mandou atear fogo em Persépolis, como forma de vingar os gregos que antes haviam sofrido em mãos persas, durante as Guerras Médicas (490-479 a.C.) (SÁNCHEZ, 2008).

A partir desta breve apresentação sobre três importantes culturas que habitaram o Crescente Fértil, pudemos notar algumas características, semelhanças e diferenças entre suas cidades. Os hititas tinham em Hattusa sua capital e centro urbano mais importante. Além disso, até o século XIX, eram conhecidos apenas por meio da Bíblia, mas descobertas arqueológicas na atual Turquia trouxeram outras evidências desta civilização. Já os neobabilônicos, ou caldeus, tiveram no esplendor da Babilônia e em seus Jardins Suspensos sua mais conhecida realização. Todavia, pouquíssimos vestígios arqueológicos dos Jardins Suspensos foram encontrados, de modo que todas as imagens que temos dele são criações modernas. Os persas, por fim, diferenciavam-se dos demais povos por possuírem diversas cidades com função de capital, por conta da enorme extensão de seu império (THE CAMBRIDGE, 2008).



### Exemplificando

Assim como no mundo moderno, os povos da Antiguidade também tinham suas capitais. Da mesma maneira que hoje alguns países não têm em sua capital o centro econômico, apenas o centro da administração política, isso também acontecia no Mundo Antigo. Um bom exemplo disso é a Pérsia, que pela extensão de seu império possuía diversas capitais, como Persépolis, Susa, Pasárgada e outras.

Além de hititas, caldeus e persas, a região do Crescente Fértil também foi lar de outra conhecida civilização da Antiguidade: a egípcia. Nesta última parte da seção, aprenderemos algumas características dos egípcios, especialmente sobre sua cultura, em complemento às informações da seção anterior.

O historiador grego Heródoto, autor de *Histórias*, já na Antiguidade ressaltou o valor do rio Nilo para o Egito, mostrando a importância da água para a agricultura e para a vida naquela região. Heródoto acreditava que o limo trazido pelo rio Nilo durante suas cheias era o principal responsável pela fertilidade do solo egípcio, dando àquelas terras condições para a criação de plantas e animais.

Além do domínio da agricultura e da importância do Nilo para esta atividade – e aqui vemos a importância do conceito de “Crescente Fértil” –, os egípcios também se destacavam por suas criações culturais e por sua religião. As crenças egípcias eram politeístas e envolviam diversas histórias associadas aos seus muitos deuses. Talvez a mais conhecida delas seja o mito de Osiris, divindade da qual os próprios faraós se diziam descendentes. O mito é resumido da seguinte forma, por Julio Galha:



Osiris era o deus que, com sua irmã-esposa Ísis, reinava sobre o Egito. Ele havia ensinado aos homens a agricultura e a metalurgia e era amado por seus súditos. Seu enciumado irmão Seth (o deus do mau vento do deserto) o matou, colocou seu corpo num cofre e jogou no Nilo. Ísis procurou o cadáver do marido e o encontrou em Biblos. Ela o trouxe de volta e o escondeu em um pântano. Seth o descobriu, cortou-o em 14 pedaços e os espalhou pelo Egito. Ísis novamente foi atrás do marido, recuperou os pedaços em decomposição, com exceção do falo, e, com eles, fez uma múmia. Com a ajuda de outros deuses mais seus poderes mágicos, Ísis devolveu a vida ao marido e reconstituiu seu membro perdido. O casal gerou Hórus, que foi criado pela mãe e protegido do ambicioso Seth até chegar o momento de assumir o trono. Osiris não recuperou seu reinado terrestre, mas passou a reinar sobre os mortos. Hórus, mais tarde, tornou-se o rei do Egito. Os faraós o sucederam. (GRALHA, 2009, p. 16)

Fica claro como o mito de Osíris evoca muitas características cotidianas da sociedade egípcia. O casamento entre irmãos, comum entre os faraós egípcios até a dominação romana, no final do século I a.C.; a presença do Nilo, sempre importante na vida dos egípcios; o processo de mumificação, que tanto contribuiu com o conhecimento sobre a medicina desenvolvido no Egito; e, por fim, o faraó, figura que representavam a um só tempo o maior poder do governo e a reencarnação dos deuses que os procederam. Sendo assim, a religião estava presente em todos os momentos da vida do homem egípcio (BERLEV, 1994).

Outra importante característica dos antigos egípcios era a arte, que muitas vezes apresentava temas do universo religioso. Sarcófagos, painéis, pinturas em parede e muitas outras expressões são algumas das mais marcantes realizações da arte egípcia, também conhecida por seus objetos de uso cotidiano e pelo esplendor de sua arquitetura. Nos dias de hoje, muitas peças da arte egípcia encontram-se em museus espalhados pelo mundo, especialmente na Europa. Um dos mais conhecidos é o Museu Britânico, em Londres, e você poderá ver parte de seu acervo no link disponível em: <<http://www.britishmuseum.org/>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

## **Sem medo de errar**

Todo o estudante e futuro professor de História deve se acostumar à existência de diversas opiniões e possibilidades de interpretação de um mesmo evento ou objeto histórico. Ao longo de todo seu curso, seja na disciplina de História Antiga ou nas demais, será fundamental que você desenvolva esta habilidade, que permitirá se tornar um professor mais completo, capaz de ministrar aulas nas quais os alunos vejam as diversas interpretações sobre um objeto histórico e tenham sua própria leitura sobre eles, despertando seu senso crítico.

Nesta seção, aprendemos sobre a Babilônia, uma das mais fascinantes cidades do Mundo Antigo, que despertou interpretações divergentes a seu respeito já na Antiguidade. Um interessante exercício reflexivo que você poderá estabelecer com seus alunos é fazê-los comparar os dois pequenos trechos a seguir, ambos referentes à Babilônia. O primeiro é do historiador grego Heródoto, e o segundo é da Bíblia. Veja o que diz Heródoto sobre a cidade mesopotâmica.



Na região da Assíria (situada ao norte da Mesopotâmia, em torno do Rio Tigre), existem outras muitas e grandes cidades, mas a mais famosa e poderosa era a Babilônia [...]. Então, o extenso tamanho, que é próprio da cidade da Babilônia, foi ornamentado como nenhuma outra cidade dentre as que nós mesmos vimos. (HERÓDOTO, 2015, p. 178)

Agora, analise o excerto do livro bíblico do Apocalipse, retirado da seguinte edição:



Na sua frente estava vestida de púrpura e escarlate, adornada de ouro, pedras preciosas e pérolas. Tinha na mão uma taça de ouro, cheia de abominação e de imundice de sua prostituição. Na sua frente estava escrito um nome simbólico “Babilônia, a Grande, a mãe da prostituição e das abominações da terra”. (Apocalipse, 17:5, 2003)

Você pode notar que os dois trechos têm visões muito distintas da cidade. Enquanto o historiador grego exalta o esplendor, a extensão territorial e o poder da Babilônia, o texto bíblico a condena como um lar de prostituição e das abominações na terra. Você poderá pedir a seus alunos para que pesquisem e apresentem um trabalho sobre os possíveis motivos da divergência entre os dois trechos. Dê a eles dicas e sugestões, como procurar sobre o episódio conhecido como “Cativeiro da Babilônia”, quando os hebreus foram vencidos e capturados pelos caldeus, liderados por Nabucodonosor, e levados como cativos até a Babilônia. Os hebreus professavam a fé judaica, que influenciou o cristianismo de muitas maneiras, inclusive na opinião negativa sobre a cidade – lembre-se de que o trecho que estamos analisando é do Apocalipse, parte integrante do Novo Testamento.

Aprenderemos mais sobre Heródoto nas próximas unidades, mas desde já você deve saber que o historiador grego tinha o desejo de contar a seus leitores sobre as maravilhas de cada lugar que visitou, tentando atrair a atenção daqueles que lessem seu texto (HARTOG, 1999). Sabendo disso, você poderá instigar seus alunos a pensarem o porquê de Heródoto ter se maravilhado com a Babilônia. Haveria ele visto – e seus leitores também – cidades tão adornadas com belezas

naturais e com extensão tão grande como a Babilônia? Realizando este exercício, você poderá fazer uma aula dinâmica, mostrando, na prática, como podem existir diversas interpretações sobre um mesmo objeto histórico, e, mais do que isto, mostrar como tais interpretações sempre estão ligadas ao momento e aos responsáveis por gerá-las.

## Avançando na prática

### As cidades e capitais na Antiguidade Oriental

#### Descrição da situação-problema

Nesta seção, estudamos algumas sociedades da Antiguidade Oriental, como os hititas, caldeus, persas e egípcios. Entre suas semelhanças e diferenças, vimos algumas realizações destas sociedades no âmbito do urbanismo, bem como a importância e as características das cidades para estes povos. Em vista disso, como você poderia ensinar seus alunos a respeito da importância das cidades e das capitais para as sociedades do Oriente Antigo?

#### Resolução da situação-problema

Como professor, você poderá fazer que seus alunos notem como a vida cotidiana está, em diversos momentos, ligada às cidades. Provavelmente, a maior parte de seus alunos será oriunda das zonas urbanas. Tente fazê-los imaginar como seria a vida deles em uma localidade afastada de grandes centros, quando, para realizar as mais corriqueiras atividades, seria necessário se deslocar por grandes distâncias. E mais do que isso, deslocar-se para lugares distintos, conforme a necessidade pedisse. A escola estaria em uma direção, o local para conseguir alimentos em outra, e assim por diante.

Sendo assim, o surgimento das cidades no Mundo Antigo beneficiou ou prejudicou a vida das pessoas? Será que haviam apenas pontos positivos na vida das cidades? Como aconteceu o surgimento destas cidades, quem foram os responsáveis por trabalhar em sua fundação? Estas, e muitas outras, são questões que você poderá levar à sala de aula, para que seus alunos reflitam sobre as cidades na Antiguidade e no mundo moderno.

Seguindo por este caminho, você poderá perguntar a eles a

respeito do que sabem sobre as capitais dos países, quais são suas funções, se são as cidades mais conhecidas e maiores, entre outros aspectos. Na sequência, pergunte a eles como seria um país com muitas capitais, cada qual com suas funções e características. Ao fazer isto, faça-os imaginar como seria a administração no Império Persa, que tinha diversas capitais ao longo de seu território. Seguindo estes passos, você poderá realizar uma aula dinâmica, interagindo com seus alunos, ao aproximar um tema distante como a Antiguidade Oriental a situações do cotidiano deles.

## Faça valer a pena

**1.** “Um dos pontos centrais da historiografia contemporânea é reconhecer que os quadros e as sequências que usamos para interpretar o passado são arbitrários. Eles não são naturais, mas resultados da reflexão dos historiadores. Serão sempre arbitrários. O importante é que sejam explícitos para poderem ser debatidos, criticados, alterados” (GUARINELLO, 2013, p. 14).

Com base no texto de Norberto Guarinello, bem como na leitura dos itens de seu material didático, assinale a alternativa correta em relação ao surgimento e ênfase do conceito de Crescente Fértil:

- a) Foi criado na Antiguidade por historiadores gregos preocupados com questões políticas.
- b) Foi criado na Idade Média por autores preocupados com questões culturais.
- c) Foi criado na Idade Moderna por autores preocupados com questões econômicas.
- d) Foi criado no início do século XIX por James Breasted, com ênfase na agricultura.
- e) Foi criado no início do século XIX por James Breasted, com ênfase na cultura.

**2.** O termo “Crescente Fértil” faz alusão ao desenho imaginário traçado entre diversos rios que hoje estão nos territórios de países como Egito, Iraque, Irã, Palestina e Jordânia. Graças à presença destes rios, foi possível desenvolver a agricultura,

base do longo processo de sedentarização da espécie humana:  
Assinale a alternativa que corretamente nomeia os rios cujo enunciado faz alusão.

- a) Tigre, Eufrates, Amazonas e Nilo.
- b) Tigre, Eufrates, Nilo e Rio Amarelo.
- c) Rio Amarelo, Nilo, Amazonas e Jordão.
- d) Tigre, Amazonas, Jordão e Eufrates.
- e) Tigre, Eufrates, Nilo e Jordão.

**3.** O desenvolvimento das cidades e do urbanismo se deu em diversas sociedades da Antiguidade Oriental. Povos como os hititas, babilônios e persas desenvolveram centros urbanos complexos, que combinavam a administração do poder central às funções econômicas.

Sobre os persas e suas capitais, podemos destacar como singularidade:

- a) Os persas possuíam diversas capitais, espalhadas por todo o Império.
- b) Os persas possuíam uma capital fixa apenas em Persépolis.
- c) Os persas não possuíam capitais.
- d) Os persas criaram capitais apenas após a sua conquista pelos macedônios.
- e) Os persas criaram capitais apenas após a sua conquista pelos árabes.

## Seção 2.3

### Índia, China e Japão

#### Diálogo aberto

Na Unidade 1, vimos que o cinema é uma ferramenta importante para o professor de História. Seja como representação de períodos e sociedades – que têm pouco destaque nos currículos escolares –, seja como crítica a essas representações; fato é que o cinema é um recurso por meio do qual você poderá incrementar suas aulas.

Sabendo disso, você poderá fazer o seguinte experimento com seus alunos: perguntar a eles quais filmes sobre a Antiguidade conhecem e/ou assistiram.

Certamente, a maior parte dos estudantes nomeará filmes que abordam o mundo greco-romano ou o contexto judaico-cristão, narrando histórias do Antigo e Novo Testamento. É muito provável que as produções mais mencionadas sejam *300* (2006) – talvez por conta da presença do ator brasileiro Rodrigo Santoro interpretando o rei persa Xerxes –, *Alexandre* (2004), *Troia* (2004), *A Paixão de Cristo* (2004) ou mesmo alguns bem recentes, como *Noé* (2014) e *Ben Hur* (2016), mais uma vez com Rodrigo Santoro, agora interpretando Jesus. É possível também que outros filmes, mais antigos, sejam citados, como *Cleópatra* (1964), *Os 10 mandamentos* (1956) ou *Quo Vadis* (1951).

Ainda que estes filmes tenham características próprias, todos têm em comum o fato de abordarem temas referentes à Antiguidade greco-romana ou judaico-cristã. Mesmo quando acabam por tratar do Egito, como em *Cleópatra*, isto acontece do ponto de vista dos romanos, como Marco Antônio e César.

Repare como há poucos filmes conhecidos sobre o tema desta unidade. Ao final destas páginas, daremos sugestões de como tratar sobre este período utilizando filmes de maneira crítica.

## Não pode faltar

As seções de História Antiga estudadas até aqui tiveram vários pontos em comum. Talvez o principal deles seja a crítica às noções generalizantes que foram empregadas no estudo do Mundo Antigo. Aprendemos sobre conceitos de “Antigo Oriente Próximo”, “Crescente Fértil”, “modo de produção asiático” e outros, conhecendo suas balizas e limites. Para começarmos esta seção, esse tipo de metodologia voltará a guiar nossos passos, desta vez para discutirmos a História Antiga do assim chamado “Extremo Oriente”.

Já aprendemos que a divisão entre Oriente Próximo e Extremo Oriente é arbitrária e obedece mais aos anseios dos historiadores modernos do que corresponde às realidades antigas (FUNARI, 2004). Além desse aspecto, outros problemas surgem para o estudo dos períodos antigos de sociedades como o Japão, a China e a Índia. O primeiro deles é de qual Antiguidade estamos falando? De acordo com nossas balizas ocidentais, o estudo da História Antiga se ocupa do período entre a invenção da escrita e a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C.

Entretanto, é apropriado perguntarmos qual é a validade deste recorte para as sociedades que iremos estudar nesta seção. Qual seria o impacto da queda de um imperador romano para japoneses, chineses e indianos, povos que estavam estabelecidos há muito mais tempo do que os romanos?

Da mesma forma, costumamos usar a medida antes de Cristo (a.C.) e depois de Cristo (d.C.) para nos referirmos às datações da Antiguidade. Contudo, seria válido o uso deste parâmetro para medir o tempo de sociedades não cristãs que tiveram pouco contato com o cristianismo, como as que estamos estudando? A resposta à pergunta tem sido cada vez mais negativa e, para os estudos da Ásia, muitas vezes têm sido empregadas fórmulas como +20 (século XX d.C.) ou -4 (século IV a.C.) na tentativa de abordar o estudo das sociedades orientais de forma mais respeitosa e sem o crivo cristão (BUENO, 2012a).



A separação entre História Antiga do Oriente Próximo e do Extremo Oriente é arbitrária e reflete a imposição da Europa moderna sobre as antigas sociedades orientais.

Duas outras dificuldades também se fazem presentes no estudo do Extremo Oriente. A primeira delas é que, quando pensamos em Japão, China e Índia, quase que imediatamente imaginamos seus territórios atuais, mas na Antiguidade, eles eram muito diversos, com fronteiras sempre em disputa e alterações constantes na extensão de seus domínios. A última dificuldade, por fim, é o risco de cometermos grandes generalizações ao tratar da História da Ásia, como resume André Bueno:



**A própria designação “Ásia” ou “Oriente” é absolutamente vaga e indistinta [...]. Ela nomeia um vasto território que vai de Israel até o Japão e que é habitado por uma plêiade de civilizações bastante diferentes umas das outras. Pense: qual a semelhança que existe entre um chinês e um árabe? O que aproxima um egípcio, um tajique e um vietnamita? Devemos ter muito cuidado ao empregar o termo “oriental” como se fosse uma coisa só, do mesmo modo que temos cautela ao afirmar que algo é “ocidental”. (BUENO, 2012a, p. 13)**

Agora que você já pode refletir sobre as vantagens e desvantagens da aplicação de alguns conceitos da História Antiga Ocidental à História Antiga do Extremo Oriente, podemos avançar um pouco mais. Apresentaremos algumas características da história e da cultura de três importantes civilizações da Antiguidade do Extremo Oriente: Japão, China e Índia.

A divisão da história de uma civilização em períodos é uma das ferramentas mais usadas pelos historiadores, permitindo observar algumas características comuns de determinada civilização em determinado recorte temporal. Com o Japão não é diferente. Normalmente, a história japonesa é dividida em 14 períodos ou Eras, dos quais nos interessam a Era Jomon (aproximadamente 10.000 a.C. até 300 a.C.) e a Era Yayoi (aproximadamente 300 a.C. até 250 d.C.), períodos mais recuados da História Japonesa (BROWN, 2006).

A Era Jomon tem seu início marcado pelos primeiros sinais de

ocupação do arquipélago japonês, no período em torno de 10.000 a.C a 8.000 a.C. A principal fonte para o estudo deste período é a arqueologia, especialmente as peças de cerâmica. Muitas das peças de cerâmica estão no acervo do Museu Nacional de Tóquio. Veja imagens e vídeos no site, disponível em: <<http://www.tnm.jp/>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

Com base no estudo da cerâmica, acredita-se que os japoneses da Era Jomon eram politeístas, cultuando os elementos da natureza e, também, seus ancestrais familiares. Não há registro da escrita no período, e acredita-se que a vida era nômade e a alimentação fundamentada na caça e na pesca. O fim do período Jomon ocorre por volta do ano de 300 a.C., quando acontece uma grande migração de um povo chamado Yayoi, possivelmente vindo da Península Coreana (KIDDER JR., 2006).

A Era Yayoi (aproximadamente 250 a.C. até 300 d.C.) tem como principal marco o advento do cultivo do arroz e da metalurgia, que levaram ao aumento da população. Também neste período o território japonês é mencionado na literatura, no *Livro de Han*, obra chinesa terminada durante o século II d.C. Por conta desta menção aos japoneses na literatura chinesa, acredita-se que a sociedade da Era Yayoi travou contatos comerciais com a China da dinastia Han.

A Era Yayoi tem seu fim com o início de Era Yamato (aproximadamente 250 a.C. até 710 d.C.). Neste momento, a sociedade japonesa tornou-se mais complexa, até o surgimento de uma corte imperial, liderada pela dinastia Yamato, que passou a governar o país na figura do imperador (BROWN, 2006).

Do ponto de vista religioso, já foi comentado que a crença japonesa era politeísta. Uma de suas mais famosas histórias envolvia os deuses (*kami*) Izanagi e Izanami, que foram responsáveis por dar luz às ilhas do Japão, mares, rios, montanhas e árvores. Após se relacionarem mais uma vez, Izanagi e Izanami geraram a deusa do Sol (Amaterasu), da qual todos os japoneses descendem. Os primeiros registros deste mito datam do século VIII d.C, quando também surgem as primeiras crônicas japonesas (GONÇALVES, 1964).

Ao longo de todas as seções de História Antiga, você pode aprender como os olhares que direcionamos para o passado estão permeados pelo nosso presente. Este aspecto também é válido para a sociedade japonesa, o que explica o momento em que os historiadores japoneses mais se dedicaram ao estudo das origens do

seu próprio país – a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O período anterior ao conflito foi marcado, entre outros, pelo imperialismo japonês, ocasião em que os nipônicos ocuparam regiões como a Manchúria, na China.

Governos imperialistas geralmente buscam legitimar suas ações por meio da instrumentalização do passado, e assim também aconteceu no Japão. As pesquisas realizadas pelos historiadores japoneses durante este período buscavam enfatizar o caráter divino do imperador e a singularidade da cultura japonesa que, por sua superioridade, deveria se sobrepor a todas as outras. Muraoka Tsunetsugu (1884-1946) foi um dos mais importantes historiadores desta época (BROWN, 2006).



### Refleta

Ao longo de todas as seções você já refletiu sobre como os historiadores olham e se utilizam do passado para responder anseios de seu próprio presente. Se este raciocínio é válido para as ditas sociedades ocidentais, também é para as sociedades do Oriente. No Japão, por exemplo, houve grande aumento de pesquisas e livros de História nos períodos próximos à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando o Japão era uma potência imperialista que, para justificar suas ações políticas, dava ênfase à construção de um passado glorioso que deveria guiar os japoneses do presente.

Se o Japão desenvolveu sua forma de pensar e escrever história apenas durante o século VIII d.C., este fenômeno ocorreu de forma bem mais precoce na China. O atribulado cenário político deste país, com inúmeras guerras de sucessão entre as dinastias, pode ter influenciado a aceleração do desenvolvimento da história escrita (GONÇALVES, 1964).

Desde o século X a.C., a China desenvolveu uma longa tradição de estudos históricos, responsável pela produção de cronologias reais. Um grande nome desta tradição é Confúcio (aproximadamente 551-479 a.C.). O sábio chinês defendia a história como uma forma de analisar e compreender as sociedades a partir de parâmetros morais e sociais. Outro grande nome do período é Sima Qian (séculos II a I a.C.), responsável por elaborar uma cronologia da história chinesa com base em métodos de pesquisa de documentos e verificação de datas por meio de astronomia, entre outros expedientes que só seriam usados pelos ocidentais muito mais tarde (BUENO, 2012a).

Sima Qian também foi o criador de uma refinada Filosofia da História, com base na teoria dos cinco elementos, conforme explicado por André Bueno:

Para os chineses, os ciclos dinásticos representam a teoria de que cada dinastia tem seu momento de ascensão, apogeu e queda, invariavelmente. Com Sima Qian, passou-se a acreditar que isso possuía uma relação com o ciclo dos cinco elementos. Por exemplo: uma dinastia cuja força seria representada pelo fogo seria “apagada” por uma dinastia que se representasse pelo poder da água. Para Sima Qian, poderíamos identificar os sinais de uma dinastia por um processo de associação: uma dinastia muito guerreira seria de “fogo”, uma dinastia forte seria de “madeira”, uma dinastia provedora e rica seria de “terra”, etc. (BUENO, 2012a, p. 15)

Assim como no caso japonês, costuma-se dividir a história chinesa em períodos, cada um deles nomeado de acordo com a dinastia mais importante. Entre as mais antigas, cinco se destacam

- Dinastia Xia (aproximadamente 2000 a.C. a 1600 a.C.).
- Dinastia Shang (aproximadamente 1600 a.C. a 1000 a.C.).
- Dinastia Zhou (aproximadamente 1000 a.C. a 250 a.C.).
- Dinastia Qin (aproximadamente 250 a.C. a 200 a.C.).
- Dinastia Han (aproximadamente 200 a.C. a 200 d.C.).

Os registros arqueológicos referentes ao período da Dinastia Xia revelaram vestígios de cidades, trabalhos em bronze e também tumbas, além da criação de cavalos e da produção do vinho, em uma sociedade de monarquia hereditária. Já entre as características da Dinastia Shang, podemos destacar a presença dos holocaustos humanos, dos carros de guerra e do trabalho com o bronze. A Dinastia Zhou teve no domínio do ferro sua maior realização. Após diversos conflitos internos, foi substituída pela breve Dinastia Qin, soberana sobre a China por menos de 50 anos.

Apesar de sua curta duração, a Dinastia Qin ficou marcada por ter unificado o território chinês sob o jugo de Shi Huangdi, nome

formado pela junção de termos *Shi* (primeiro) e *Haundgi* (imperador), responsável pelas primeiras edificações da Muralha da China. Outro período de conflitos internos se seguiu, levando à ascensão da Dinastia Han, período mais próspero da China Antiga (LOEWE; SHAUGHNESSY, 2006).

A Dinastia Han adotou a Filosofia de Confúcio como pensamento oficial e desenvolveu atividades como agricultura, comércio e artesanato. Além disso, estendeu seus territórios e sua influência política, estabelecendo, inclusive, contato com o Império Romano durante os séculos I e II d.C. O desenvolvimento da História e das listas de dinastias igualmente floresceu durante o período da Dinastia Han. Um dos grandes historiadores do período é Dong Zhongshu (179-104 a.C.), que utilizou as categorias de elementos criadas por Sima Qian para pensar as personalidades das pessoas. Assim, haveria homens com temperamento de “fogo”, geralmente bons guerreiros, ou homens com temperamento de “terra”, pessoas calmas, normalmente dadas à filosofia (BUENO, 2012a):



### Exemplificando

Confúcio (aproximadamente 551-479 a.C.) foi um sábio chinês e um dos principais nomes para o desenvolvimento do pensamento histórico na China. Leia o livro a seguir para saber mais sobre este sábio:

BUENO, André. **O Extremo Oriente na Antiguidade**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012a.

“Quem, ao repassar o velho, descobre o novo, é apto para ser mestre” (Lunyuou Diálogos, cap. 2).

Uma de suas máximas é:

A primeira sentença de Confúcio já mostra a importância atribuída pelo filósofo chinês ao passado. Não apenas é necessário conhecê-lo, uma vez que é excelente fonte de exemplos de conduta e moral, mas também é preciso ensiná-lo, repassá-lo aos mais jovens. O verdadeiro mestre, porém, é aquele capaz não só de colher os frutos do passado como de descobrir o novo por meio dele, conhecendo novas e importantes maneiras de se instruir com os exemplos antigos. O próprio Confúcio, aliás, não tinha medo de externar sua veneração pelo passado, como fica claro em outra de suas máximas:

“Eu transmito, não invento nada. Confio no passado e o amo” (Lunyuou Diálogos, cap. 7).

A última sociedade que vamos estudar nesta unidade é a indiana. Já aprendemos que o Japão Antigo e a China Antiga tinham concepções de tempo diferentes dos ocidentais, favorecendo ou não o desenvolvimento e a presença de historiadores. Para o caso da Índia, a questão religiosa teve grande importância para o pensamento histórico.

A principal religião indiana é o hinduísmo, que tem entre suas características a concepção de que o mundo material é uma prisão da alma, cabendo aos humanos escapar desta prisão por meio de boas ações. Esta concepção religiosa acabou por desfavorecer a presença de historiadores na Índia Antiga, pois, segundo André Bueno (2012a, p. 64):

**[...] Registrar o que se passava no “mundo material” era “perda de tempo” (literalmente), pois se trataria simplesmente de escrever sobre os mesmos problemas indefinidamente. A memória deveria ser usada de outra forma: ela deveria preservar a religião e os meios para escapar da matéria.**



Diante desta singularidade, a maioria das informações sobre a história da Índia de que dispomos vêm de registros arqueológicos, textos religiosos ou historiadores provenientes de outras tradições, como os gregos. Apenas com a ocupação inglesa na Índia, a partir do século XVIII, é que começaram a surgir as primeiras “histórias da Índia”, quase sempre patrocinadas pelos próprios ingleses.

Exatamente por conta dessa situação política, foram os ingleses os responsáveis por descobrir as primeiras civilizações indianas, que habitaram o vale do rio Indo. Harappa e Mohenjo-Daro eram os centros dessas civilizações, que se organizaram em cidades com planejamento urbano já por volta do ano de 2500 a.C.

Essas primeiras civilizações do vale do Indo desaparecem, porém, por volta do ano de 1800 a.C. Foram conquistadas por populações estrangeiras, que os historiadores acreditam ter vindo da Ásia Central e do Cáucaso (sul da Rússia e Geórgia), e que tinham o nomadismo e as práticas pastoris e guerreiras como características (WHEELER, 1953).

Após este período, a literatura indiana começou a se desenvolver com maior vigor, fenômeno exemplificado pelo surgimento do Mahabharata, obra em sânscrito e um dos textos mais longos já escritos pela humanidade. Krishna-Dvapayana Vyasa é seu alegado autor e o Mahabharata, em linhas gerais, trata do tripé da vida humana segundo o hinduísmo: a religiosidade e boas ações, o desfrute econômico e a fruição sensorial (BUENO, 2012a).

O período entre os séculos VI a.C. e V a.C. viu outras importantes mudanças ocorrerem na sociedade indiana. O primeiro deles foi a aparição de Siddharta Gautama, popularmente conhecido como Buda, termo que significa *iluminado*, um nobre vindo de uma região ao sul da Índia, que optou por abandonar seu trono e partir em busca de respostas para o sofrimento humano. Após suas peregrinações, atingiu a "iluminação", tendo se tornado o criador da doutrina filosófico-religiosa conhecida como budismo.

Os ensinamentos do budismo iam à contramão do hinduísmo tradicional, conforme explica André Bueno:



O pensamento budista oferecia a libertação a todos, sem exceção. Tal pensamento ia contra diretamente o raciocínio hindu tradicional, que compreende o retorno à vida material nas castas como parte do processo de extinção do karma. Buda afirmava o contrário: que a libertação poderia ser obtida nesta vida ou que a reencarnação podia se dar de formas variadas, incluindo aí o retorno no corpo de animais, como forma de expiação. (BUENO, 2012a, p. 95)



#### Pesquise mais

O karma é um conceito central no sistema religioso indiano, especialmente no hinduísmo e no budismo. De maneira resumida, significa ação, especialmente aquelas do passado que terão influência no presente e no futuro, à medida que se sucedem as encarnações. Segundo a tradição budista, para pagar pelas intenções ruins, as pessoas têm de reencarnar em castas inferiores, expirando um pouco de sua culpa conforme vão correndo as encarnações, em um ciclo chamado samsara. Para aprender mais sobre o karma e sua concepção segundo o hinduísmo e o budismo, consulte a obra a seguir:

BUENO, André (Org.) Cem textos de história indiana. União da Vitória, 2011. Disponível em: <<http://historiaindiana.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Deste modo, no século V a.C., a sociedade indiana já assiste ao seus primeiros abalos: a ascensão de uma doutrina filosófico-religiosa, cujos preceitos eram opostos à antiga ordem hindu. O hinduísmo tinha como uma de suas características a divisão da sociedade em castas, isto é, em grupos hereditários que possuíam direitos e deveres distintos. Por exemplo, um membro da casta dos brâmanes, a mais elevada, se manteria nesta condição eternamente graças ao conceito de hereditariedade das castas. Como vimos no item "Pesquise mais", o budismo permitia que todos alcançassem a salvação mediante reencarnações sucessivas.

A Índia também passou a sofrer com constantes invasões estrangeiras. A primeira delas foi realizada pelos persas, que transformaram a Índia em uma província, embora ainda com relativa liberdade. O domínio persa no território indiano acabou em 336 a.C., quando Alexandre, o Grande, conquistou a Índia. Apesar de curta, a hegemonia greco-macedônia sobre os povos indianos deixou marcas importantes.

Ao escrever sua obra sobre Alexandre, o historiador grego Arriano (século II d.C.) compôs um tratado de nome *Indica*, um dos primeiros textos de historiadores helênicos sobre a região. Também por causa do contato com os gregos, a arte indiana sofreu alterações, passando a incorporar elementos da arte helênica. Um bom exemplo disso são estátuas em que Buda é representado com vestes gregas. A esta combinação entre arte grega e indiana é dado nome de arte Gandhara (BUENO, 2012a).

Para encerrarmos esta seção, teremos de retomar um aspecto que você aprendeu na Seção 1.3. Se você reler aquela seção, encontrará informações a respeito dos filmes sobre a Antiguidade. Você notará que produções como *300* (2006) deixam transparecer claros juízos de valor entre seus personagens. Gregos são belos, fortes, lutam em prol da justiça e têm um código moral irretocável. Por outro lado, os persas são disformes, traiçoeiros e não medem os caminhos para a sua vitória. Este tipo de caracterização também é comum em uma série de outros filmes sobre os povos orientais.

Para criticar esta caracterização negativa dos orientais no cinema,

na literatura e em muitas outras plataformas, o intelectual palestino Edward Said (1935-2003) criou o conceito de “orientalismo”, em sua obra homônima, lançada em 1976. De forma sintética, Said defendia que as imagens criadas pelos ocidentais a respeito dos orientais tendiam a taxá-los como preguiçosos, violentos, apáticos e exóticos, em categorias paradoxais que refletiam apenas a incapacidade dos ocidentais em compreenderem os orientais.

Uma vez que você já aprendeu a respeito de como a visão orientalista se faz presente em filmes que tratam dos persas, podemos mencionar como este tipo de interpretação também se faz sentir em produções a respeito das sociedades do Extremo Oriente. Vejamos dois filmes que, por caminhos diferentes, fazem menção aos indianos e a seu encontro com os grego-macedônios, representados por Alexandre, o Grande.

O primeiro filme é *O homem que queria ser rei* (1975), inspirado no conto homônimo do escritor britânico Rudyard Kipling (1865-1936) e dirigido por John Huston. A película conta a história de dois oficiais proscritos do exército britânico que acabam de chegar em um território inexplorado chamado Kafiristão – que, segundo a lógica do filme, seria próximo à Índia e ao Paquistão. Ao alcançarem este território, os habitantes locais passam a venerar como deuses os ex-soldados, pelo fato de terem a pele branca. Segundo o enredo, o último homem branco visto por eles foi Alexandre, o Grande. De acordo com o filme e seu conto inspirador, parece haver um contraste entre a Índia, território que já recebe as “benesses” da civilização, por meio do contato com os ingleses, e o remoto Kafiristão, cujo último anjo tutelar ocidental foi Alexandre.

Outra produção que relata o encontro entre ocidentais e indianos é *Alexandre* (2004), do diretor estadunidense Oliver Stone. Ao narrar as aventuras do conquistador, Stone o faz se encontrar com os indianos, não medindo esforços para caracterizá-los como exóticos, com suas vestes e barbas coloridas, além da postura passiva, como se fossem tão vagarosos que nem a vinda do contingente de estrangeiros abalasse seu cotidiano.

Ambos os filmes citados apresentam uma visão orientalista sobre a Índia e seus habitantes. A chegada de Alexandre representa um ponto de mudança na história indiana, como se a civilização tivesse alcançado a Índia apenas após a chegada das luzes da sabedoria grega. Os indianos recebem este “presente” de forma contraditória,

entre o espanto e a incompreensão, reações típicas do discurso orientalista.

## Sem medo de errar

Começamos nossa sugestão sobre o uso de filmes em sala de aula apontando para o fato de que a grande maioria das produções que tratam do Mundo Antigo opta por narrar histórias da civilização greco-romana ou da religião judaico-cristã. Também vimos que, ao retratar civilizações orientais – sejam elas do Oriente Próximo ou Extremo Oriente –, muitas vezes os filmes ocidentais criam visões idealizadas do Oriente, representando-o como exótico, violento e arduo, procedimento denominado de “orientalismo” por Edward Said. Por fim, entre todos os temas da Antiguidade levados às telas, o Extremo Oriente é aquele que menos recebe atenção. Japão, Índia e China antigos têm pouquíssimas películas a seu respeito que, quando existem, tendem a retratá-los como diferentes, exóticos, estranhos.

Para tentar apresentar criticamente a seus alunos alguns desses aspectos elencados, você poderá fazer uma contraposição entre a forma como a Índia e seus soberanos aparecem em dois filmes diferentes: *Alexandre* (2004), de produção americana e mais próximo do repertório dos alunos, e *Sikandar* (1941), produção indiana que retrata o encontro entre Alexandre e o monarca indiano Poro, do ponto de vista dos locais. Como este é um exercício que envolve um filme rodado em um ritmo no qual a maioria dos alunos não está acostumado e que não possui cópia dublada – apenas com legendas em inglês –, talvez você precise lançar mão de algumas técnicas, como selecionar passagens específicas, dada a grande duração de ambos os filmes. Outra opção é passar alguns minutos dos filmes e fazer comentários, estimulando o debate a seu respeito na sequência, mantendo uma aula dinâmica e envolvente. Até mesmo a comparação entre *print screens* de cenas específicas pode ajudar. Experimente uma contraposição entre imagens do Poro, de *Sikandar*, e o de *Alexandre*. No filme indiano, o monarca é representado com joias e vestimentas luxuosas, denotando sua riqueza e seu poder, ao passo que na película americana ele apenas enverga armas e trajes de batalha. Um debate entre os dois filmes pode ser iniciado com estas observações simples.

Em um todo, analise como a Índia antiga é retratada de forma bastante distinta nos dois filmes. Para *Alexandre*, os indianos são apenas mais um dos muitos povos vencidos pelos greco-macedônios. Há diversas insinuações negativas que os indianos viveram em meio a uma “água pútrida” e isso que teria feito com que os soldados de Alexandre bebessem apenas vinho. Além disso, o filme relata o espanto dos estrangeiros com a fauna local – especialmente os macacos – e também com as incessantes chuvas na Índia durante o período das monções. O filme parece passar ao expectador a impressão de que tudo em torno da Índia é exótico, distante, um verdadeiro mundo à parte.

Por outro lado, *Sikandar* dá uma visão mais positiva dos indianos – e, não raro, com clara veia nacionalista. O seu enredo gira em torno do soberano Poro, monarca indiano que estava no posto quando Alexandre chegou à Índia. Em diversos momentos, Poro se mostra resistente à dominação greco-macedônia, com uma postura séria e altiva, muitas vezes atacando Alexandre pessoalmente, com discursos fortes e articulados contra a invasão das tropas do conquistador macedônio. Note que *Sikandar* foi lançado em 1941, momento em que a Índia ainda estava sob o domínio inglês – sua independência iria ocorrer apenas em 1947. Desta forma, o filme acaba falando mais do momento presente da Índia, que se via às voltas com a dominação inglesa, do que do antigo embate entre Alexandre e Poro. Não por acaso, a própria coroa britânica chegou a censurar a exibição do filme em algumas salas.

Desta forma, ao contrapor dois filmes que tratam da Índia Antiga e de seu contato com Alexandre, você poderá abordar dois assuntos importantes que têm sido estudados ao longo de todas as seções de História Antiga. Por um lado, poderá mostrar como as construções do passado estão sempre ligadas ao momento presente em que são criadas, seja o Pós 11 de Setembro, no caso de *Alexandre*, ou o cenário de dominação britânica na Índia, em *Sikandar*. Além deste aspecto, a comparação entre os dois filmes pode servir de base para discussões sobre o orientalismo e sobre como este modo de idealização dos orientais é comum no cinema ocidental.

## Avançando na prática

### A sociedade moderna como 'herança' de Grécia e Roma

#### Descrição da situação-problema

É comum que, ao falarmos sobre História Antiga, tenhamos mais conhecimento sobre as sociedades grega e romana, além de sabermos detalhes sobre religiões como judaísmo e cristianismo. Repare que quanto mais “distante” de Grécia e Roma, geralmente mais rasos são nossos conhecimentos sobre os demais povos da Antiguidade. É comum que saibamos uma ou outra característica dos egípcios (pirâmides e faraós), persas (apenas por terem enfrentado os gregos) ou neobabilônicos (pelos Jardins Suspensos). Do Extremo Oriente há poucas informações sobre Japão, Índia e China, mesmo em livros didáticos, como se eles passassem a existir apenas a partir do momento em que tiveram contato constante – via de regra, por meio do imperialismo moderno – com o Ocidente.

Diante destas considerações, você poderá debater com seus alunos a respeito da própria formação dos currículos escolares e sobre quais temas recebem maior destaque. É claro que, por estarmos no Brasil, um país ocidental, é comum darmos maior destaque à história do Ocidente, mas será que este destaque deve ser tão grande a ponto de deixarmos praticamente toda a história oriental de lado? Não seria interessante uma abordagem que mostrasse como Ocidente e Oriente mantiveram contato ao longo da história e como nossa civilização está longe de ser apenas uma herdeira da tradição greco-romana? Um exemplo simples, mas eficiente e que se relaciona ao conteúdo desta seção, é a grande quantidade de invenções chinesas que até hoje são importantes para nossa vida cotidiana, como o papel, a pólvora e a bússola. Usando este pequeno exemplo como ponto de partida, você poderá refletir com seus alunos sobre como nosso mundo moderno é fruto de diversas influências, e não apenas um filho da tradição greco-romana.

Como você trataria a abordagem do assunto com seus alunos?

#### Resolução da situação-problema

Segundo o historiador italiano Arnaldo Momigliano (1991), este tipo de desconhecimento é mais um reflexo da noção – sobre a qual você já pode aprender e criticar nas seções anteriores de História Antiga – de que toda a civilização ocidental é herdeira dos romanos

e, principalmente, dos gregos. Momigliano chega a propor que o conhecimento que temos de povos como persas e babilônicos, bem como sua capacidade de produzir grandes obras arquitetônicas ou Filosofia, não sofreu brusca alteração desde a época dos gregos. Da mesma maneira, pouco sabemos sobre a Antiguidade chinesa e japonesa, justamente pelo fato de que os gregos não tiveram contatos com esses povos.

Ao levar em conta este raciocínio, você poderá retomar com seus alunos reflexões a respeito da importância da História e como ela é ensinada a partir de um recorte que privilegia a experiência Ocidental e, sobretudo, a europeia. Veja como este tipo de escolha se aplica, inclusive, a períodos que não a História Antiga. Em Idade Média, aprendemos sobre o feudalismo como um sistema que dominou a Europa por 1000 anos, sem, geralmente, haver menções ao mesmo período de sociedades como a chinesa, a japonesa e a indiana. Todo livro de História tem a necessidade de fazer escolhas, mas, da mesma forma, todo historiador e professor de História tem de estar atento e crítico a estas escolhas.

### Faça valer a pena

**1.** "A História da China se caracteriza por uma confusão incrível de dinastias que surgem e desaparecem da noite para o dia [...], de revoltas, traições, invasões de bárbaros e toda a sorte de convulsões internas e externas. Tantas mudanças incitaram desde cedo os intelectuais chineses a firmarem no papel a história de sua agitada nação". (GONÇALVES, 1964, p. 321)

A citação de Ricardo Gonçalves versa sobre a relação entre o cenário político chinês e a emergência da história escrita naquele território. A respeito desta ligação, é correto afirmar:

- a) A intensidade dos conflitos dinásticos na China Antiga retardou o surgimento da história escrita.
- b) A intensidade dos conflitos dinásticos na China Antiga acelerou o surgimento da história escrita.
- c) A ausência de conflitos dinásticos na China Antiga retardou o surgimento da história escrita.
- d) A ausência de conflitos dinásticos na China Antiga acelerou o surgimento da história escrita.

e) A intensidade dos conflitos dinásticos na China Antiga não tem relação com o surgimento da história escrita.

**2.** “Antes da aparição do Budismo, a Índia era um país sem historiografia, sem historiadores, sem cronologia. Com sua sociedade [...] encerrada dentro de castas intransponíveis, via reis sucederem-se a reis, cidades nascerem, crescerem e morrerem sem que alguém se lembrasse de lhes escrever a história”. (GONÇALVES, 1964, p. 319)

A citação de Ricardo Gonçalves versa sobre a relação entre o cenário político indiano e a emergência da história escrita naquele território. A respeito desta ligação, é correto afirmar:

a) A organização social dos períodos mais recuados da Índia retardou o desenvolvimento da história escrita naquele território.

b) A organização social dos períodos mais recuados da Índia acelerou o desenvolvimento da história escrita naquele território.

c) A organização social dos períodos mais recuados da Índia não tem relação com desenvolvimento da história escrita naquele território.

d) Por possuir uma organização social muito rígida, a Índia rapidamente desenvolveu o interesse pela história.

e) O sistema de castas da Índia Antiga favoreceu sobretudo a aparição de historiadores naquele território.

**3.** “Instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o”. (SAID, 2007, p. 29)

A citação de Edward Said é sua definição do conceito de “Orientalismo”, a respeito do qual é correto afirmar:

a) Segundo Said, o orientalismo é a prática dos ocidentais olharem para os orientais e enxergá-los como próximos.

b) Segundo Said, o orientalismo é a prática dos orientais olharem para os ocidentais e enxergá-los como próximos.

c) Segundo Said, o orientalismo é a prática dos ocidentais

olharem para os orientais com estranheza e superioridade, tentando controlá-los e domesticá-los.

d) Segundo Said, o orientalismo é a prática dos orientais de olharem para os ocidentais com estranheza e superioridade, tentando controlá-los e domesticá-los.

e) Segundo Said, o orientalismo é a prática de analisar e estudar os orientais sem externar juízos de valor sobre eles.

# Referências

- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Editora Ave Maria, 2003.
- BERLEV, Oleg. **O homem egípcio**. Lisboa: Presença 1994.
- BRIANT, Pierre. **From Cyrus to Alexandre: a History of the Persian Empire**. Indiana: Enseibrauns Press, 2002.
- BROWN, Delmer. Introduction. In: THE CAMBRIDGE. **History of Japan**. Coautoria de John Whitney Hall. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 1-47, v. 1.
- BUENO, André (Org.) **Cem textos de história indiana**. União da Vitória, 2011. Disponível em: <<http://historiaindiana.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. **O Extremo Oriente na Antiguidade**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012a.
- \_\_\_\_\_. **O Extremo Oriente na Antiguidade**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012b.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo**. São Paulo: Ática, 1986.
- CHILDE, Vere Gordon. **O que aconteceu na História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- EDWARDS, Iorwerth; GADD, Christopher; HAMMOND, Nicholas. **The Cambridge Ancient History**. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- FATTORI, Anita. A produção do espaço hitita e a reprodução do poder: Hattusa no século XIV a.C. **Anais de 1ª Semana de Arqueologia da Unicamp**. Campinas: LAP/NEPAM, 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/10361484/A\\_Produ%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_esp%C3%A7o\\_hitita\\_e\\_a\\_reprodu%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_poder\\_Hattusa\\_no\\_s%C3%A9culo\\_XIV\\_a.C.\\_Anita\\_Fattori](https://www.academia.edu/10361484/A_Produ%C3%A7%C3%A3o_do_esp%C3%A7o_hitita_e_a_reprodu%C3%A7%C3%A3o_do_poder_Hattusa_no_s%C3%A9culo_XIV_a.C._Anita_Fattori). Acesso em: 27 mar. 2017.
- FUNARI, Pedro Paulo (Org.) **As religiões que o mundo esqueceu**: como egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses. São Paulo: Contexto, 2009.
- \_\_\_\_\_. A Arqueologia Clássica e a construção da Antiguidade. **Revista de História Regional**, v. 3, n.11, p. 6-6, Rio de Janeiro, 2001.
- GONÇALVES, Ricardo. Estudos sobre a historiografia japonesa. **Revista de História**, v. 28, n. 58, p. 319-338, jun. 1964. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122681>>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- GRALHA, Júlio. Egípcios. In: FUNARI, Pedro Paulo. **As religiões que o mundo esqueceu**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 11-26.
- GUARINELLO, Norberto. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.
- HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HERÓDOTO. *Histórias – Livro I*. Tradução Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo, EDIPRO, 2015.

KIDDLER Jr., Edward. Early societies in Japan. In: THE CAMBRIDGE. **History of Japan**. Coautoria de John Whitney Hall. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 48-107, v. 1, 2006.

LOEWE, Michael; SHAUGHNESSY, Edward (Eds.) **History of Ancient China** – from the origins of civilization. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Os limites da helenização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

PETIT, Paul. **História Antiga**. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.

PINSKY, Jaime. **100 textos de História Antiga**. São Paulo: Global, 1980.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SÁNCHEZ, Manel García. Persépolis: arquitectura celestial o terrenal. **Historiae**, v. 5, p. 11-25, 2008. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Historiae/article/viewFile/286628/374841>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

THE CAMBRIDGE. **Ancient history**. Coautoria de Averil Cameron, Peter Garnsey. New York: Cambridge University Press, 2008. v. part. 2.

WHEELER, Mortimer. **The Indus Civilization**: Supplementary volume to The Cambridge History of India. Cambridge: Cambridge University Press, 1953.

# Mundo Helênico

## Convite ao estudo

Esta unidade de História Antiga tratará de um dos assuntos mais encantadores e desafiadores de toda a Antiguidade: a História da Grécia. Desde os primeiros anos da escola, nossos livros didáticos nos mostram imagens do Pártenon, da estátua de Atena que o adornava e dos vasos áticos. Ouvimos as fascinantes histórias da mitologia grega, da filosofia de Platão e Aristóteles e das aventuras de Odisseu narradas na *Iliada* e na *Odisseia*, obras tidas como autênticos berços da literatura ocidental. Todas essas realizações voltarão a aparecer nesta unidade, mas de forma crítica, como deve ser o ofício do historiador.

Entre outros aspectos, já podemos olhar de forma crítica para a ideia de que a civilização ocidental é herdeira da tradição da Grécia. Parece clara a enorme generalização que se comete ao dizer que brasileiros, franceses, canadenses e paraguaios são todos igualmente herdeiros do pensamento grego. Além desse aspecto, ao utilizarmos expressões como “pensamento grego” ou “história da Grécia”, é comum pensarmos em um período muito específico da história de Atenas entre os séculos V a IV a.C., incorrendo em outra generalização corriqueira. Diante disto, ao longo desta unidade, falaremos não apenas de Atenas, mas também de outras poleis como Esparta e Corinto, bem como buscaremos criticar a noção da Grécia como matriarca da civilização ocidental. Feito o convite, é hora de embarcarmos em uma jornada pela história grega, desde os primórdios da civilização minoica até as conquistas de Alexandre, o Grande.

# Seção 3.1

## A cidade-estado (pólis)

### Diálogo aberto

Ao longo de todo o curso de História, você tem aprendido como conceitos existentes no passado podem ou não ter relação com seus sinônimos no presente. Um dos mais conhecidos exemplos é o conceito de democracia, que teria sido criado pelos gregos e que até nossos dias faz referência a um modelo de governo base da civilização ocidental, tida como legítima herdeira dos helenos. No decorrer desta unidade, você poderá aprender mais sobre como surgiu este regime político, como ele foi fruto de diversas reformas ao longo do tempo e como, antes de refletir a situação política da Grécia como um todo, ele dizia respeito somente ao caso ateniense de um período específico.

Ao final desta seção, você terá como desafio apresentar uma aula sobre democracia ateniense que mostre não apenas seu desenvolvimento, mas também as grandes diferenças existentes entre este sistema durante sua vigência em Atenas e o entendimento atual do termo democracia. Você poderá levantar um debate sobre essas diferenças, usar alguns trechos de documentos da época que iremos sugerir e preparar uma aula dinâmica e rica em informações e troca de ideias.

### Não pode faltar

Por todas as seções anteriores de História Antiga, temos analisado diversos conceitos aplicados à Antiguidade e nesta seção não será diferente. Um primeiro aspecto a ser analisado é a própria ideia de Grécia, pois é quase automático imaginarmos o atual território grego, localizado às margens do Mediterrâneo e fazendo fronteira com a Macedônia, Turquia, Bulgária e Albânia. Contudo, esta ideia de Grécia como nação de território definido tem seu início apenas com seu processo de independência em relação ao Império Turco-Otomano, que ocorreu em 1821.

Na Antiguidade, porém, não havia este território definido, tampouco uma noção identitária que fizesse que todos os gregos se sentissem parte de um mesmo país. Na verdade, os helenos se espalhavam por diversas ilhas e territórios ao longo dos mares Mediterrâneo e Egeu e, muitas vezes, tinham dialetos, deuses e sistemas políticos distintos (FUNARI, 2009). Ao longo do tempo, diversos termos foram usados para identificar a coletividade dos gregos antigos. Homero, por exemplo, usava termos distintos, como aqueus ou argivos, cada um deles para gregos vindos de uma região específica. Já os termos "heleno" ou "helênico" fazem referência à princesa Helena de Troia, cujo rapto deu origem à Guerra de Troia. Hoje em dia, é comum empregá-los para fazer referência aos gregos em geral. Para todos os efeitos, será durante as Guerras Médicas, nas quais os gregos enfrentaram os persas, que haverá um breve sentimento de harmonia entre os helenos que durou por pouco tempo depois do conflito.



### Assimile

A ideia de "Grécia" como um país dotado de território definido e com traços identitários comuns surgiu apenas na modernidade. No Mundo Antigo, os helenos se espalhavam por diversos territórios e tinham mais características distintas do que as comuns.

Ainda neste mesmo raciocínio, é importante reforçamos a Atenas dos séculos IV a V a.C., lar da famosa "democracia ateniense", que jamais pode ser considerada a Grécia como um todo. Pelo contrário, ao fazermos este tipo de associação, não somente cometeremos uma generalização, como ignoraremos séculos e os séculos da Grécia e das civilizações dos mares Egeu e Mediterrâneo, que foram fundamentais para o surgimento da Atenas Clássica.

Uma dessas importantes civilizações foi a minoica, cujo período de esplendor se deu, aproximadamente, entre os séculos XXX e XV a.C.. Talvez a característica mais importante dos minoicos seja suas realizações no âmbito da arte, com pinturas nas paredes dos palácios que foram relevadas apenas no início do século XX d.C., com os trabalhos do arqueólogo britânico Arthur Evans. A civilização minoica desenvolveu um tipo de escrita, chamado de linear A, ainda não decifrado, mas que, possivelmente, foi originário do contato dos minoicos com os hieróglifos egípcios. Sua organização social estava

fundamentada na figura de um rei de caráter divino, configurando-se em uma teocracia que controlava o poder a partir dos palácios (VERNANT, 1994).

Por volta do século XV a.C., a civilização minoica sofreu um colapso. Ainda que não se saiba as razões para o seu desaparecimento, os palácios, que eram sua marca, acabaram se esvaziando e foram abandonadas aos poucos. Os minoicos foram substituídos pelos micênicos, que tinham em Micenas seu principal centro urbano. Desenvolveram uma escrita chamada de Linear B e tinham uma organização social semelhante à dos minoicos, com a preponderância da figura do rei. A civilização micênica, por fim, despertou grande interesse entre os gregos, como atesta a Guerra de Troia, contada por Homero, na *Ilíada* e na *Odisseia*. De acordo com os textos homéricos, um dos principais aliados do rei espartano Menelau era seu irmão Agamênon, rei de Micenas (MOSSÉ, 1989).

Após o fenecimento da civilização minoica, surge o período de "Idade das Trevas Grega". A escrita parou de ser usada durante cerca de quatro séculos, só voltando a aparecer com o surgimento das cidades independentes, as poleis, tendo as antagonicas Atenas e Esparta com principais expoentes. Esta "Idade das Trevas" é também caracterizada pela cerâmica geométrica.

Atenas recebeu seu nome em homenagem à deusa Atena que, de acordo com a mitologia, teria vencido uma disputa com Poseidon para decidir a divindade patrona da cidade. A deusa teria oferecido aos habitantes um ramo de oliveira, representando a paz e a fertilidade. Antes de se tornar uma polis, Atenas era um importante centro da civilização micênica e, por volta de 1400 a.C., era lar de um palácio micênico (FINLEY, 1990)

Em seus primórdios, Atenas era governada por reis que tinham seu poder limitado por um conselho *aristocrático*, formado pelos eupatridae (os bem-nascidos), que se reuniam na colina de Ares, o Areópago, em Atenas. Esta organização social, bastante excludente, começou a se alterar pelas reformas de Drácon, que instituiu o primeiro código de leis ateniense. Se até hoje o termo "draconiano" é usado em referência às leis severas, temos uma primeira indicação do perfil do código sob os cuidados de Drácon. Embora seu texto

integral tenha se perdido, sabemos, por meio da obra *A constituição dos atenienses*, de Aristóteles, que o código draconiano estabelecia a pena de morte para diversos tipos de crime, além de instituir a escravidão por dívida (MOSSÉ, 1979).

As reformas de Drácon, porém, não aumentaram a participação da parcela não aristocrática da população na vida pública, fazendo surgir outro importante reformador das leis atenienses: Sólon. Entre as principais mudanças propostas por Sólon estavam o fim da escravidão por dívida e a criação de um conselho de 400 cidadãos, ampliando um pouco a participação popular antes restrita à aristocracia que se reunia no Areópago. Após o período desses dois reformadores, a história de Atenas sofreu uma reviravolta, com a ascensão do tirano Pisístrato, em 564 a.C.. Embora o título de "tirano" possa nos assustar, na Antiguidade, ele era empregado apenas àqueles que tomaram o poder pela força, sem necessariamente caracterizar um governo despótico, aproveitando-se de alguma situação de guerra, ou por meio de um golpe, como explica Pedro Paulo Funari:

**(Pisístrato foi) um governante moderado, favorável à cultura e que contava com um grande apoio popular. Além disso, Pisístrato encomendou a transcrição da *Iliada* e da *Odisseia*, até então histórias apenas transmitidas oralmente [...]. O tirano Pisístrato confiscou grandes domínios de nobres da oposição e ampliou o número de pequenos proprietários, construiu grandes palácios, favoreceu a cultura e o crescimento econômico ateniense. (FUNARI, 2009, p. 34)**

Pisístrato tomou uma série de medidas que cativaram a população e aumentaram sua popularidade. Todavia, ao morrer, deixou seus filhos Hípias e Hiparco no comando de Atenas. Ambos eram muito menos habilidosos politicamente que o pai e Hiparco acabou morto por assassinato, no episódio conhecido como "tiranocídio" (MOSSÉ, 1979).



**Refleta**

Em nosso mundo atual, temos por hábito associar tirania a um governo cruel, persecutório, que não tem limites para suas ações. Todavia, na Antiguidade grega, tirano era apenas aquele que alçou ao poder pela

força, aproveitando-se de alguma situação de guerra ou por meio de um golpe e que, como vimos no caso de Atenas, teve apoio popular graças a algumas medidas relacionadas à cultura e à economia. Por esta razão, é preciso sempre refletir sobre como os conceitos eram aplicados no Mundo Antigo e como são vistos na modernidade.

Após a saída de cena da família de Pisístrato, outro importante reformador ateniense ganhou destaque: Clístenes. Entre suas principais mudanças propostas estavam a divisão da população ateniense em 10 tribos, cada qual com direito a 50 representantes nas assembleias, e o sorteio para a ocupação das magistraturas, ambas tomadas com intuito de expandir a participação política para além da aristocracia. Além disso, foi o responsável pela criação do ostracismo, a suspensão dos direitos políticos e o exílio daqueles que aspirassem à tirania.

Com as reformas de Clístenes, estavam lançadas as bases do que se convencionou chamar de “democracia ateniense”. Embora atualmente a expressão “democracia” seja empregada quase sempre como sinônimo de um governo eleito por voto universal, a versão grega desta forma de governo era bastante distinta. Não havia eleição para um representante do povo – como os atuais presidentes e governadores –, eram os próprios cidadãos que deliberavam sobre os assuntos políticos. Por outro lado, este “povo” que se reunia em assembleias realizadas em praça pública era bastante restrito. Em Atenas, eram considerados cidadãos apenas os homens adultos – com 18 anos ou mais – nascidos de pai e mãe atenienses. Mulheres, escravos e libertos estavam excluídos da vida pública (FUNARI, 2009).

A partir desta informação a respeito da construção da democracia ateniense, podemos elaborar uma crítica à noção de que todo o mundo ocidental é herdeiro direto das criações gregas. Hoje em dia, a democracia é, em geral, entendida como um regime político no qual todos os cidadãos escolhem, sem distinção, seus governantes. Ao compararmos esta definição com o que ocorria na Grécia, vemos que parece haver mais diferenças do que semelhanças; entre os helenos não apenas não existiam governantes eleitos, como também a noção de cidadão era muito mais restrita, abarcando apenas homens maiores de 18 anos e filhos de pais atenienses.

Além da crítica à ideia da Grécia como matriarca da civilização ocidental, também já foi adiantado que jamais podemos confundir e generalizar o contexto ateniense como reflexo de toda a história dos helenos. Esparta, por exemplo, era uma polis que possuía características bem distintas daquelas presentes em Atenas.



### Exemplificando

A exclusão de muitas pessoas do direito ao voto não é exclusiva da Grécia e se faz presente até os nossos dias. Um exemplo categórico é o próprio Brasil. Até 1934, todas as mulheres não podiam votar, e foi apenas por meio de um presidente que alçou ao poder por vias não legítimas, Getúlio Vargas, que o voto passou a ser estendido às mulheres.

Segundo a tradição, Esparta teria sido fundada no século IX a.C., por imigrantes dóricos que invadiram e conquistaram a região do Peloponeso, submetendo os locais e transformando-os em servos, chamados de *hilotas*. Esparta aumentou gradativamente seu território graças às guerras de conquista, ao mesmo tempo em que desenvolveu um sistema de organização política distinto daquele ateniense:

[Esparta era governada] por um pequeno número de dirigentes que compunham a Gerúsia (conselho e tribunal supremos, "senado"). A Gerúsia (cuja tradução é "conjunto de velhos") era composta pelos dois reis de Esparta, originários das duas famílias rivais mais poderosas da cidade, e mais 28 anciãos (os senadores ou gerontes), escolhidos entre nobres de nascimento com mais de 60 anos (...) que ocupavam o cargo de maneira vitalícia após terem sido eleitos por aclamação pela assembleia de homens adultos de Esparta. (FUNARI, 2009, p. 30)



A citação mostra com clareza a organização política de Esparta. Há algumas semelhanças com o caso ateniense, como a presença de uma assembleia, por exemplo, mas o número de diferenças é muito maior. Em Esparta, existiam dois reis e os senadores tinham cargo vitalício, sendo aclamados pela assembleia, que detinha um poder muito menor do que em Atenas. Além dessa distinção, outra quase trivial era o caráter altamente militarizado de Esparta, que treinava as

crianças para a guerra desde os sete anos de idade.

Outra importante cidade grega foi Corinto, localizada ao sul da porção continental da Grécia, que se destacou pelo comércio e pelas artes, especialmente por seus vasos de cerâmica. Assim como Atenas, durante um período de sua história, possivelmente entre 657 a.C. e 625 a.C., Corinto foi governada por um tirano, Cípselo, tido como um patrono das artes e da cultura e que também estimulou a criação de colônias coríntias pelo noroeste grego (PETIT, 1979).



### Pesquise mais

A internet é uma importante fonte de informações sobre qualquer período histórico, e com a Antiguidade não é diferente. Visite alguns dos sites a seguir e pesquise mais sobre alguns dos temas de nosso curso de História Antiga.

Site com um rico acervo de textos de autores da Antiguidade, tanto no original greco-latino como em traduções para o inglês. Possui também diversos textos sobre outros períodos:

Perseus Digital Library. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Site com ótimos artigos sobre a Antiguidade, que também conta com boas imagens de pesquisas arqueológicas do período:

Livius. Disponível em: <<http://www.livius.org/>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Site mantido por uma equipe da Universidade de Oxford, que apresenta o acervo de John Beazley, maior arqueólogo clássico do século XX. A página tem grande acervo de imagens de vasos gregos:

Classical Art Research Centre. Disponível em: <<http://www.beazley.ox.ac.uk/index.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Site dedicado à história do Irã, com particular destaque ao período Antigo, e que conta com artigos assinados por autoridades de renome internacional:

Encyclopaedia Iranica. Disponível em: <<http://www.iranicaonline.org/>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

A partir dos exemplos citados, podemos voltar ao início desta seção, quando aprendemos que cada cidade grega tinha suas próprias características e constituições. Se, de acordo com nossas

concepções, é bastante comum que um país tenha uma constituição à qual todas as cidades devem obediência, veja como as poleis, que formavam a Grécia Antiga, possuíam constituições e formas de governo bastantes distintas umas das outras. De fato, apenas em situações muito específicas, em especial nas guerras, os gregos criavam um sentimento identitário por oposição aos chamados bárbaros.

Entre esses conflitos, as Guerras Médicas, que opuseram gregos e persas, ganha destaque (HARTOG, 2004). Um dos mais conhecidos embates da Antiguidade têm seu início geralmente atribuído à disputa pelas colônias gregas na região da Jônia, atual Turquia. Como já vimos na seção anterior, o Império Persa vinha crescendo desde que seu fundador, Ciro, conquistou a Média, a Lídia e Babilônia. Seu filho Cambises conquistou o Egito, dando prosseguimento à expansão territorial. Cambises foi sucedido por Dario, que seguiu avançando em sentido a oeste, além de ter reorganizado o Império, dividindo-o em satrapias e unificando a cunhagem monetária.

Por volta de 499 a 494 a.C., as colônias gregas na Jônia se revoltaram contra o domínio persa e, embora a revolta tenha sido sufocada por Dario, o rei persa se exasperou contra os gregos de Atenas, que haviam ajudado os jônios contra o Império Persa. Desta forma, Dario decidiu enviar tropas à Grécia, deixando seu genro Mardônio como comandante dos exércitos. Apesar de terem conseguido conquistar regiões importantes em território helênico, os persas foram detidos na Batalha de Maratona (490 a.C.), vencidos pelos gregos sob o comando de Milcíades (MOSSÉ, 1979).

A despeito deste primeiro revés, os persas voltaram à carga contra os gregos, agora comandados por Xerxes, filho de Dario. Em 480 a.C., Xerxes cruzou o Helesponto – atual estreito de Dardanelos – e pela primeira vez um rei persa atacava ele próprio o território grego. Xerxes foi atrasado na Batalha das Termópilas pelo exército espartano sob o comando de Leônidas – contexto de *300* (2007) –, mas conseguiu entrar em Atenas e causar enormes danos à cidade. Nesse tempo, Atenas estava sob a liderança de Temístocles, que havia se destacado na Batalha de Maratona, e que teve como estratégia esvaziar Atenas e enfrentar os persas no mar. A Batalha de Salamina (480 a.C.) marcou um ponto decisivo nas Guerras Médicas, graças à vitória da esquadra ateniense contra a frota persa comandada por Xerxes. A decisiva derrocada persa ocorreu na batalha de Plateia, em 479 a.C., com a vitória sobre Mardônio, que já havia sido derrotado em Maratona

(PETIT, 1979).

Mais importante do que saber os pormenores das Guerras Médicas é notar como este conflito foi visto por alguns como um momento decisivo de toda a história ocidental. Pensadores de relevância, como o filósofo e economista britânico John Stuart Mill (1806-1873) e o filósofo alemão Georg Hegel (1770-1831), interpretaram a guerra entre gregos e persas como ponto de inflexão da história ocidental; tivessem os helenos sucumbido, o pensamento racional do Ocidente teria sido engolido pelas trevas do Oriente. O ato de heroísmo dos gregos em Maratona, Termópolis e Salamina foi responsável por salvar toda uma civilização.

Esse tipo de pensamento está carregado de inegável viés orientalista, segundo o conceito de Edward Said a respeito do qual você já aprendeu na unidade anterior. Todo o Oriente parece se resumir às tropas de Dario e Xerxes e, mais do que isso, parece ser o lar de um modo de vida tirânico, que seria responsável por escravizar a civilização ocidental, não fosse a intervenção dos gregos. Como se não bastasse essa depreciação dos persas, esse raciocínio ignora o próprio impacto das Guerras Médicas para os persas. De acordo com o historiador francês Pierre Briant (2002), tamanho era o Império dos Persas e tão grande continuou seu poderio após as Guerras Médicas que, embora haja pouquíssimos documentos a respeito, é provável que os persas dessem pouca ou nenhuma importância à derrota sofrida na Grécia.

Uma consequência fundamental das Guerras Médicas foi a liderança alcançada por Atenas. Após o encerramento dos conflitos, e sob a justificativa de manter uma frota permanente caso houvesse uma nova investida persa, Atenas foi responsável pela criação da Liga de Delos, que unia cidades e recolhia impostos para a manutenção dessa frota. Todavia, sob a liderança de Temístocles, os atenienses por vezes usavam dos recursos da Liga de Delos em proveito próprio, como a construção do Parthenon, a fortificação das muralhas e a reforma do Pireu, o porto de Atenas. Tão grande era a preponderância de Atenas nesse momento da história grega que há quem não se furte a chamar o período de imperialismo ateniense (GUARINELLO, 1994).

Contudo, as outras cidades não puderam aceitar em paz aquele cenário. Em torno de Esparta, e contando com poleis como Corinto e Mégara, foi fundada a Liga do Peloponeso. Não tardou para que as duas ligas entrassem em conflito, dando origem à Guerra do

Peloponeso (431-404 a.C.), o conflito mais duradouro de toda a história grega. Atenas teve diversos reveses ao longo do embate, como uma peste que devastou importante parcela de sua população, até que foi finalmente derrotada em 404 a.C.. Nessa época, o general ateniense era Alcibíades e o espartano era Lisandro, que conseguiu uma aliança oculta com Ciro, o jovem, rei dos persas, garantindo a ele os recursos necessários para vencer os atenienses (MOSSÉ, 1979).

A vitória de Esparta não significou o fim das revoltas internas na Grécia. Após o período de apogeu espartano, houve a hegemonia de Tebas, entremeada por diversos pequenos conflitos, que acabaram pouco a pouco por enfraquecer todas as cidades gregas. Abatidas as poleis, o caminho estava aberto para Filipe, pai de Alexandre, o Grande, conquistar a Grécia, assunto sobre o qual você aprenderá nas próximas seções desta unidade.



## Vocabulário

**Noção identitária:** assim como muitos conceitos em Ciências Humanas, as definições de "identidade" e "noção identitária" não são unânimes. De maneira geral, a expressão "noção identitária" costuma ser aplicada para se referir ao sentimento que um indivíduo tem de pertencer a um grupo maior, grupo este que pode ser definido por parâmetros culturais, territoriais, linguísticos ou muitos outros. Dessa forma, o indivíduo sente uma identificação por aquela coletividade maior. Para aprender mais sobre o conceito, você pode consultar esta obra:

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

**Poleis:** As palavras "polis" e "poleis" têm o mesmo significado, já que ambas se referem às cidades da Grécia Antiga. A diferença é que polis é singular e poleis é plural, segundo a gramática grega. Desta forma, falamos a polis de Atenas e as poleis de Esparta e Corinto, por exemplo.

## Sem medo de errar

Uma das características mais marcantes do Brasil atual é o intenso debate político. As discussões políticas têm crescido de modo notável com relação às formas de governo, às constituições e outros aspectos. Ainda que este crescimento tenha trazido consigo alguns dados negativos, como o aumento da intolerância e a polarização acirrada, você poderá utilizá-lo em uma aula sobre democracia ateniense.

Pergunte aos seus alunos o que eles entendem por democracia. É bastante provável que eles respondam que é um governo do povo, com participação popular por meio de voto universal, com o objetivo de escolher os governantes por um determinado período de tempo. Instigue-os a citar um número cada vez maior de características que compõem a democracia moderna.

Após este exercício, apresente aos estudantes os atributos mais conhecidos da democracia ateniense, em especial com relação à forma como o conceito de cidadania é restritivo – apenas homens maiores de 18 anos e filhos de pais atenienses é que podiam participar das assembleias: Estrangeiros, mulheres e escravos não tinham peso político. Como seria possível, de acordo com o moderno conceito de democracia, aceitar uma sociedade que se diz democrática, mas que possui escravos? Esta seria uma boa oportunidade para aproveitar o cenário político brasileiro para uma aula de História Antiga, enfatizando os diversos matizes que ora opõem ora aproximam a Antiguidade e a modernidade.

Para deixar a aula ainda mais completa, – você também poderá citar a presença de críticas ao modelo ateniense ainda no Mundo Antigo. Veja, por exemplo, este pequeno trecho da obra *Política*, de Aristóteles (1317a-1320b):



**O fundamento do regime democrático é a liberdade [...]. Uma característica da liberdade é ser governado e governar por turno; com efeito, consistindo a justiça democrática em ter todos o mesmo, numericamente e não segundo o merecimento, forçosamente tem que ser soberana a multidão e aquilo que é aprovado pela maioria tem que ser o justo. (ARISTÓTELES apud PINKSY, 1980, p. 87-88)**

Veja como Aristóteles, mesmo que de forma bastante discreta, parece criticar a forma como o sistema democrático era realizado em Atenas. Porém, talvez ao contrário do que se poderia supor, o filósofo o faz não pela via da crítica à restrição da cidadania, mas pelo excesso de participantes – uma “multidão” a que se deve obedecer sempre, mesmo se o “merecimento” de uns for maior do que o de outros. Ao apontar esta crítica, parece claro como Aristóteles fez uma defesa

de própria causa. Sendo ele um filósofo e um dos mais importantes pensadores da Grécia Antiga – basta lembrar de que foi escolhido como tutor de Alexandre, o Grande –, talvez houvesse um sentimento negativo de sua parte ao ver cidadãos comuns deliberando nas mesmas condições que ele sobre os rumos de Atenas.

Em suma, uma aula sobre Grécia Antiga e Atenas poderá servir como mote para discussão de inúmeros temas referentes à política, debate muito em voga no Brasil atual.

## Avançando na prática

### Tiranía Antiga e Moderna

#### Descrição da situação-problema

Na aula sobre democracia ateniense e durante as discussões em torno das semelhanças e diferenças entre o conceito de democracia em Atenas e na atualidade, você poderá aplicar o mesmo exercício com relação a outro conceito, o de tirania. Como já pudemos aprender nesta seção, a ideia de “tirania” na Grécia ligava-se a alguém que tomou o poder à força, aproveitando-se de alguma situação de guerra, ou por meio de um golpe. Atualmente, atribui-se o título de tirânico aos governos que não respeitam as liberdades individuais e coletivas, realizam abusos de poder em diversas estâncias e manipulam o governo para benefícios próprios.

De que forma você poderia promover reflexões com os alunos no que diz respeito às diferentes visões (antiga e atual) desse tema?

#### Resolução da situação-problema

O caso mais emblemático de tirania na Grécia ocorreu em Atenas, com Pisístrato. Apesar de ter tomado o poder em Atenas mediante um golpe, ele tinha apoio de grande parte da população, por conta de medidas com a cunhagem de moedas, que favoreceram o comércio, os incentivos à agricultura por meio de subsídios e construção de aquedutos, o estabelecimento das Panateneias, um festival com jogos dedicados à deusa Atena, entre outras. Com essas medidas, esse governante obteve grande apoio popular durante seu jugo.

Você poderá usar o caso de Pisístrato para discutir semelhanças e diferenças entre o conceito de tirania na Antiguidade e no mundo moderno. A tomada de poder pode por si só caracterizar um governo tirânico? As medidas tomadas por Pisístrato tinham outros objetivos do que simplesmente favorecer a cidade de Atenas? Em que medida a população de Atenas poderia se sentir prestigiada, mesmo com as melhorias levadas a termo por soberano que alçou ao poder mediante a força? Além dessas reflexões, é possível até mesmo traçar um paralelo com uma simbólica figura da política brasileira por meio de Getúlio Vargas. Vargas chegou à presidência mediante um golpe, em 1930, e exerceu um poder ditatorial durante o Estado Novo (1937-1945), mas em virtude de suas medidas de regulamentação do trabalho ganhou bastante apoio entre as camadas populares, recebendo o título de “pai dos pobres”, chegando a ser eleito presidente pelo voto, em 1951.

Dessa forma, uma discussão sobre tirania não apenas poderá enriquecer uma aula sobre política na Antiguidade e no mundo moderno, mas poderá até mesmo aproximar o Mundo Antigo de aspectos da política brasileira.

### Faça valer a pena

**1.** “Grécia nos faz pensar em um país atual, no Mediterrâneo Oriental. Não era essa a definição dos próprios gregos na Antiguidade, para os quais eram aqueles que falavam a língua grega. Onde quer que houvesse gregos, ali estava a Grécia (FUNARI, 2009, p. 13).

A partir da leitura do texto-base, assinale a alternativa que melhor caracteriza a identidade grega na Antiguidade.

- a) Os gregos, já na Antiguidade, constituíram um país definido, com territórios específicos.
- b) Na Antiguidade, a identidade grega era variável, assim como o território da Grécia.
- c) Foi durante o período medieval que os gregos passaram a formar um país.
- d) Os territórios da Grécia já estavam definidos desde as civilizações minoica e micênica.
- e) A língua não pode ser considerada um parâmetro para a identidade grega.

**2.** Embora muito criticada atualmente, a noção de “Idade das Trevas” foi aplicada ao período medieval por muito tempo. Esta denominação foi empregada especialmente a partir do renascimento, para indicar a recuperação dos valores da Antiguidade após um período medieval marcado pela preponderância do poder da Igreja. Todavia, o termo “Idade das Trevas” também é usado para fazer referência a um período da história grega entre, aproximadamente, 1100 a.C. a 800 a.C.

O texto-base faz referência ao período da história grega denominado “Idade das Trevas”. Assinale a alternativa que nomeia corretamente algumas das principais características deste período:

- a) A presença da escrita e da cerâmica ática.
- b) A ausência da escrita e a presença da cerâmica coríntia.
- c) A presença da escrita e da cerâmica geométrica.
- d) A ausência da escrita e a presença da cerâmica ática.
- e) A ausência de escrita e a presença da cerâmica geométrica.

**3.** Duas das principais civilizações que se desenvolveram nos mares Egeu e Mediterrâneo antes dos gregos foram a minoica e a micênica. Estas civilizações tinham a estrutura social erigida em torno dos palácios e desenvolveram formas de escrita, que posteriormente vieram a influenciar os gregos.

O texto-base faz referência a duas importantes civilizações anteriores à grega: a minoica e a micênica. Assinale a alternativa que nomeia de modo correto o tipo de escrita de minoicos e micênicos, respectivamente.

- a) Linear A e Linear D.
- b) Linear B e Linear A.
- c) Linear A e Linear B.
- d) Linear C e Linear A.
- e) Linear B e Linear C.

## Seção 3.2

### A cultura helênica

#### Diálogo aberto

Uma das mais importantes características do professor de História é sua habilidade em utilizar o conhecimento prévio dos alunos como pano de fundo para ensinar contextos e conteúdos mais complexos. Para o tema desta unidade (Grécia) e, em especial, desta seção (a cultura entre helenos), será possível realizar essa tarefa, contando-se com uma grande quantidade de produções, como filmes, jogos, histórias em quadrinhos e outros. Trata-se de fontes de referência para a filosofia e, em especial, para a mitologia grega. Ressaltamos que a base de pesquisa, utilizada por essas fontes, pode variar em maior ou menor grau de profundidade.

É muito provável que seus alunos já tenham tido contato com desenhos como *Os Cavaleiros do Zodíaco*, que possui diversas referências à mitologia grega, a série de livros e filmes *Percy Jackson*, que também tem um conjunto de referências ao universo mitológico helênico, ou o jogo *God of War*, no qual o jogador comanda um soldado espartano que deve se redimir frente aos deuses do Olimpo.

Ao longo desta seção, iremos aprender sobre Filosofia e História na Grécia, conhecendo jogos, filmes e histórias em quadrinhos que podem auxiliar no ensino de História e Mitologia Grega.

#### Não pode faltar

Na seção anterior, aprendemos a observar de forma crítica a ideia de que os gregos antigos foram os “ancestrais” de toda a civilização ocidental. Vimos como esta hipótese se apoiava em alguns aspectos, como o desenvolvimento das cidades gregas, chamadas de poleis, e a vitória dos helenos sobre os persas nas Guerras Médicas, vista por alguns como o triunfo do pensamento “racional” do Ocidente sobre uma suposta “tirania despótica”, característica das sociedades orientais.

Além desses dois aspectos, outro parâmetro foi elencado por aqueles que defendiam a civilização ocidental como herdeira direta dos gregos: o surgimento do pensamento filosófico entre os helenos. Até cerca de meados do século XX, era muito difundida a ideia de que a Grécia teria sido o “berço da Filosofia”, realizada por meio de um suposto “milagre grego”, responsável por fazer o pensamento racional e filosófico se opor à crença religiosa na tentativa de entender e interpretar o mundo.

De forma esquemática, os defensores da tese do “milagre grego” acreditavam que a Filosofia teria surgido de forma inesperada e espontânea na Grécia, sem que nenhum evento histórico ou contato com outras civilizações a preparasse. Nessa direção, os gregos teriam constituído uma civilização excepcional, sendo os únicos capazes de gerar um pensamento racional, autêntico “milagre” em virtude da singularidade do fato e da importância que ele desencadeou em toda a civilização ocidental. Alguns de seus defensores foram: o filólogo clássico escocês John Burnet (1863-1928), em textos como *Early Greek Philosophy* (1892) e *Greek Philosophy: Thales to Plato* (1920), e o filósofo francês Henri Berr (1863-1954). Todavia, talvez o maior entusiasta da ideia de “milagre grego” tenha sido o filólogo, historiador e filósofo francês Ernest Renan (1823-1892), responsável por criar o termo “milagre grego” (VERNANT, 1990).

Embora muito popular durante o século XIX e até cerca das décadas de 1950 e 1960, o conceito de “milagre grego” tem limites e problemas que passaram a ser percebidos pelos historiadores. Entre eles, destacam-se a defesa de uma completa singularidade de cultura grega, a única que seria capaz de dar à luz o pensamento racional, e a própria ideia de “milagre”, que denota uma ação inexplicável, excepcional e, portanto, pouco afeita à análise e à reflexão histórica. Um dos pioneiros em questionar o conceito foi o helenista francês Jean-Pierre Vernant (1914-2007) (GUARINELLO, 2013).

A principal hipótese de Vernant era que, longe de se constituir um “milagre”, a origem do pensamento filosófico na Grécia se devia às transformações políticas ocorridas entre os gregos desde cerca do século VIII a.C., que teriam como ápice o surgimento da polis, a unidade urbana por excelência dos gregos. Em seu primeiro e muito influente livro, *Mito e pensamento entre os gregos* (1962), Vernant usava de um grande recuo temporal para entender o surgimento do pensamento filosófico e de disciplinas como a Antropologia e a Psicologia para embasar sua análise histórica. Sendo assim, iniciou

sua análise com o estudo da civilização micênica, sobre a qual você aprendeu na seção anterior. O helenista francês enxergava esta civilização como portadora de uma hierarquia social rígida, centrada nos palácios, dos quais o Anax, o rei divino, emanava sua autoridade. Vernant via paralelos entre esta organização social e aquela vigente à mesma época – cerca do século XX a.C. – nas civilizações Orientais, atestando o contato entre micênicos e orientais via mar Egeu.

Ao colapso da civilização micênica, seguiu o período de Idade das Trevas Grega, que teve seu fim por volta do século IX a.C., com o restabelecimento do contato com o Oriente via comércio marítimo. O desaparecimento do Anax, responsável por concentrar todo o poder no período micênico, criou um conflito entre os dois principais grupos que antes estavam submetidos ao seu jugo: a aristocracia guerreira e as comunidades aldeãs. Do embate entre estes dois grupos, surgirão os primeiros traços do pensamento laico e político, uma vez que havia a necessidade de se estabelecer uma nova ordem, já que Anax havia desaparecido. A transição da sociedade dos palácios para a sociedade aristocrática marcou os rumos que permitiram o nascimento da polis (VERNANT, 2010).

A última impulsão para o nascimento da filosofia na Grécia, segundo Vernant, foi a própria existência das cidades. A partir da metade do século XII a.C., seu crescimento fez que houvesse contato entre as poleis e o Oriente, e este contato fez que os gregos tomassem consciência de sua própria forma de vida e seus valores, levando ao florescimento de uma reflexão moral e filosófica que colocava de lado as explicações religiosas para o entendimento do mundo (VERNANT, 2010).

Dessa forma, vemos com mais clareza as críticas de Vernant à ideia de “milagre grego”. Antes de se constituir um evento insondável e apenas inteligível a partir do conceito de milagre, o nascimento da filosofia entre os helenos esteve ligado às próprias condições políticas da história da Grécia, que experimentou uma série de eventos que acabaram por contribuir com o advento do pensamento racional. De fato, filosofia e política mantiveram-se sempre ligadas na Grécia. Como exemplos, podemos citar o estadista e general ateniense Péricles (cerca de 495-429 a.C.), que teve seus tutores filósofos como Protágoras e Anaxágoras, e também o macedônio Alexandre, o Grande (356-323 a.C.), que tinha Aristóteles como mestre.

As hipóteses de Vernant foram bastante influentes e é cada vez

menos comum atribuir à Grécia o título de berço de toda a Filosofia ocidental. Até mesmo o conceito de cidade grega, a polis, tem sido interpretado menos como uma invenção helênica e mais como um fenômeno resultante de diversos intercâmbios culturais entre as muitas civilizações da bacia do Mediterrâneo (VLASSOPOULOS, 2013).



### Assimile

Para explicar o nascimento da filosofia e o surgimento das cidades na Grécia Antiga, o filólogo e historiador francês Ernest Renan criou o conceito de "milagre grego". Contudo, este conceito tem sido criticado desde meados do século XX, entre várias razões, por advogar em favor de uma absoluta singularidade da cultura grega.

Além da filosofia, é comum ver a Grécia e os gregos como inventores do conceito de historiografia, muito por conta de dois dos mais conhecidos historiadores da Antiguidade: Heródoto e Tucídides.

As informações biográficas a respeito de Heródoto são controversas, mas a hipótese mais aceita é que tenha nascido em Halicarnasso, cidade grega da Ásia Menor, atual Turquia, e que suas datas de nascimento e morte girem em torno dos anos de 485/480 a.C. e 425/420 a.C., respectivamente. A obra de Heródoto é chamada de *Histórias* e seu principal objetivo é narrar a guerra entre gregos e persas, as Guerras Médicas, sobre as quais você aprendeu na seção anterior. Todavia, para dissertar sobre as razões deste conflito, Heródoto acaba por recuar sua narrativa e expor histórias de diversos outros povos (SILVA, 2015).

A fama de Heródoto como "pai da História" nasceu já na Antiguidade, com o orador romano Cícero, em sua obra *Das Leis*. Heródoto, inclusive, foi o responsável por cunhar a palavra grega *historíai*, título de sua obra, que significa "investigações" (SILVA, 2015). Isto, porém, não quer dizer que todo o conceito tenha sido criado pelo historiador de Halicarnasso. Antes de Heródoto, houve um autor chamado Hecateu de Mileto (aproximadamente 550-490 a.C.), de obra intitulada *Genealogias*, hoje perdida, mas que por seus fragmentos restantes dá a entender que tinha o objetivo de registrar as tradições dos helenos e de seus vizinhos no Mediterrâneo. Todavia, no entender de estudiosos como Arnaldo Momigliano, Heródoto foi além de Hecateu porque a obra *Histórias* contém críticas e reflexões

sobre os acontecimentos, ao passo que o texto de Hecateu, ao menos a partir de seus fragmentos, mostra uma obra que objetivava apenas registrar os acontecimentos, sem se preocupar em analisá-los criticamente (MOMIGLIANO, 2004).



### Exemplificando

Uma das principais dificuldades do historiador da Antiguidade é o fato de que muitos textos antigos foram perdidos, isto é, os manuscritos originais foram destruídos ou severamente danificados. Sabemos de sua existência porque outros autores antigos fizeram referência a eles e isso gera diversas dúvidas e lacunas em nosso conhecimento sobre o Mundo Antigo. Um bom exemplo é o próprio Heródoto. Será que o autor de Halicarnasso receberia até hoje o título de primeiro historiador se tivéssemos a obra de seu antecessor Hecateu completa? Este tipo de dúvida faz que o estudo da Antiguidade seja, a um só tempo, espinhoso e fascinante.

A narrativa de Heródoto tinha inspiração, inclusive, nas epopeias homéricas, como se pode notar na comparação entre os preâmbulos das obras *Histórias* e *Ilíada*, de Homero:



**Ao escrever a sua História, Heródoto de Halicarnasso teve em mira evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo e que as grandes e maravilhosas explorações dos gregos, assim como as dos bárbaros, permanecem ignoradas; desejava ainda, sobretudo, expor os motivos que os levaram a fazer guerra uns aos outros (HERÓDOTO, *Histórias*, I, 1).**

**Canta-me, ó deusa, do Peleio Aquiles  
A ira tenaz, que, lutuosa aos gregos,  
Verdes no orco lançou mil fortes almas,  
Corpos de heróis a cães e abutres pasto.  
(HOMERO, *Ilíada*, 1-4).**

Vamos começar com o excerto de Heródoto. O historiador expõe os motivos pelos quais tomou a pena: evitar que o passado se apagasse, levando com ele as grandes e maravilhosas explorações dos gregos e dos bárbaros. A história de Heródoto nasce como registro das grandes ações, dos eventos grandiosos. Nessa linha, o autor deixa manifesto que sua obra terá como missão maior explicar

por que gregos e bárbaros entraram em guerra, denotando como os conflitos tinham um grande peso no Mundo Antigo, sendo necessário registrá-los assim que possível. Por fim, ao se referir às Guerras Médicas, Heródoto usa a expressão “gregos e bárbaros”, antes usada de forma genérica para designar os não gregos, mostrando como os persas, a partir da guerra em questão, passam a ser entendidos como sinônimo de bárbaros, (HARTOG, 2004).

Homero invoca as musas para cantar a ira obstinada de Aquiles – chamado de “Peleio” por conta do nome de seu pai, Peleu –, que foi lutuosa, ou seja, triste aos gregos, por causa das enormes baixas sofridas durante a Guerra de Troia. Causa consternação especial a Homero o fato de que muitos dos que tombaram no conflito eram jovens – daí o uso do termo “verde”, empregado na frase “verdes no orco (isto é, no Hades, no além vida) lançou mil fortes almas”. A última estrofe do poema faz alusão ao banquete desfrutado por cães e abutres a partir dos corpos dos heróis de Troia.

A partir da comparação entre Homero e Heródoto, vemos que ambos têm o mesmo objetivo: usar suas obras como um monumento que narra conflitos de grande magnitude, denotando a importância da poesia épica para o nascimento da historiografia.

**Então, vemos a influência do gênero épico, por meio de Homero, não apenas na escolha da sua temática central, as Guerras Persas, ou seja, a descrição de um grande conflito envolvendo os helenos e os bárbaros, como fora a Guerra de Troia, mas também nas descrições que Heródoto faz dos exércitos, dos armamentos, das suas estratégias militares. (SILVA, 2015, p. 16)**



**Refleta**

Embora a preocupação com a verdade fosse mais expressiva em Tucídides do que em Heródoto, seria equivocado dizer que o historiador do Halicarnasso também não cultivava apreço pela veracidade de seu relato. Reflita sobre o trecho a seguir, da Poética, de Aristóteles, retirado de:

PINSKY, Jamie. 100 textos de História Antiga. São Paulo: Global, 1980,

p. 144.

No excerto a seguir, o filósofo grego expõe as principais diferenças entre história e poesia



É claro [...] que a característica do poeta não é de relatar o passado real, mas antes o passado possível, levando em conta as possibilidades dos acontecimentos segundo as verossimilhanças e a necessidade dos encadeamentos. O historiador e o poeta, com efeito, não diferem pelo fato de um narrar em verso e outro em prosa – poder-se-ia ter transcrito em versos a obra de Heródoto e ele não seria menos história. A verdadeira distinção é a seguinte: um narra o que aconteceu, o outro aquilo que poderia ter acontecido. (PINKSY, 1980, p. 144)

O excerto de Aristóteles mostra como o filósofo acreditava que o critério da verdade era o principal ponto de distinção entre a história e poesia – enquanto o historiador deveria buscá-la a qualquer custo, o poeta deveria, antes, ocupar-se com as possibilidades, divagar pelas hipóteses ao invés de se ocupar com o real. Muito mais importante do que a forma – em versos para a poesia e em prosa para a história – era a preocupação com o passado real para o historiador e sua desobrigação por parte dos poetas que diferenciava os dois tipos de autores.

Outro importante historiador grego foi o ateniense Tucídides, nascido por volta de 460-455 a.C. Tucídides nos legou apenas uma obra, a *História da Guerra do Peloponeso*, mas sua extensão, grau de detalhamento e, em especial, sua forma de interpretar a escrita da história, fizeram do autor ático um dos principais historiadores de todos os tempos (MOMIGLIANO, 2004).

O texto de Tucídides aborda a Guerra do Peloponeso até o ano de 411 a.C., o embate entre atenienses e seus aliados da Liga de Delos contra os espartanos e coligados da Liga do Peloponeso. O historiador não somente narrou o conflito como chegou a tomar parte dele, comandando atenienses na Trácia. Contudo, as tropas comandadas por ele foram derrotadas e o autor ático acabou exilado, em 424 a.C., retornando a Atenas apenas após o término do conflito, em 404 a.C. Tucídides morreu aproximadamente em 400 a.C., sem ter terminado sua obra, (KURY, 1986).

Vindo de uma família aristocrática e vivendo na Atenas de Péricles no auge de seu poder, Tucídides desfrutou de uma educação esmerada, tendo assistido às encenações das peças de poetas trágicos como Sófocles e Eurípedes. Além deles, é possível também que, quando adolescente, o historiador ateniense tivesse testemunhado Heródoto declamar um trecho de suas histórias durante as exposições literárias que eram realizadas em paralelo aos jogos olímpicos. Emocionado pelo relato e a verve do historiador de Halicarnasso, Tucídides teria até mesmo vertido lágrimas (KURY, 1986).

Apesar do encontro e da possível admiração de Tucídides por Heródoto, o historiador ático tinha métodos para a escrita historiográfica distintos daqueles usados por seu antecessor. Você já aprendeu como Heródoto via a história: ele fazia um relato dos grandes feitos e dos grandes homens, especialmente das narrativas envolvendo guerras, fazendo, muitas vezes, comentários críticos e julgando as ações dos envolvidos. Por outro lado, Tucídides tinha como características principais a objetividade e o desejo insaciável pela verdade dos fatos. Não por acaso, o objeto de sua obra, a Guerra do Peloponeso, foi testemunhada por ele, inclusive na posição de destacado combatente. Para ele, o historiador terá o compromisso com a verdade como maior meta, sendo fundamental presenciar os eventos sobre os quais pretende escrever:

**Ao longo da obra de Tucídides, pode-se observar a cada passo sua objetividade e o cuidado na atenção da realidade, afastando-se assim do gosto dominante entre os historiadores de então pelo fabuloso e exótico. A preocupação de Tucídides era mostrar a essência dos fatos e os sentimentos de seus personagens, penetrando no seu íntimo e expondo as verdadeiras razões de sua conduta com uma franqueza às vezes chocante. (KURY, 1986, p. 14)**

Um exemplo de como Tucídides operava vem da introdução da obra *História da Guerra do Peloponeso*. Era muito comum aos autores antigos a apresentação do tema, as motivações da escrita e o método de trabalho empregado logo nas primeiras linhas de seus textos e entre vírgulas. Você já teve os exemplos de Homero e Heródoto. Vejamos como Tucídides inicia seu escrito:



O ateniense Tucídides escreveu a história da guerra entre os peloponésios e os atenienses, começando desde os primeiros sinais, na expectativa de que ela seria grande e mais importante que todas as anteriores, pois via que ambas as partes estavam aderindo a um lado ou ao outro [...]. Com efeito, tratava-se do maior movimento jamais realizado pelos helenos, estendendo-se também a alguns povos bárbaros – a bem dizer à maior parte da humanidade. Na verdade, quanto aos eventos anteriores e principalmente aos mais antigos, seria impossível obter informações claras devido ao lapso de tempo; todavia, da evidência que considero confiável recuando as minhas investigações o máximo possível, penso que eles não foram realmente grandes, seja quanto às guerras mesmas, seja quanto a outros aspectos. (TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, I, 1)

Notemos as semelhanças entre as informações dos introitos de Tucídides e Heródoto. Ambos têm a guerra como principal tema de suas obras, sendo que um narra a disputa entre gregos e persas, enquanto outro se ocupa com as disputas internas entre os helenos. No entanto, ambos buscavam registrar os grandes eventos, os acontecimentos de maior envergadura e acreditavam que, nenhum episódio tinha tanto impacto quanto as guerras travadas pelos gregos. Também versavam sobre a maior e mais importante guerra ocorrida em suas respectivas épocas, sendo que para o historiador ateniense a Guerra do Peloponeso sobrepunha as Guerras Médias em gravidade, graças à enorme mobilização entre os gregos, colocando todos os helenos – e mais alguns povos bárbaros – em disputa.

Embora haja essas semelhanças entre os dois historiadores, as discordâncias entre ambos são notáveis. Enquanto Heródoto não via problemas em remontar-se aos raptos de mulheres, ocorridos por parte dos persas contra os gregos, e vice-versa, e a fatos muito anteriores às Guerras Médicas, Tucídides mostra-se bastante desconfiado em recuar aos tempos remotos para explicar as raízes do conflito no presente. Para o historiador ateniense, ao promover um recuo muito acentuado no espaço temporal, seria “impossível obter informações claras devido ao lapso de tempo”, nos termos do próprio Tucídides (*História da Guerra do Peloponeso*, I, 1). Esta preocupação expressa e categórica com relação à verdade e à objetividade do

relato histórico é a mais importante característica do seu trabalho (PIRES, 1998).

Outra importante diferença encontra-se na forma como ambos conduzem a narrativa a respeito do tema central de sua obra. Enquanto Heródoto faz diversas divagações e descrições sobre inúmeros povos que não estavam envolvidos nas Guerras Médicas – como os egípcios, para citar o exemplo mais conhecido –, Tucídides mantém seu texto estritamente ligado à narrativa sobre as guerras internas entre os helenos. Essa diferença não se explica apenas pela maior preocupação com a veracidade dos fatos da parte de Tucídides em relação a Heródoto. Mais do que isso, um dos grandes objetivos de Heródoto era apresentar aspectos maravilhosos de outros povos para os gregos, a fim de entreter sua audiência com descrições de civilizações longínquas e povos “exóticos” (HARTOG, 1999). Tucídides, por sua vez, tinha uma preocupação pedagógica com sua obra, que deveria mostrar a história como modelo às ações posteriores da humanidade:

**A intenção de Tucídides [...] era deixar para a posteridade um “patrimônio sempre útil”, não no sentido de jactância pela qualidade da obra, mas [...] porque sendo a natureza humana imutável, se determinadas circunstâncias se reproduzirem em épocas diferentes, os fatos se repetirão de maneira idêntica ou semelhante. Daí o empenho do autor em relatá-los tão detalhada e precisamente quanto possível. (KURY, 1986, p. 15)**

A preocupação com a escrita da história imbuída de um propósito moral e pedagógico, somada à qualidade de sua narrativa, fez Tucídides ganhar uma extensa lista de leitores ilustres. Entre eles, podemos citar o filósofo e teórico político florentino Maquiavel (1469-1527), que leu seu texto vertido para o latim, e Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo e teórico político responsável por traduzir a *História da Guerra do Peloponeso* do grego para o inglês (GINZBURG, 2014).



**Pesquise mais**

Como temos aprendido nas últimas seções, muitas críticas têm sido feitas à noção de que toda a cultura ocidental é fruto da tradição grega.

É importante ter em mente, contudo, que não apenas historiadores são os responsáveis por tais críticas. Uma das mais instigantes vem do escritor irlandês James Joyce (1882-1941) e sua obra *Ulisses* (1922), um dos romances mais influentes do século XX em que Ulisses narra um dia comum na Dublin de 16 de junho de 1904, no qual se envolvem personagens como Leopold Bloom, o professor Stephen Dedalus, alter ego do próprio Joyce, e sua esposa Molly Bloom. Profundo conhecedor da literatura grega, Joyce deu à luz uma obra que ora soa como um tributo à tradição helena – pelas referências à Odisseia, embora nem sempre elogiosas ou sérias – ora como uma ácida crítica ao elogio desmedido desta mesma literatura grega.

## Sem medo de errar

Embora à primeira vista a Antiguidade pareça um período histórico distante e povoado por civilizações “exóticas”, ainda há inúmeros de seus aspectos que se fazem presentes em nosso cotidiano. Para o caso da Grécia, há inúmeras produções que fazem referência a essa civilização. Você pode trazê-las para suas aulas e mostrar para seus alunos como é possível conhecer a Filosofia, a História e a mitologia grega ao mesmo tempo em que se divertem e aprendem.

Um exemplo é o desenho japonês *Os Cavaleiros do Zodíaco*, produzido no final da década de 1980, e que fez enorme sucesso no Brasil durante a década seguinte e até hoje é bastante conhecido – na recente ComicCon Experience, em São Paulo, o estande do desenho foi um dos mais disputados. A obra gira em torno de cavaleiros com poderes ligados às constelações e que protegem Athena, a deusa grega da sabedoria e das artes, e que lutam contra outros deuses olímpicos, como Poseidon ou Hades. *Os Cavaleiros do Zodíaco* poderá ser utilizado como base para falar, por exemplo, sobre o teatro grego. Um dos temas mais comuns nas tragédias helênicas era a luta contra os deuses e o destino, justamente um dos aspectos mais frequentes do desenho japonês.

Outra ponte entre a cultura *pop* e a mitologia grega é o jogo *God of War*, lançado pela empresa estadunidense SCE Studios. Nele, o jogador controla o guerreiro espartano Kratos, que obteve enorme poder graças à aliança que travou com Ares, deus grego da guerra,

mas que acabou cometendo atos de violência, os quais tenta redimir colocando-se à disposição dos deuses olímpianos. Para isto, Kratos deverá cumprir missões como abater a medusa, matar o minotauro e outras, que remetem às tarefas de Hércules e que podem ser usadas para mostrar como os mitos gregos ainda são conhecidos no mundo atual. O filme *Hércules* (1997), da Disney, é outro exemplo.

A série de filmes e livros *Percy Jackson*, por fim, também é importante. Percy é um adolescente semideus, filho de Poseidon, que precisa realizar diversas tarefas envolvendo outros deuses como Hades e Zeus para salvar seus amigos. Mais uma vez, a mitologia grega surge como *background* para uma série contemporânea que faz bastante sucesso.

É possível enfatizar, ainda, que no mundo moderno, geralmente, empregamos a palavra “mitologia” como se fosse apenas um conjunto de mitos, lendas e crenças secundárias. Na Grécia, todavia, não somente as pessoas acreditavam nos mitos, como cada cidade tinha um deus patrono e um santuário a ele dedicado, quase sempre uma das mais luxuosas construções da cidade. Usar o termo “religião grega” ao invés de “mitologia grega” talvez faça mais jus à importância que os helenos davam a seus deuses e deusas. Para aprender mais sobre o assunto, você pode consultar a obra *Os gregos acreditavam em seus mitos?*, de Paul Veyne.

Utilizando-se dessas sugestões, será possível preparar uma aula que consiga, ao mesmo tempo, ensinar e entreter os alunos. Muito provavelmente, os estudantes ficarão satisfeitos ao notar que filmes, desenhos e jogos de seu interesse podem ser úteis para aprender o conteúdo escolar.

## Avançando na prática

### 300 e a imagem dos gregos no cinema

#### Descrição da situação-problema

Tanto nesta seção como na anterior, pudemos observar criticamente a ideia de que a civilização ocidental toda seria uma herança da tradição grega. Observamos a grande generalização em

que incorre esta ideia, seus limites e algumas críticas historiográficas a respeito. Todavia, em alguns meios, este conceito de absoluta primazia grega ainda persiste. O cinema, em especial, ainda é responsável por diversas películas que retratam os antigos gregos à imagem e semelhança da modernidade ocidental, em oposição a outros povos, vistos como bárbaros e exóticos. Agora imagine que você irá preparar uma aula sobre as Guerras Médicas. Ao ouvirem os nomes de Xerxes e Leônidas, muito provavelmente seus alunos perguntarão a respeito do filme *300* (2007), que se tornou bastante popular e que narra uma das batalhas desta guerra. Agora pense em uma forma de, em meio à aula sobre as Guerras Médicas e com o apoio do filme *300*, propor algumas reflexões sobre a ideia da herança grega sobre a civilização ocidental.

### **Resolução da situação-problema**

Embora *300* seja um filme bem conhecido, e boa parte de seus alunos possivelmente já tenha assistido a ele, um olhar crítico e reflexivo é sempre bem-vindo, ainda mais se tratando de uma obra de grande veiculação. Utilizando alguns recursos que você aprendeu, como a seleção de cenas específicas, os comentários em sequência à exibição das cenas – mantendo o dinamismo e atenção dos estudantes –, bem como a comparação entre *printscreens*, experimente uma contraposição entre os gregos e os persas em *300*. Comente com os estudantes como gregos e persas são vistos pelo filme e também pelos quadrinhos que o inspirou, como antagonistas em essência; os helenos são corajosos, honrados, lutam em menor número e passam a imagem de possuir um código de moral inabalável. Já os persas são representados como possuidores de características completamente diversas: são covardes, sanguinários, não têm pudores e parecem não escolher os caminhos e meios para vencer as Guerras Médicas. Uma comparação, por meio de imagens do filme, entre o grego Leônidas e o persa Xerxes parece acentuar ainda mais os aspectos anteriores: o general espartano tem feições de modelo, é um exemplo de masculinidade e combate quase desnudo, ao passo que o rei persa é afetado, tem trejeitos vacilantes, efeminados, ações intempestivas e adorna o seu corpo de maneira a deixar claro que serão seus soldados, e não ele próprio, quem enfrentará o inimigo, denotando covardia e fraqueza.

Filmes como *300* ainda persistem na ideia da herança grega na tradição ocidental e no papel das Guerras Médicas. Em diversos momentos do filme, a propósito, o narrador chega a comentar que se os gregos tivessem perdido, toda a razão iria sucumbir diante do “misticismo e tirania” trazidos pelos persas. Dessa forma, o uso do filme *300* abre margem para diversas reflexões em sala de aula, sendo a crítica à importância exacerbada da tradição grega para a cultura universal uma das mais relevantes.

## Faça valer a pena

**1.** O surgimento da filosofia e o nascimento das cidades na Grécia Antiga despertaram grande interesse dos estudiosos, ao ponto do conceito de “milagre grego” ser pensado para explicar essas criações dos antigos helenos.

Com base no texto e em seus conhecimentos, é correto afirmar sobre o surgimento e a ênfase do conceito de “milagre grego”:

- a) Surgiu na própria Grécia Antiga como um elogio dos helenos às suas próprias realizações.
- b) Surgiu na Idade Média, criado por Santo Agostinho para aludir ao nascimento do cristianismo na Grécia.
- c) Surgiu no Renascimento, criado por Giorgio Vasari para elogiar o surgimento da Filosofia e das cidades na Grécia.
- d) Surgiu na Idade Moderna, criado por Ernest Renan para elogiar o surgimento da Filosofia e das cidades na Grécia.
- e) Surgiu na contemporaneidade, criado por ideólogos do nazismo para elogiar o surgimento da Filosofia e das cidades na Grécia.

**2.** O surgimento da filosofia e o nascimento das cidades na Grécia foram, durante muito tempo, explicados pelos historiadores por meio do conceito de “milagre grego”. Contudo, este conceito sido criticado a partir de meados do século XX. Entre suas críticas, as principais são:

- I. Que a filosofia surgiu de maneira inesperada na Grécia, sem que houvesse nenhum evento histórico que a engendrasse.

II. Que filosofia grega é um evento sem par, insondável, próprio de um milagre e, portanto, pouco afeito à análise histórica.

III. Que as cidades gregas foram, na verdade, fruto de complexas relações de intercâmbio cultural entre as civilizações do Mediterrâneo.

Com relação às críticas ao conceito de milagre grego, é correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

**3.** Os historiadores antigos, em particular os gregos, tinham especial apreço pela narrativa de guerras. Os dois mais conhecidos historiadores helenos, Heródoto e Tucídides, escreveram suas obras com o objetivo de contar sobre as maiores guerras que haviam testemunhado.

As guerras que Heródoto e Tucídides testemunharam e sobre as quais escreveram são, respectivamente:

- a) As Guerras Médicas e a Guerra do Peloponeso.
- b) A Guerra do Peloponeso e as Guerras Médicas.
- c) A Guerra Franco-Prussiana e as Guerras Médicas.
- d) A Guerra do Peloponeso e a Guerra Franco-Prussiana.
- e) As Guerras Médicas e a Guerra Franco-Prussiana.

## Seção 3.3

### Alexandre e a formação do mundo helênico

#### Diálogo aberto

Um dos aspectos mais encantadores estudados do período helenístico é a questão dos encontros culturais. O historiador italiano Arnaldo Momigliano propôs que a grande característica desse momento foi o encontro dos gregos com diversos outros povos, como os judeus, romanos, egípcios e persas, os quais eram totalmente desconhecidos ou tinham tido pouquíssimo contato com os helenos até então. Essa nova rede de relações, alcançada graças às conquistas de Alexandre, o Grande, possibilitou uma série de encontros e relações culturais entre os gregos e os outros povos (MOMIGLIANO, 1991).

A ideia de helenização ilustra uma via de mão única entre a cultura grega e os locais dominados. Durante o período helenístico, esses locais acabavam adotando de forma acrítica as práticas culturais – como a língua, a fundação das cidades – porque percebiam as práticas culturais dos helenos como superiores e avançadas. O maior exemplo está nas muitas Alexandrias – cidades fundadas pelo próprio Alexandre –, nas quais os locais habitavam e também aprendiam a língua grega. É importante que o parágrafo termine com esta passagem, que é a própria definição ‘clássica’ de helenização

Apesar do conceito de helenização ter recebido críticas nas últimas décadas, o tema das relações culturais locais e estrangeiras fornece um interessante pano de fundo para uma aula sobre o período helenístico. Depois de estudar atentamente esta seção, elabore soluções para desenvolver criticamente o tema junto a seus alunos, conforme fará como docente de História.

#### Não pode faltar

Nas duas últimas seções de História Antiga, aprendemos sobre várias facetas da Antiguidade grega. Conhecemos as Guerras Médicas, a Guerra do Peloponeso, historiadores como Heródoto e Tucídides e

também diversas teorias de pesquisadores modernos para explicar o surgimento da filosofia e das cidades entre os helenos.

Quando estudamos a Grécia Antiga, é comum encontrarmos, inclusive em livros didáticos, divisões por períodos, na maioria das vezes indicadas da seguinte maneira, em datas aproximadas:

- Idade do Bronze (3000 a.C.-1200 a.C.).
- Idade das Trevas (1200 a.C.- 800 a.C.).
- Idade Arcaica (800 a.C. - 480 a.C.).
- Idade Clássica (480 a.C.-338 a.C.).
- Idade Helenística (338 a.C.-31 a.C.).

Como você pode imaginar, a partir do que temos aprendido até aqui, essa divisão não existia na Antiguidade e, como todo conceito moderno aplicado ao Mundo Antigo, a separação da história da Grécia em períodos tem um criador: o alemão Johann Joachim Winckelmann (1717-1768). Winckelmann é um autor de grande importância, pois é considerado o pai da moderna História da Arte. Sua principal obra é *História da Arte Antiga*, lançada em 1764, que propõe uma divisão da história da Grécia semelhante às que temos acima, além de estabelecer um princípio de catalogação da arte helênica, que até aquele momento era inédita e que acabou por se tornar muito popular nos estudos subsequentes de História da Arte.

Winckelmann também foi muito influente por conta de sua interpretação da gênese e da perfeição da arte grega. O helenista alemão acreditava que apenas uma civilização com a potência política, social e cultural da Grécia clássica poderia ser capaz de realizar uma arte tão perfeita como aquela dos helenos. Na verdade, já deixava expresso este aspecto em sua própria seriação dos períodos da Antiguidade grega. Houve o período formativo, a Grécia Arcaica, o ápice com a arte clássica e a decadência com o período helenístico, como se as etapas da "vida" da civilização helênica fossem semelhantes às etapas da vida de um ser humano, como a infância, maturidade e velhice (SÜSSEKIND, 2008). Dessa forma, a divisão da história da Grécia em períodos, embora seja uma ferramenta didática e com méritos, é uma invenção moderna que não era percebida pelos antigos helenos.



A divisão da história da Grécia em períodos não exista na Antiguidade e tampouco era conhecida pelos gregos. Ela teria sido primeiramente proposta pelo alemão Johann Joachim Winckelmann – arqueólogo clássico e historiador de arte –, que tentou aplicar as fases da vida humana ao desenvolvimento dos estilos artísticos na Grécia Antiga.

Nas duas últimas seções, já aprendemos sobre quatro dos cinco períodos mencionados. A Idade do Bronze da Grécia é marcada pelas civilizações minoica e micênica, cujas características eram a estrutura da sociedade em torno do palácio, onde o rei divino mantinha sua autoridade. Depois, houve a Idade das Trevas, quando a escrita desapareceu e as fontes de que dispomos para estudá-la são muito restritas. O reaparecimento da escrita marca a Idade Arcaica, também conhecida por ser o período de escrita dos poemas atribuídos a Homero, a *Ilíada* e a *Odisseia*, e, também, do surgimento das poleis. Por fim, a Idade Clássica vai da vitória helênica nas Guerras Médicas até a conquista da Grécia por Filipe da Macedônia, o pai de Alexandre, o Grande. A Idade Clássica é também conhecida pela Guerra do Peloponeso e o florescimento da Filosofia e do teatro grego.

Uma vez que já estudamos quatro dos períodos mencionados, resta passar ao último deles – o período helenístico – que vai da conquista da Grécia pelos macedônios até a ascensão do poder romano. Diversos eventos ocorreram durante os cerca de 300 anos do período helenístico: a conquista da Ásia por Alexandre, o Grande, sua morte prematura, a fundação de diversos reinos helênicos na Ásia, as múltiplas relações estabelecidas entre a cultura grega e os locais. Em paralelo a isso, a lenta ascensão do poder romano – das Guerras Púnicas à fundação do Império – fazem do período helenístico uma época de grandes transformações e realizações culturais, como explica Peter Green:

O período começa com o impacto fragmentador da conquista do Império Aquemênida na Pérsia por Alexandre (334-323 a.C.) e acompanha a história, primeiro, da luta pelo poder travada entre os comandantes de Alexandre após sua morte prematura; depois, das várias dinastias fundadas pelos vitoriosos (chamados Diádocos, ou Sucessores) nesta luta, mais notavelmente Ptolomeu



no Egito e Seleuco na Ásia. Seu término costuma ser definido [...] pela vitória de Otaviano sobre Marco Antônio e Cleópatra no Egito em 31 a.C., que eliminou a última destas dinastias, a dos ptolomeus. (GREEN, 2014, p. 13)

Uma vez que a própria divisão da Grécia em períodos não era praticada ou conhecida na Antiguidade, o conceito de “período helenístico” tampouco era familiar aos antigos helenos. Todavia, ele não foi criado por Winckelmann, como poderia se supor. Na verdade, apenas cerca de 60 anos depois da publicação da *História da Arte Antiga* é que os conceitos de “período helenístico” e “helenismo” seriam criados, curiosamente por outro alemão, Johann Gustav Droysen (1808-1884). A importância de Droysen é enorme para os estudos da Grécia, por três razões distintas: antes de suas contribuições, o período entre o fim da Grécia Clássica e o advento do Império Romano – a que o helenista alemão deu o nome de período helenístico – era visto como uma época intermediária, de pouca importância, servindo apenas como ponte entre dois momentos históricos de maior grandeza.

Além disso, Droysen foi o primeiro historiador a dar vida a uma biografia de Alexandre nos moldes da disciplina histórica que nascia naquele momento. Por fim, a imagem positiva que o helenista germânico deu ao período helenístico – como uma época de alargamento das fronteiras do mundo conhecido e união dos povos sob a cultura grega, preparando o caminho inclusive para o surgimento do cristianismo – tornou-se bastante popular ao menos até meados do século XX (MOMIGLIANO, 1994).

Droysen, além de historiador, também era político e advogava com fervor a necessidade da unificação alemã sob a Prússia. A posição política do classicista germânico, a propósito, aparecia nas entrelinhas de sua própria definição de período helenístico; uma época de união dos povos, ocorrida graças às fabulosas conquistas de Alexandre e à magnitude da cultura grega, como fica claro no excerto:



Os dois séculos da luta encarniçada que os helenos travaram contra os persas – o primeiro grande conflito entre Oriente e Ocidente que a história nos legou – Alexandre, os encerrou ao aniquilar o império dos

**persas, ao conquistar todo o território situado entre o deserto africano e a Índia, ao afirmar a supremacia da civilização grega sobre a cultura declinante dos povos asiáticos. Enfim, ao gerar o helenismo seu nome assinala o fim de uma época e o começo de uma nova. (DROYSEN, 2010, p. 37)**

As palavras de Droysen sobre o helenismo são categóricas: a razão da vitória definitiva de Alexandre sobre os persas era a própria cultura grega que, em virtude das conquistas do general, deixou de ficar restrita aos helenos e passou a ser difundida pelo mundo. Droysen dá a este processo o nome de "helenização".

Em nossa primeira unidade de História Antiga, aprendemos sobre o conceito de "romanização", que entre vírgulas significava expansão da cultura romana pelas províncias do Império e a sua consequente adoção pelos habitantes locais. De forma simples, o conceito de "helenização" tem o mesmo significado, só que atrelado à cultura grega. Da mesma forma que ocorreu com a romanização, o conceito de helenização passou a ser criticado a partir de meados do século XX, no período posterior às duas grandes Guerras e em um contexto de descolonização e desconstrução do discurso da superioridade cultural europeia. Um dos trabalhos que ganha destaque nesta empreitada é *Os Limites da Helenização*, coleção de ensaios publicada por Arnaldo Momigliano, que reavalia o impacto da cultura grega sobre as culturas locais, defendendo que houve múltiplas formas de resistências e respostas à suposta helenização (FUNARI; GRILLO, 2014).



## Refleta

Uma das principais ferramentas do historiador e do professor de História é a capacidade de perceber como o momento de feitura acaba se refletindo nos textos de historiadores, literatos e tantos outros. O caso de Droysen, importante helenista germânico que estamos estudando nesta seção, é um bom exemplo, uma vez que Droysen era um defensor da unificação alemã sob a batuta da Prússia.

Refleta sobre como essa posição política pode ter influenciado o historiador alemão em seu conceito de helenismo, ou seja, a união do mundo sob a cultura grega. Uma boa sugestão a respeito é o texto *Os conceitos de 'helenização' e de 'romanização' e a construção de uma Antiguidade Clássica*, de Pedro Paulo Funari e José Grillo.

Conforme antecipamos no começo desta seção, o período helenístico é marcado por intensas transformações políticas. Após a Guerra do Peloponeso, boa parte das cidades gregas se enfraqueceu, em especial Atenas. Houve períodos de hegemonia de poleis como Esparta e Tebas, mas, de forma geral, a disputa interna entre os helenos acabou enfraquecendo boa parte da Grécia. Em paralelo a isto, a Macedônia, um reino de fala grega, mas com tradições culturais distintas, localizado a Noroeste da Hélade, passou a ganhar força, em especial após a ascensão do rei Filipe II, pai de Alexandre.

Filipe promoveu mudanças importantes no exército macedônio, reforçando as unidades de cavalaria e infantaria, empregando a sarissa (a longa lança macedônia) e, também, o serviço militar obrigatório. Em Atenas, que naquele momento tinha na figura do orador Demóstenes como seu maior representante, crescia o temor de que Filipe da Macedônia tivesse a ambição de conquistar a Grécia. Uma coalizão de cidades, contando com Atenas, foi formada em torno de Tebas, mas, em 338 a.C., ela foi derrotada por Filipe. O triunfo macedônio marca o início do período helenístico (MOSSÉ, 2004).

Entretanto, pouco após sua vitória, Filipe foi assassinado, deixando a Grécia conquistada pela Macedônia nas mãos de Alexandre, então com 20 anos. Após sufocar algumas rebeliões internas, como em Tebas, Alexandre partiu em uma investida contra o Império Persa, que possuía enormes domínios na Ásia. A luta contra os persas, aliás, era um dos projetos de seu pai.

O que se seguiu foi a aventura de um jovem conquistador que com seu exército conseguiu dominar enormes territórios em menos de uma década. Alexandre, que receberia o título de “O Grande” durante o período romano, derrotou o Império Persa em três grandes batalhas, as de Grânico, Isso e Gaugamela. Foi reconhecido como faraó no Egito, conquistou a Índia e expandiu substancialmente o mundo conhecido pelos gregos. Todavia, o conquistador macedônio sofreu uma severa rebelião na Índia, quando seus soldados se recusaram a seguir em frente com a expedição. Alexandre se viu obrigado a retornar à Babilônia, onde adoeceu e morreu de febre, pouco antes de completar 33 anos.

As muitas lendas em torno de Alexandre – como sua aclamação

como deus por um oráculo egípcio, por exemplo – não são tributárias apenas da aura mitológica que costuma envolver as grandes personagens da história. Na verdade, mesmo na Antiguidade, este tipo de construção “fantasiosa” era comum. Para o caso de Alexandre, a maior dificuldade encontrada pelos historiadores reside no fato de que as fontes escritas que narram a vida do conquistador foram compostas de três a cinco séculos depois de sua morte. Este grande lapso temporal torna complexa a pesquisa sobre Alexandre, uma vez que a feitura das fontes escritas sobre sua carreira se deu em um cenário muito distinto, que acaba influenciando sua composição, como bem observado por Briant (2011, p. 9):

As fontes narrativas grego-romanas disponíveis, em grego (Diodoro, Plutarco, Arriano) ou em latim (Quinto Cúrcio, Justino), foram redigidas entre três e cinco séculos depois de Alexandre e nenhum dos que adotamos o deplorável costume de denominar “historiadores antigos de Alexandre” é um historiador no sentido que entendemos hoje em dia, seja do ponto de vista do método, ou da concepção e da forma.

Ao contrário das fontes escritas, muitas das fontes materiais para o estudo de Alexandre foram realizadas ainda com o conquistador em vida, ou pouco depois de sua morte. De toda forma, moedas, bustos, estátuas e mosaicos que retratam Alexandre tendem a ter uma visão elogiosa sobre o rei macedônio semelhante àquela encontrada nos registros escritos. Um bom exemplo é o chamado Mosaico de Alexandre, uma obra romana que retrata o embate entre o macedônio e o rei persa Dario III. Nela, Alexandre é mostrado como o campeão da coragem, ao passo que seu combatente é a própria encarnação da covardia, uma vez que o mosaico mostra a cena da fuga de Dario (COHEN, 1997).



**Pesquise mais**

Atualmente, o Mosaico de Alexandre se encontra no Museu Arqueológico Nacional de Nápoles, na Itália, e você poderá ver vídeos e comentários inspiradores sobre ele em: AMARA. **Mosaico de Alexandre aproximadamente 1000 a.C..** Disponível em: <<http://amara>.

[org/vi/videos/daoGsWxdTEVk/pt-br/857882/](http://org/vi/videos/daoGsWxdTEVk/pt-br/857882/)>: Acesso em: 20 mar. 2017. Também indicamos a leitura complementar: GRÉCIA ANTIGA. **O Mosaico de Alexandre séc. I.** Disponível em: <http://greciantiga.org/img.asp?num=0779>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

Anteriormente, nesta seção, aprendemos sobre como Droysen foi o primeiro estudioso a criar uma obra sobre Alexandre nos moldes da então nascente disciplina histórica. Também podemos observar como o helenista germânico criou o conceito de helenização para se referir à difusão da cultura grega sobre a Ásia, enxergando-a como um bálsamo civilizador responsável por tirar os locais do estado de barbárie em que se encontravam. Para criar esta interpretação, Droysen foi influenciado tanto pelas fontes antigas sobre Alexandre, que eram favoráveis ao conquistador, como pelo próprio contexto político em que escreveu. Entre outros aspectos, o século XIX, época em que viveu, foi marcado pelo imperialismo europeu, quando diversas potências do continente exploraram os recursos naturais e humanos de continentes como a África e a Ásia. Este movimento político foi acompanhado por uma retórica que alegava que, ao invés da exploração, os europeus carregavam a chama da civilização aos continentes africano e asiático (SAID, 2011).

Qualquer semelhança entre a retórica do imperialismo europeu e o conceito de helenização aplicado por Droysen ao estudo das sociedades antigas não é fortuito. Durante boa parte dos séculos XIX e XX, a expedição de Alexandre foi vista pelos europeus como uma prévia de sua política imperial, de modo que a ideia de helenização diz mais respeito à época em que foi criada do que às relações culturais do período helenístico (FUNARI; GRILLO, 2014).



### Exemplificando

Duas obras que bem exemplificam as formas de aplicação do conceito de helenização são as do russo Mikail Rostovtzeff e do francês Pierre Jouguet. Rostovtzeff, cuja obra foi lançada em 1941, considerava que a expansão da cultura grega durante o período helenístico foi fundamental para fomentar a economia na Ásia, antes “dormente” pelo ritmo de vida típico do oriente. Já Jouguet, cuja publicação ocorreu em 1926, enfatizava o

caráter “civilizador” das conquistas da Alexandre que, graças principalmente à fundação de cidades, foi responsável por tirar os asiáticos de seu estado de barbárie. Para saber mais, consulte as obras:

JOUGUET, Pierre. **L'imperialismemacédonien et l'hellénisation de l'Orient**. Paris: Albin Michel, 1972.

ROSTOVTZEFF, Mikhail. **The Social and Economic History of Hellenistic World**. Oxford: The Clarendon Press, 1941.

Quando da época de sua morte, Alexandre não indicou um sucessor, o que causou enormes problemas para a continuidade do império macedônio na extensão das conquistas do rei. Assim que faleceu, foram iniciadas inúmeras disputas entre seus generais, que acabaram por dividir o império em grandes unidades, os chamados reinos helênicos na Ásia. O maior deles em extensão territorial foi o Império Selêucida, que recebe este nome em função de seu fundador, Seleuco, um importante general de Alexandre. O Império Selêucida tinha a Babilônia como sede e seus domínios iam da bacia dos mares Mediterrâneo e Egeu até o atual Afeganistão, englobando povos como gregos, persas, indianos e judeus. Por conta de sua enorme extensão, o Império Selêucida sofreu com inúmeras revoltas internas. Menos de 100 anos depois de sua fundação, houve uma grande insurreição dos persas, sob o comando de Arsaces I da Pártia. Arsaces fundou o chamado Império Parta (247 a.C.-224 d.C.) ao derrotar os selêucidas. O Império Parta, que recebe o nome por causa da região da Pártia, no nordeste do atual Irã, foi um dos mais agressivos inimigos dos romanos.

Já durante meados do século II a.C., os selêucidas foram expulsos da região da Palestina por um exército judeu radical liderado por Judas Macabeu. O soberano selêucida da época, Antíoco IV, havia banido a religião dos judeus e transformado seus templos em santuários de Zeus. O Império Selêucida teve seu fim em 64 a.C., quando seus últimos pontos de resistência foram tomados pelo general romano Pompeu (GREEN, 2014). A luta dos macabeus contra Antíoco é narrada no livro bíblico dos Macabeus.

Outra importante dinastia originária das conquistas de Alexandre foi a ptolomaica. Ptolomeu era um ilustre general do exército macedônio e após a morte de Alexandre tomou controle do Egito. Entre todos os impérios nascidos das conquistas dos greco-macedônios, o ptolomaico foi o mais próspero, graças à sua posição geográfica privilegiada entre a Europa, Ásia e África, que garantia muitas riquezas com comércios e taxas em geral. Os ptolomeus, por fim, foram responsáveis por grandes realizações culturais, como o florescimento da cidade de Alexandria, com seu farol, sua biblioteca e os diversos templos dedicados a divindades como Hórus, Ísis e Serápis, nos quais é possível perceber uma forte manutenção dos motivos faraônicos, o que depõe contra a tese da helenização do Egito (GRALHA, 2009). A última rainha da dinastia ptolomaica foi Cleópatra, personagem muito conhecida pelo filme *Cleópatra* (1963), com Elizabeth Taylor. Sua derrota frente aos romanos marca o fim do período helenístico.

Com relação a Atenas, as instituições tradicionais da cidade continuaram a funcionar durante os 13 anos de aventuras de Alexandre, embora sua pujança econômica tenha sido reduzida. Atenas ainda era lar de oradores hostis ao conquistador, como Hárpalo e Demóstenes e, com a morte de Alexandre, houve uma tentativa dos atenienses de enfrentar os exercícios macedônios na chamada Guerra Lamíaca. Atenas foi derrotada e uma guarnição macedônia foi instalada no Pireu, o porto ateniense, em um episódio que muitos historiadores costumam marcar como fim da sua democracia (MOSSÉ, 1979).

Ainda que durante o período helenístico a cidade recebesse melhorias urbanas e construção de grandes monumentos, essas obras eram levadas a termo por reis helenísticos exteriores a Atenas, mais como um elogio saudosista à vida na polis do que uma intervenção por sua importância atual. O Pireu perdeu espaço para portos como Alexandria, ainda que a fama de Atenas como escola filosófica permanecesse. Seu último momento de destaque na Antiguidade foi quando o imperador romano Juliano (330-363 d.C) foi à cidade para aprender filosofia. O esplendor dos tempos de Péricles se tornara uma lembrança cada vez mais vaga.



## Pesquise mais

Um dos aspectos mais interessantes do período helenístico, e especialmente da figura de Alexandre, foi o início da valorização do indivíduo frente ao cenário do mundo helênico. Um exemplo categórico encontra-se nas moedas antigas. Antes do advento do conquistador, elas traziam a imagem da divindade de cada cidade, como em Atenas. Após Alexandre, foram suas representações que passaram a estampar as moedas. Para aprender mais sobre a arte helenística, consulte a obra e indicação de site a seguir:

POLLITT, J. J. **Art in the Hellenistic Age**. New York: Cambridge University Press, 1986. <<http://alexanderthegreatcoins.reidgold.com/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.



## Vocabulário

**Oradores:** homens que, na Grécia Antiga, falavam nas assembleias sobre temas políticos, geralmente com grande poder de oratória.

## Sem medo de errar

Ao longo desta seção sobre história da Grécia, aprendemos sobre as grandes divisões da história grega, sobre Alexandre e o período helenístico, sobre os reinos helênicos na Ásia e, principalmente, sobre o conceito de helenização, que faz referência à adoção da cultura grega pelos locais, e que vem sofrendo críticas pela historiografia moderna. Sendo assim, você poderá refletir com base em dois pontos de referência: um ligado às questões políticas atuais e outro voltado à história da Grécia Antiga.

O tema das trocas e intercâmbios culturais, bem como a aversão às práticas culturais de outros povos, é um dos mais importantes na atualidade. Migrações, perseguições a minorias religiosas ou étnicas, globalização e muitos outros são recorrentes nos noticiários do dia a dia, e você poderá transpor parte desse cenário para o período helenístico. Faça um exercício de imaginação envolvendo algum dos territórios conquistados por Alexandre e ocupado pelos gregos-macedônios. Imagine, por exemplo, a Índia, cujas tradições, conforme

você aprendeu na última unidade, eram ancestrais. Será que os indianos abandonariam todas suas tradições após uma simples vitória de Alexandre? Será que a fundação de cidades gregas em território indiano seria o suficiente para considerá-lo “helenizado”?

Da mesma forma, o aprendizado da língua grega e o consumo de produtos gregos seria um parâmetro suficiente para considerar que um egípcio ou um judeu deixou sua identidade anterior para “tornar-se” grego? Não seria o mesmo que dizer que pelo fato de consumirmos um refrigerante americano ou conhecermos algumas palavras em inglês somos estadunidenses ou ingleses? Estas e muitas outras reflexões podem ser incorporadas à sua aula sobre o período helenístico, deixando-a mais atraente e dinâmica.

Outra reflexão, mais elaborada, que você pode utilizar em sala é a seguinte: qual foi a cultura grega difundida no Oriente de Alexandre? Como aprendemos nesta seção, Alexandre não era grego, era macedônio, e a Macedônia tinha a monarquia hereditária como regime político, algo bem distante da democracia ateniense sobre a qual aprendemos na primeira seção desta unidade.



**Pesquise mais**

BIAZOTTO, Thiago do Amaral. A morte galopa um corcel negro: algumas apropriações de Filipe II e Alexandre Magno no século XX. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, v. 9, n. 3 (13), p. 39-49, out. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8641278/8838>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

## Avançando na prática

### Alexandre e o papel do indivíduo na história

#### Descrição da situação-problema

Um dos principais e mais encantadores assuntos não somente desta seção, mas de toda a unidade sobre Grécia, é a figura de Alexandre, o Grande, e a magnitude de suas conquistas. Após assumir o reino da Macedônia depois do assassinato de seu pai, Filipe, em menos de uma década, Alexandre dominou uma região que ia da Grécia ao Egito, do Mar Egeu ao Rio Ganges. Ainda que a pesquisa histórica das

últimas décadas venha caminhando na direção de diminuir o papel do indivíduo, os alunos em geral ainda tendem a ter bastante interesse pelos “grandes personagens da história” ou pelas “grandes pessoas do passado”, de forma que você poderá utilizar desse interesse para enriquecer sua aula e captar a atenção dos estudantes. Agora, vamos imaginar: quais recursos didáticos você poderia utilizar para tornar uma aula sobre Alexandre ainda mais rica e estimulante?

### **Resolução da situação-problema**

Entre todos os aspectos que envolvem a figura de Alexandre, a extensão de seu império e a rapidez com que ele foi conquistado são aqueles que mais despertam interesse. Aproveitando dessa realidade, você poderá preparar uma aula que envolva tanto a História quanto a Geografia. Leve para sala um mapa do império de Alexandre e outro mapa atual e mostre como o domínio macedônio na Antiguidade se estende por diversos países da atualidade, desde a própria Macedônia e Grécia até os limites entre Paquistão e Índia. Mostre como os domínios macedônios eram limitados antes do advento de Alexandre e como eles se expandiram enormemente em uma década.

Você também poderá mostrar aos alunos imagens de estátuas, moedas e mosaicos de Alexandre, em especial aqueles realizados ainda com o rei macedônio em vida ou pouco após sua morte. Reflita a respeito do quão importante deveria ser uma pessoa na Antiguidade para poder ter sua imagem em todos esses materiais – Alexandre, inclusive, tinha um escultor, Lísipo, e um pintor, Apeles, que trabalhavam exclusivamente para ele.

No caso das obras realizadas após a morte do conquistador, observe a riqueza e o poder necessário a uma pessoa para ser homenageada dessa forma. Por fim, tenha sempre o cuidado de não exagerar na importância do indivíduo, como já alertado. Alexandre apenas conseguiu suas conquistas graças a um exército bem treinado, à contribuição dos locais durante a campanha na Ásia e ao papel de seu pai na organização das falanges macedônias.

## Faça valer a pena

**1.** O período helenístico da história grega possui diversas características importantes. Uma das principais é a difusão da cultura grega, antes restrita aos domínios da Hélade, para o Oriente, fenômeno chamado de "helenização".

A respeito do conceito de helenização e sua principal característica, é correto afirmar que ele foi criado:

a) Na Antiguidade, pelos próprios gregos, confiantes na superioridade de suas práticas culturais.

b) Na Idade Média, pela escola escolástica, com vistas a avaliar a importância da língua grega no Novo Testamento.

c) No Renascimento, por pensadores italianos que consideravam a arte antiga o modelo ideal ao qual deveriam aspirar.

d) Durante o século XIX, na Alemanha, para aludir à adoção da cultura grega durante e após o Império de Alexandre, o Grande.

e) Durante o século XX, na Alemanha, por teóricos nazistas que viam a cultura grega como matriarca da cultura germânica.

**2.** "Esse já era o julgamento divulgado pelas fontes gregas que, nutridas por um incrível complexo de superioridade, adquiriram o hábito de empregar automaticamente certas palavras ao falar da Pérsia: fraqueza, luxo, luxúria, bebedeira, covardia. Os gregos encontravam nisso uma cômoda justificativa para as conquistas. É deplorável constatar que uma corrente dominante da historiografia europeia incorporou esses temas, para pintar de Alexandre o retrato de 'soldado da civilização'." (BRIANT, 2011, p. 46)

A citação de Pierre Briant refere-se ao uso da imagem de Alexandre, o Grande, pela historiografia europeia. Assinale a alternativa que melhor caracteriza a crítica feita pelo historiador francês:

a) Briant censura a leitura acrítica que esta historiografia faz das fontes gregas, levando a uma construção idealizada e

por demais elogiosa de Alexandre.

b) Briant critica o epíteto de “soldado da civilização” atribuído a Alexandre, por considerar que ele não faz jus à envergadura do rei macedônio.

c) Briant critica os antigos persas, por conta de sua fraqueza, luxo, luxúria, bebedeira e covardia, louvando o papel de Alexandre como “civilizador” deste povo.

d) Briant critica as fontes gregas antigas por seu sentimento de superioridade em relação a outros, fazendo que elas não fossem elogiosas o bastante a Alexandre.

e) Briant critica a historiografia europeia por conta de seu déficit no domínio do grego clássico, que a impediu de ter leitura correta do “fenômeno” Alexandre.

**3.** A partir de meados do século XX, em especial após o término da Segunda Guerra Mundial, os conceitos normativos aplicados à Antiguidade, como os de “romanização” e “helenização”, passaram a ser alvo de diversas críticas.

O texto-base faz referência a dois conceitos normativos referentes ao Mundo Antigo e às críticas que eles têm recebido. Sobre as críticas ao conceito de helenização, é correto afirmar que elas têm enfatizado:

a) Como o conceito apenas pode ser aplicado a Atenas do século V a.C., sem poder se estender a períodos anteriores ou posteriores.

b) Como o conceito não dá conta de exprimir as complexas relações culturais existentes na Antiguidade.

c) Que o papel civilizador de Alexandre não está suficientemente incutido no conceito de helenização.

d) Que o conceito de helenização não é suficiente para expressar a magnitude da difusão da cultura grega durante o período helenístico.

e) O fato de os gregos se “romanizarem” antes de se “helenizarem”, tornando o conceito inverídico historicamente.

# Referências

- A BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Editora Ave Maria, 2003.
- BRIANT, Pierre. **Alexandre, o Grande**. Porto Alegre: L&M Pocket, 2011.
- COHEN, Ada. **The Alexander Mosaic: Stories of Victory and Defeat**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- DROYSEN, Johann. **Alexandre: o Grande**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- FINLEY, Moses. **Grécia primitiva: idade do bronze e idade arcaica**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FUNARI, Pedro Paulo; GRILLO, José. Os conceitos de 'helenização' e de 'romanização' e a construção de uma Antiguidade Clássica. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Néri; PINHEIRO, Rossana (Orgs.). **A construção da narrativa histórica. Séculos XIX e XX**. São Paulo/Campinas: Editora da Unifesp/Editora da Unicamp, 2014, p. 205-214.
- GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror: Quatro ensaios de iconografia política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GRALHA, Julio. **A legitimidade do poder no Egito ptolomaico: cultura material e práticas mágico-religiosas**. 2009. 284 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- GUARINELLO, Norberto. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.
- GREEN, Peter. **Alexandre, o Grande: e o período helenístico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- HARTOG, F. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- HERÓDOTO, **Histórias**, I, 1.
- HOMERO, **Ilíada**, 1-4.
- JOUGUET, Pierre. *L'imperialisme macédonien et l'hellenisation de l'Orient*. Paris: Albin Michel, 1972.
- KURY, Mário. "Introdução" in TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1986.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.
- \_\_\_\_\_. J. G. Droysen between Greeks and Jews. In: BOWERSOCK, Glen; CORNELL, Tim. (Orgs.). **A. D. Momigliano: studies on modern scholarship**. Berkeley: University of California Press 1994, p. 147-161.
- \_\_\_\_\_. **Os limites da helenização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

- MOSSÉ, Claude. **A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Alexandre, o Grande**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Atenas: a história de uma democracia**. Brasília: Editora da UnB, 1979.
- PETIT, Paul. **História Antiga**. São Paulo: Difel, 1979.
- PIRES, Francisco Murari. A Retórica do Método (Tucídides I,22 e II, 35). **Revista de História**, v. 138, p. 9-16, 1998.
- PINSKY, Jamie. **100 textos de História Antiga**. São Paulo: Global, 1980.
- POLLITT, J. J. **Art in the Hellenistic Age**. New York: Cambridge University Press, 1986.
- ROSTOVITZ, Mikhail. **The Social and Economic History of Hellenistic World**. Oxford: The Clarendon Press, 1941.
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SILVA, Maria Aparecida. "Introdução" in HERÓDOTO. **Histórias**: Livro I. Tradução Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015.
- SÜSSEKIND, Pedro. A Grécia de Winckelmann. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 49, n. 117, p. 67-77, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/kr/v49n117/a0449117.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1986.
- VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Mitos e pensamentos entre os gregos: estudos de psicologia histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- VEYNE, Paul. **Os gregos acreditavam em seus mitos?** São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- VLASSOPOULOS, Kostas. **Unthinking Greek Polis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.



# O Império Romano

## Convite ao estudo

Esta unidade de História Antiga tem enorme importância, por dois motivos: o primeiro deles é que se trata de nossa última unidade sobre o Mundo Antigo, marcando o término deste curso. A outra razão é o tema que iremos estudar: Roma, talvez o mais conhecido entre todos os assuntos pertencentes à História Antiga. Em diversos momentos, podemos notar como o interesse pela história romana ainda é comum. No cinema, por exemplo, diversos filmes usaram o cenário de Roma para compor o enredo e obtiveram enorme sucesso comercial, sejam eles inspirados em eventos históricos, como *Spartacus* (1960) e *Cleópatra* (1963), sejam os que narram histórias ficcionais, como *Gladiador* (2000).

Além do cinema, Roma ainda se faz presente em áreas como o Direito, uma vez que o alicerce do direito moderno, inclusive o brasileiro, vem da base jurídica deixada pelos romanos. Da mesma forma, o português, tem sua origem na língua usada pelos romanos, o latim. Não só o português, mas também o italiano, o francês e o espanhol, entre outras, têm suas raízes ligadas ao latim, motivo pelo qual são chamadas de "línguas neolatinas". Até mesmo alguns ditados populares que até hoje são usuais, como "cão que late não morde" ou "errar é humano", são adaptações ou traduções de máximas encontradas entre os autores romanos ou usuais no latim falado em Roma.

Por esses e muitos outros motivos, deixamos aqui o convite para que você aproveite esta unidade sobre Roma. Estudaremos suas origens, os períodos da Monarquia, da República e do Império, as guerras, o surgimento do cristianismo e diversos outros assuntos, tanto fascinantes, quanto convidativos ao estudo.

Por meio desses estudos, você conhecerá os importantes aspectos da política e da cultura da Roma Antiga, desenvolverá um senso crítico frente aos conceitos generalizantes aplicados à história romana e será capaz de traçar estratégias de ensino em sala de aula.

# Seção 4.1

## Roma: primórdios, República Romana (509 – 27 a.C.)

### Diálogo aberto

Em todas nossas seções de História Antiga, temos aprendido sobre as diversas fontes a partir das quais é possível preparar uma aula de História. Temos visto com particular destaque o papel dos filmes, mas a literatura também fornece materiais muito ricos para incrementar ainda mais as aulas. Para esta seção, ressaltamos que há uma vasta gama de textos, filmes e poemas a respeito de uma importante personagem da história de Roma: o general Júlio César (100-44 a.C.). É possível utilizá-la em uma aula sobre o momento da transição da República para o Império Romano.

Ao longo desta unidade, aprenderemos sobre as lendas em torno da fundação de Roma, o desenvolvimento político da cidade, as guerras travadas entre os romanos e outros povos e, ao final, trataremos sobre como a figura de Júlio César teve tamanha importância a ponto de aparecer com destaque em obras de dois dos mais relevantes autores da literatura ocidental: o italiano Dante Alighieri (1265-1321) e o inglês William Shakespeare (1564-1616). Uma aula que trate não somente da dimensão do general romano na Antiguidade, mas também aborde, na medida do possível, as releituras e apropriações de sua imagem durante a Idade Média e Moderna, será muito interessante, pois poderá ressaltar como cada releitura coloca os conceitos de sua própria época sobre Júlio César.

Dessa forma, ao final desta seção, falaremos sobre as interpretações de Dante e Shakespeare a respeito de César e daremos algumas sugestões de como incluí-las em aulas sobre República Romana.

## Não pode faltar

Na unidade anterior, estudamos a Grécia e aprendemos diversas características dessa civilização. Antes disto, porém, conhecemos as diversas conotações que o termo “Grécia” pode assumir, tanto na Antiguidade, quanto no mundo contemporâneo. Para iniciarmos esta unidade, agora sobre Roma, teremos de repetir o mesmo procedimento.

Quando vamos estudar Roma, temos de ter em mente as diversas conotações que esta palavra pode assumir. Podemos pensar na atual cidade de Roma, capital da Itália e conhecida, entre outros aspectos, por ser o local em que fica o Vaticano, que é um Estado próprio. É possível pensarmos também na Roma antiga, cidade em torno da qual se formou um dos maiores e mais conhecidos impérios de todos os tempos – o Império Romano. Dessa forma, podemos imaginar duas “Romãs” possíveis: a atual e a antiga. Muitos pesquisadores costumam fazer essa distinção e usar do termo “Roma Antiga” para a cidade que iremos estudar. Todavia, pelo fato de este curso ser sobre História Antiga, usaremos apenas.



### Assimile

A palavra “Roma” pode assumir diversos significados, desde a moderna cidade italiana até a cidade em torno da qual se formou o Império Romano. Para esta unidade, sempre usaremos “Roma” para fazer referência à cidade antiga e ao Império Romano.

Ao longo de todo o curso de História Antiga, aprendemos sobre como os povos da Antiguidade criavam histórias envolventes sobre suas origens. Essas histórias quase sempre tinham o objetivo de mostrar um passado glorioso e ilustre, que deveria guiar aquele povo no presente e no futuro. Com Roma não é diferente, os romanos eram um povo pródigo em criar histórias que explicassem o surgimento de sua cidade. Uma das mais conhecidas é a de Rômulo e Remo, resumida da seguinte forma por Pedro Paulo Funari:



**A [lenda] mais conhecida e popular entre os próprios romanos conta que a cidade foi fundada por Rômulo, filho do Deus da Guerra, Marte, e de Reia Sílvia, filha do rei Numítor [...]. Amúlio, irmão de Numítor, destronou**

seu irmão e obrigou sua sobrinha Reia a tornar-se uma sacerdotisa, o que a levou a jogar seus filhos gêmeos, Rômulo e Remo, nas águas do rio Tibre. Milagrosamente, os meninos salvaram-se e foram criados por uma loba [...]. Ao se tornarem adultos, restauraram o pai no trono [...] e pedem permissão para fundar uma cidade às margens do Tibre. Entretanto, brigaram e Rômulo acabou matando seu irmão. (FUNARI, 2009, p. 80)

A história de Rômulo e Remo é muito famosa e até hoje é comum vermos a imagem de uma estátua de loba amamentando duas crianças em livros didáticos ou obras sobre História. De toda forma, este não é o único mito fundador da cidade de Roma. Outra história liga a origem de Roma à Guerra de Troia. Segundo essa versão, o troiano Enéias, após a guerra ter terminado, navegou pelo Mediterrâneo até alcançar a Península Itálica, onde reinou por alguns anos. Após sua morte, seus descendentes continuaram no trono, entre eles estava Numitor que, como aprendemos, foi o avô de Rômulo.

Dessa forma, podemos observar como as lendas sobre a fundação de Roma são fascinantes e têm complexas relações entre si: todas elas mostram como Roma parecia destinada a uma trajetória poderosa, ímpar, desde sempre anunciada como a dominadora dos outros povos. É importante destacar que, ao ligar a história de Roma à de Troia, além do desejo de anunciar a cidade de Roma como vencedora e dominadora, também a insere em uma tradição já estabelecida da glória de Guerra de Troia, justificando o prestígio do povo romano e renunciando um futuro brilhante (PETIT, 1979).



### Refleta

A criação de lendas ou a valorização de determinadas figuras históricas com o propósito de justificar atos do presente não é exclusividade do Mundo Antigo. A história do Brasil é pródiga em exemplos do tipo. Reflita, por exemplo, sobre o famoso quadro Independência ou Morte, pintado em 1888, por Pedro Américo. Note como ele tenta enaltecer a figura de Dom Pedro I, colocando-o no centro da ação e retratando-o como o único responsável pela separação política entre brasileiros e portugueses. Relacione agora com o momento em que ele foi levado a público, 1888, época em que Dom Pedro II, filho de Dom Pedro I, já sofria diversas pressões e perdia cada vez mais apoio político – a República seria proclamada no ano seguinte. Dessa forma, qual seria a

intenção da Família Real brasileira ao encomendar o quadro senão tentar salvar sua imagem, ligando-o à aura de "libertador" de Dom Pedro I? Este é apenas um exemplo entre tantos outros de apropriações de figuras históricas vistas à legitimação de governos do presente.

Embora seja comum visualizarmos a imagem do Império quando pensamos em Roma, o desenvolvimento político da cidade até atingir o estatuto imperial foi lento e envolveu duas outras formas de governo: a Monarquia e a República. Dispomos de poucas fontes sobre o período monárquico da história romana, que costuma ir da data da fundação da cidade - segundo a lenda, em 753 a.C. -, até a derrubada do último rei de Roma, cerca de 509 a.C.

Em seus primórdios, a história de Roma liga-se à de outra civilização que habitava a península Itália: os etruscos. A civilização etrusca é uma das mais fabulosas e ao mesmo tempo mais obscuras sociedades do Mundo Antigo, muito por conta de sua língua ainda não ter sido decifrada. Não há consenso a respeito de qual local os etruscos habitavam antes de migrarem para a Península Itálica, mas sua cultura e organização social mesclavam elementos gregos e orientais de forma bastante singular (GUARINELLO, 2013).

As escavações arqueológicas mostram uma civilização etrusca que se caracterizava por tumbas pintadas com motivos da mitologia grega, cerâmicas e joias trabalhadas em ouro. Acredita-se que a organização social dos etruscos abrigava cidades independentes que, em algum momento, por volta dos séculos VIII ou VII a.C., uniram-se em torno de um Império, cuja duração foi efêmera. Contudo, apesar do curto período de prosperidade dos etruscos, eles deixaram marcas importantes, especialmente em Roma (PETIT, 1979).

Já aprendemos que a primeira organização social de Roma era a Monarquia e, segundo a tradição, o primeiro rei romano seria Rômulo, sucedido por Numa Pompílio, Túlio Hostílio e Anco Márcio, monarcas originários da região do Lácio, na península itálica. Contudo, os três últimos reis romanos, chamados de Tarquínios, eram de origem etrusca. Seus nomes eram Tarquínio Prisco, Sêrvio Túlio e Tarquínio, o Soberbo, soberano que, ao ser deposto, marcou a passagem da Monarquia à República romana. Já aqui podemos perceber a relação

bastante próxima entre Etrúria e Roma nos períodos iniciais da cidade, uma vez que os três últimos reis de Roma tinham origem etrusca.

A própria organização social romana, no período monárquico, também possuía semelhanças com o regime político etrusco. Em seus primórdios, Roma tinha o poder concentrado nas mãos de algumas poucas famílias aristocráticas agrárias, que, por também incluírem entre seus membros a aristocracia guerreira, conseguiram se manter dominantes por cerca de 250 anos. Por volta do ano de 509 a.C., o enfraquecimento das famílias etruscas, combinado a uma sublevação dos patrícios, isto é, daqueles cujas famílias eram nascidas em Roma, levou à derrubada da Monarquia e ao advento da República (PETIT, 1979).

A transição entre os regimes foi contada por Tito Lívio, um dos principais historiadores latinos, da seguinte forma: Tarquínio, o rei etrusco de Roma, estava fora da cidade, deixando seu filho, Sexto Tarquínio, no comando de Roma. Sexto Tarquínio acabou cedendo à tentação e violentou uma mulher, de nome Lucrecia, durante um banquete, que relatou o ocorrido a seu marido Tarquínio Colatino, suicidando-se na sequência por ter se sentido ultrajada. Este reuniu outros patrícios igualmente revoltados com o acontecido e derrubaram a Monarquia dos Tarquínios. Embora essa versão possua contornos fantasiosos, escavações arqueológicas revelaram que, por volta do ano 500 a.C., o palácio real romano foi arrasado, mostrando ao menos que uma violenta revolta contra os reis etruscos teve lugar em algum momento da virada do século VI para o V a.C. (SANTA'ANNA, 2015).

A estrutura de poder na República Romana era bastante complexa. A figura do rei foi substituída por dois côsules eleitos anualmente, cuja principal ocupação era o comando dos exércitos. Ao lado dos dois côsules, havia o Senado, que já existia na Monarquia, embora com menos poder. Os senadores escolhiam os côsules, os aconselhavam e até mesmo vetavam suas iniciativas. Com o passar do tempo, os senadores tornaram-se mais importantes, e, nos períodos terminais da República, o cargo de senador passou a ser vitalício, trazendo prestígio a seus membros. (SANTA'ANNA, 2015).

Além dos cargos citados, outro título de grande importância no

cenário político da República Romana era o de ditador (*dictator*, em latim). Mais uma vez, é preciso ter atenção para não confundir os significados do termo na Antiguidade com as conotações modernas da palavra. Ao pensarmos em um ditador hoje em dia, imaginamos uma pessoa de caráter despótico, que reúne em si todos os poderes públicos e que, via de regra, consegue reunir esses poderes mediante um golpe. Contudo, na Roma Antiga, ditador era aquele que durante períodos prolongados de guerra assumia o controle dos exércitos com plenos poderes, conforme explicado por Henrique Sant’anna (2015).



**Em tempos emergenciais, como no caso de uma invasão de seu próprio território, os romanos apelavam para um cargo temporário com poderes extraordinários: o ditador (*dictator*). Devido à sua natureza extraordinária, ditadores não eram eleitos, mas nomeados pelo cônsul, podendo servir por até seis meses ou durante o tempo da emergência [...]. Como suas funções eram essencialmente militares, valorizavam-se homens de grande experiência em batalha, convocados no intuito de se promover uma liderança unificada (SANT’ANNA, 2015, p. 26).**

Com a leitura do excerto, podemos observar como, durante o período da República Romana, o ditador era aquele apontado para receber plenos poderes em situações de guerra, especialmente o comando das tropas. Diversos ditadores romanos se destacaram durante essa época, como Camilo, responsável por vitórias decisivas contra os etruscos, no século IV a.C. (SANTA’ANNA, 2015).

Ainda sobre a organização social desse período da história romana, aprendemos como a passagem da Monarquia à República não representou o aumento da participação popular no cenário político. Em certa medida, o poder, que nos momentos finais da Monarquia estava concentrado nas mãos dos reis etruscos, acabou passando para os patrícios, isto é, aqueles vindos de famílias tradicionais de Roma, sem haver um aumento substantivo de atores no jogo político. As magistraturas oficiais, como o senado e o consulado, eram apenas acessíveis aos membros da aristocracia, descendentes das primeiras famílias de Roma, ao passo que a plebe, ou seja, todos aqueles que não eram patrícios, estavam aliçados da participação política (SANT’ANNA,

2015).

A tensão permanente entre esses dois grupos deixou marcas importantes na história da política romana, mesmo porque diversos plebeus integravam o exército, grupo que vinha ganhando cada vez mais importância no contexto político de Roma. Por causa das pressões populares, em cerca de 450 a.C., a aristocracia romana convocou uma comissão especial para fazer publicar um conjunto de leis que teria por objetivo aumentar a participação dos plebeus, com vistas a acalmar as tensões sociais tão comuns. O conjunto conhecido como "Lei das Doze Tábuas" foi o resultado dessa iniciativa.

O conjunto de normas finalmente redigidas foi chamado de 'A Lei das Doze Tábuas', que se tornou um dos textos fundamentais do Direito romano [...]. A publicação dessas leis, na forma de tábuas que qualquer um podia consultar, por volta de 450 a.C., foi importante, pois o conhecimento das 'regras do jogo' da vida em sociedade é um instrumento favorável ao homem comum e potencialmente limitador da hegemonia e arbítrio dos poderosos. As Doze Tábuas não chegaram completas até nós, mas possuímos fragmentos como os seguintes; 'quem tiver confessado uma dívida, terá trinta dias para pagá-la; quando um contrato é firmado, suas cláusulas são vinculantes, devendo ser cumpridas; se um patrão fraudar um cliente, que seja amaldiçoado'. (FUNARI, 2009, p. 83)

A partir da leitura do excerto, vemos a principal importância da Lei das Doze Tábuas – a 'quebra' da hegemonia dos patrícios na interpretação e aplicação das leis. Uma vez que os principais preceitos do direito romano estavam agora registrados por escrito, era possível a consulta e até mesmo o questionamento à forma de aplicação da justiça por parte dos patrícios, uma vez que era possível cotejar a conduta jurídica ao texto consolidado. Além desse importante passo, as pressões da plebe também obtiveram outros importantes avanços, como a abolição da escravidão por dívidas e a criação do cargo de Tribuno da Plebe, um magistrado que defenderia os plebeus com o poder de vetar medidas governamentais que prejudicassem a plebe, além da revogação da antiga norma que vetava o casamento entre

plebeus e patrícios. Por fim, é importante notar como o progressivo aumento da participação popular em Roma ao longo dos séculos VI e V a.C. acontece quase que concomitante ao processo de abertura de cenário político registrado em Atenas (FUNARI, 2009).

Contudo, talvez a principal consequência das mudanças elencadas seja o nascimento de uma maior coesão social em Roma, que permitiu o fortalecimento do exército e a posterior expansão territorial promovida pelos romanos. Durante essa expansão territorial, Roma se envolveu em diversas guerras, sendo a mais importante delas denominada de "Guerras Púnicas" (264-146 a.C.), quando enfrentaram Cartago, uma antiga colônia fenícia no norte da África. A vitória romana permitiu o controle do mar Mediterrâneo e de todas suas importantes rotas comerciais. Tal mar passou a ser apelidado pelos romanos de "Mare Nostrum" (O nosso mar), epíteto que demonstra não só a importância daquelas águas, mas, sobretudo, o poderio deste povo (HOYOS, 2011).

O território cartaginês ia do norte da África à Hispânia – atual Espanha – passando por importantes ilhas do Mediterrâneo, como a Sardenha, uma ilha que atualmente pertence à Itália e que se localiza a Oeste da Península Itálica. Assim como Roma, Cartago estava lentamente se expandido pelo Mediterrâneo e, segundo alguns historiadores antigos, como Políbio e Tito Lívio, uma série de tratados de paz e acordos territoriais entre romanos e cartagineses havia sido assinada antes da eclosão do conflito. Embora a historiografia moderna tenda a duvidar da existência de alguns desses tratados, é bastante aceita a hipótese de que Roma e Cartago mantinham conhecimento e medo mútuo (SANTA'ANNA, 2015).

Assim como as Guerras Médicas tiveram seu início por causa das disputas pelas colônias gregas na Ásia Menor, o jogo de interesse travado por Roma e Cartago em relação a portos e colônias ao longo da ilha da Sicília foi o principal motivo da eclosão das Guerras Púnicas. Durante a primeira parte do enfrentamento, entre 264-241 a.C., os romanos seriam vitoriosos e o líder cartaginês, Amílcar Barca, foi forçado a negociar a paz, que incluía a desocupação da Sicília, a devolução dos prisioneiros romanos e o pagamento de pesadas indenizações. Mesmo com a paz selada, Roma foi além e tomou as ilhas da Córsega e da Sardenha, provocando um insulto aos

cartagineses, que se reconstruíam sob a liderança de Asdrúbal Barca, genro de Amílcar, deflagrando a segunda etapa das Guerras Púnicas (cerca de 219/8 a.C. a 202 a.C.)

Durante essa etapa, ganhou destaque a atuação militar do cartaginês Aníbal Barca, filho de Amílcar, que conquistou diversas vitórias sobre os romanos comandando um exército que contava com manadas de elefantes, que inclusive conseguiram atravessar os Alpes europeus. A sorte cartaginesa começou a mudar quando um general romano de nome Cipião sugeriu avançar contra os territórios cartagineses na África, obrigando Aníbal a recuar. Em 202 a.C., a Batalha de Zama marcou a vitória de Roma e o fim da Segunda Guerra Púnica. Após cerca de 50 anos, mais uma vez Cipião enfrentou Cartago, já muito enfraquecida por conta das disputas anteriores. Em 146 a.C., Cipião tomou a cidade, incendiou-a, escravizou os sobreviventes e salgou a terra, marcando a decisiva vitória romana (HOYO, 2011).



### Exemplificando

Em nossas unidades anteriores, aprendemos sobre a grande importância da água nas sociedades antigas, não somente para a alimentação, mas também para a mobilidade e o comércio. É importante que você se lembre desses aspectos para compreender o quanto foi vantajosa para os romanos a vitória sobre Cartago. Roma não teria mais a necessidade de pagar impostos ao usar os portos do Mediterrâneo, por exemplo, gerando uma enorme vantagem econômica.

Além da importante hegemonia sobre o Mar Mediterrâneo, a vitória de Roma sobre Cartago trouxe outra consequência fundamental: a expansão terrestre romana, vitoriosa sobre diversos reinos helenísticos. Além da expansão territorial, o período posterior às Guerras Púnicas marca um momento de grande instabilidade política em Roma. Ao mesmo tempo em que aumentava seus territórios, Roma tinha que enfrentar poderosos inimigos nas zonas fronteiriças, como Jugurta, na Numídia, no norte de África, e Mitritades, no Ponto, na região da Ásia Menor, atual Turquia. Embora Roma tivesse saído vitoriosa de ambos os confrontos, surgia uma ameaça à estabilidade do poder no período republicano. Os generais, responsáveis pelas grandes vitórias nos campos de batalha, passaram a aspirar cada vez mais aos cargos políticos, muitas vezes apoiados por seus soldados, cuja relevância crescia a cada dia. Não bastasse isto, rebeliões internas, como a de Espártaco e os escravos, em 74 a.C., davam ainda mais fama aos

militares responsáveis por debelá-las (FUNARI, 2009).

Por volta de 60 a.C., três figuras eram as mais proeminentes em Roma: Pompeu, afamado por seus dotes militares – ele havia sufocado a revolta de Espártaco, por exemplo –, Crasso, que detinha a fama de homem mais rico da cidade e que também teve participação na vitória contra Espártaco, e César, que pouco a pouco ganhava notoriedade política. Dado o poder e a grande influência de todos eles, uma aliança – chamada de triunvirato – foi estabelecida entre os três, em um complexo jogo de influências e um delicado equilíbrio de forças, no qual cada triunviro deveria apoiar os demais, ao mesmo tempo em que, às escondidas, mantinha o desejo de se destacar sobre eles. Uma vez que a glória militar era o caminho mais garantido para a ascensão da popularidade, não demorou para que Crasso, Pompeu e César se aventurassem por esse caminho (CANFORA, 2002).

César ganhou enorme prestígio com a conquista da Gália, mas Crasso não teve o mesmo sucesso, sucumbindo diante dos partas. A morte de Crasso, em 53 a.C., marca o fim do Primeiro Triunvirato e, mais do que isto, tornou ainda mais delicado o equilíbrio entre César e Pompeu, que se aproveitou da ausência de César em Roma para propor diversas leis contra o general, impedindo-o, por exemplo, de entrar na cidade. Ao cruzar o rio Rubicão, ignorando as ordens de Pompeu, César deu início à Guerra Civil.

Pompeu tentou refugiar-se no Egito, mas acabou sendo morto por Ptomoleu XIII, soberano local que granjeava o apoio de César. O general, porém, posicionou-se contra os egípcios, vencendo-os e posteriormente retornando a Roma, celebrando seus triunfos militares. Sua fama crescia de forma vertiginosa, até que César, em 44 a.C., foi nomeado ditador perpétuo graças às suas qualidades militares, o que desagradou em absoluto a um grupo de senadores, que decidiu assassiná-lo em pleno fórum romano (CANFORA, 2002).

A morte de César deixou o já turbulento cenário político romano ainda mais atribulado, levando à emergência do chamado Segundo Triunvirato, composto por Otávio, Marco Antônio e Lépido. Otávio era filho adotivo de César, Antônio e Lépido, que também eram homens de confiança do ditador, de forma que a primeira medida tomada pelos três foi vingar a morte de César. Após a saída de Lépido, o menos influente dos três, Roma novamente se viu em uma disputa violenta entre dois nomes, Marco Antônio e Otávio. E mais uma vez o Egito teve papel importante na contenta.

Seduzido pela mesma Cleópatra que havia encantado César – ou apenas tentado pelas riquezas egípcias –, Marco Antônio buscou uma aliança com o Egito. Enquanto isso, Otávio, que continuava em Roma, tratava de caluniar a imagem de seu opositor perante o senado, até que ambos se enfrentaram frente a frente na Batalha do Ácio, na Grécia, em 31 a.C.. A vitória de Otávio e sua posterior aclamação como Augusto marcam o fim da República e o nascimento do Império, assunto sobre o qual iremos aprender na próxima seção.



### Pesquise mais

A personalidade do general romano Júlio César (100-44 a.C.) rendeu uma imensa bibliografia. Dentre as muitas obras, três são bastante interessantes e recomendamos aqui:

SCHMIDT, Joel. **Júlio César**. Porto Alegre: L&M Pocket, 2007.

Obra resumida, mas bem escrita e com boas referências bibliográficas, além de ser facilmente encontrada em livrarias.

CANFORA, Luciano. **Júlio César, o ditador democrático**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

Obra bastante popular do historiador italiano Luciano Canfora, que dá particular ênfase à atuação política de César, bem como sua habilidade em acumular cargos tradicionais da República romana.

GOLDSWORTHY, Adrian. **Caesar: life of a colossus**. New Haven: Yale University Press, 2006.

Estudo de grande fôlego e erudição que passa em revista praticamente todos os aspectos da carreira de Júlio César.



### Vocabulário

Partas: povo de origem Persa que construiu um Império que vigorou de 247 a.C. a 224 d.C.. Habitava a região nordeste do atual Irã.<sup>1</sup>

Ao longo desta seção, aprendemos sobre alguns dos motivos que fizeram César ser uma das figuras mais conhecidas da Antiguidade: sua ascensão política, a conquista da Gália, a vitória sobre o Egito, a paixão com Cleópatra, a vitória no triunvirato sobre Crasso e Pompeu, o título de ditador perpétuo oferecido a ele por suas qualidades militares e seu assassinato em pleno fórum. Não é de se admirar que a vida de César tornou-se um roteiro perfeito para peças, filmes,

romances e muitas outras adaptações.

Seguindo a sugestão apresentada no início desta seção, falaremos sobre dois autores de grande importância para a literatura ocidental e que tomaram a pena para escrever sobre César: Dante e Shakespeare.

Italiano de Florença, Dante é o autor da *Divina Comédia*, uma das maiores obras primas de literatura ocidental. Ela narra a jornada do poeta em companhia de Virgílio, autor romano sobre o qual aprenderemos na próxima seção, e Beatriz, sua amada, pelo Inferno, Purgatório e Paraíso. Durante essa viagem, Dante se depara com inúmeras figuras ilustres da Antiguidade e de seu próprio tempo, cada qual recebendo a punição – ou recompensa – por seus atos em vida.

Júlio César aparece duas vezes ao longo da *Divina Comédia*, ambas na parte *Inferno*. Contudo, ao contrário do que se poderia supor, em nenhuma delas o general é condenado. A primeira ocorre no Canto IV, quando Dante visita o limbo, o primeiro círculo do inferno, para o qual são enviados aqueles que não foram batizados ou viveram uma vida justa, porém antes do advento de Jesus Cristo. Lá Dante encontra César, junto a Homero, Platão, Sócrates e outros personagens da Antiguidade.

Nesse ponto já podemos ver alguma postura elogiosa de Dante para com César, que fica ainda mais explícita no decorrer do poema. No último canto do *Inferno*, a *Divina Comédia* mostra o derradeiro círculo infernal para o qual são lançados os maiores pecadores, aqueles que cometeram a felonía, a traição contra seu benfeitor. A condenação extrema aos traidores e o elogio às grandes figuras políticas dialoga com a atividade política de Dante no conturbado cenário florentino, que inclusive levou o poeta ao exílio. No último círculo do inferno, ao lado de Lúcifer, estão Judas e – mais importante – Cássio e Bruto, justamente os antigos companheiros de César que foram responsáveis por seu assassinato. Diante dessa informação, fica nítido como Dante é elogioso a César, não apenas salvando-o de uma condenação infernal – como ocorre com Alexandre, o Grande, no poema –, mas também lançando seus traidores ao mais cruel dos destinos.

Já Shakespeare tem uma visão menos elogiosa – mas igualmente apaixonante – de César. Inspirado na obra *Vida de César*, do autor grego Plutarco, o literato inglês criou a peça *Júlio César*, que dá destaque à vida do general em sua idade mais avançada e também ao cenário político após sua morte. Na verdade, embora carregue

o nome de Júlio César, a peça também ressalta os papéis de Bruto, Cássio e Marco Antônio. Dividida em cinco atos, o assassinato do general ocorre no terceiro deles.

O César de Shakespeare, ora visto pelos olhos de Bruto, ora pelos de Marco Antônio, aparece como um líder de personalidade controversa, apesar dos dotes militares invejáveis e conduta supostamente ilibada. Parece sempre espreitar as sombras para tornar-se rei, além de mostrar-se desconfiado e inseguro das pessoas que o cercam. A Cena II do Ato I é muito emblemática nesse aspecto, com César mostrando-se inseguro diante de Cássio, uma vez que, segundo o general romano, pessoas magras nunca são plenamente confiáveis. O momento mais conhecido da peça, porém, se dá na morte de César (Ato III, Cena I), quando ao notar que Bruto era um de seus algozes, o general exclama o famoso “Até tu, Brutus?”.

A partir desses breves resumos, vemos como as obras de Dante e Shakespeare, quando bem trabalhadas, podem ser ferramentas de grande valor para incrementar uma aula sobre República Romana, ainda mais quando colocadas em seus respectivos contextos. Dante escreveu durante a Idade Média, por volta de 1307, e sua obra é quase uma expressão do pensamento da época, dominado pelo poder da Igreja. Já a peça de Shakespeare, possivelmente redigida em 1599 ou 1600, foi levada ao público num conturbado cenário político inglês, por conta da ansiedade em torno da sucessão da rainha Elizabeth I (1533-1603). Colocadas em seus respectivos contextos, as obras de Dante e Shakespeare irão enriquecer e tornar mais cativante uma aula sobre a transição ente República e Império na História Romana.

## Avançando na prática

### *Gladiador* e os filmes sobre Roma

#### Descrição da situação-problema

O uso de filmes em sala de aula tem sido sugerido e estudado em todas nossas seções de História Antiga, e nesta também poderemos repetir esse exercício. Já aprendemos sobre isto, mas nunca é demais lembrar: por mais que um filme tome um período histórico específico como base para seu enredo, o momento em que é produzido deixa sempre sua marca. Uma das principais habilidades do historiador e do professor de História é justamente perceber quais aspectos dos filmes refletem mais o momento de sua feitura do que o momento histórico

que deveriam retratar. Reforçados esses dados, você poderá fazer um exercício em sala de aula envolvendo o filme *Gladiador* (2000).

A película de Ridley Scott foi muito bem-sucedida do ponto de vista comercial e levou a um verdadeiro *revival* de filmes sobre a Antiguidade. Conhecendo essas informações, como você poderá exibi-la aos seus alunos ao mesmo tempo em que reflete com eles sobre a importância do presente na construção da Roma do filme?

### **Resolução da situação-problema**

Para utilizarmos o filme *Gladiador* em sala de aula, podemos recorrer a alguns métodos sobre os quais já aprendemos em seções anteriores, como selecionar passagens específicas, passar alguns minutos do filme e ir comentando-os e estimulando o debate a seu respeito na sequência, mantendo uma aula dinâmica e envolvente. Seguindo por esse caminho, você poderá realizar uma aula crítica e envolvente ao mesmo tempo.

Passando à análise de *Gladiador*, note como o próprio sucesso de público – orçado em cerca de 100 milhões de dólares para uma arrecadação de cerca de 500 milhões – e de crítica – Oscar de Melhor Filme, entre outros, em 2000 – do filme pode ser explicado pela própria forma como o enredo toma o cenário romano para aludir ao contexto estadunidense. Vejamos como o protagonista, o gladiador Maximus (Russell Crowe), age durante o filme: sempre devotado à sua família, mantém-se fiel aos seus princípios mesmo quando traído, não demonstra fraqueza diante das adversidades e, por fim, tem uma morte heroica realizando seu maior desejo, encontrando seus entes queridos no além-vida.

Note como esse enredo poderia ser encaixado em qualquer filme, sobre qualquer assunto. Com sutis alterações, a trama é praticamente a mesma de *Coração Valente* (1995), de Mel Gibson, que retrata as relações conflituosas entre Escócia e Inglaterra durante os últimos séculos da Idade Média. *Coração Valente*, assim como *Gladiador*, também teve grande sucesso de público e crítica. Em *Gladiador*, o protagonista apresenta o comportamento típico esperado pelo “americano-médio”, a devoção incontornável à família e à fé, a postura inabalável diante das adversidades, a luta inclemente contra um vilão – personificado da maneira mais caricata possível, corrupto e

sanguinário, levando o cidadão comum a agir – e tudo parece evocar um cenário familiar ao espectador, o que certamente contribuiu para enorme aceitação do filme.

Perceba também como todo o cenário romano parece ser diluído em meio às tramas cotidianas do filme. Se trocássemos o gladiador Maximus por William Wallace, de *Coração Valente* não haveria alterações drásticas no enredo. O Mundo Antigo aparece em *Gladiador* apenas para fornecer o cenário e personagens caracterizados de forma simplista – como os imperadores Marco Aurélio e Cômodo –, sem se preocupar em aprofundar ou explorar mais os aspectos da história romana. Esse dado reforça aquilo que discutimos no enunciado da situação-problema: o filme sempre acaba transmitindo mais características do período em que é feito do que do período histórico que busca retratar. A partir dessas ideias, você poderá utilizar os filmes em suas aulas, sempre instigando seus alunos a pensarem sobre as relações entre o passado e o presente contidas nos filmes históricos.

## Faça valer a pena

**1.** Em seus primórdios, a civilização romana recebeu diversas influências de outra importante civilização do Mundo Antigo: a etrusca. Embora seu período de apogeu tenha sido curto, os etruscos acabaram por ter importante participação política nos primeiros séculos de Roma.

A respeito da influência etrusca em Roma, analise as assertivas:

I. Uma importante influência se deu no âmbito linguístico, uma vez que o etrusco acabou por se tornar a língua oficial do Império Romano.

II. Os últimos três reis de Roma tinham origem etrusca, mostrando a importância dos etruscos nos primórdios de Roma.

III. Importantes imperadores romanos, como Augusto e Tibério, vinham de tradicionais famílias etruscas estabelecidas há muito tempo em Roma.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

**2.** “As guerras muito longas em locais distantes tornavam cada vez mais difícil a participação dos camponeses na infantaria, o que acabou levando o general romano Mário, em 111 a.C., a recrutar, pela primeira vez, soldados voluntários que recebiam salário”. (FUNARI, 2009, p. 88)

O texto-base faz referência ao novo formato de recrutamento militar romano realizado pelo general Mário. Entre as consequências em médio prazo que esse tipo de recrutamento provocou em Roma, podemos destacar:

- a) Uma severa diminuição do recrutamento, uma vez que o sentimento de servir à pátria era a principal motivação do soldado romano.
- b) A ruína da fama e da reputação de Mário, que passou a ser culpado pelo enfraquecimento substantivo do exército romano.
- c) Uma importante mudança no sistema de guerra romano, uma vez que as campanhas distantes foram substituídas por guerras realizadas na Península Itálica.
- d) A promoção de Mario, inimigo declarado de Júlio César, a essas mudanças no recrutamento romano com vistas a enfraquecer os poderes do ditador.
- e) Uma maior fidelidade do soldado romano ao general do que ao “Estado”, aspecto que teve grande peso durante as Guerras Civis.

**3.** A História Romana é marcada por diversas guerras, sejam elas realizadas durante o período Monárquico, Republicano ou Imperial. À época da República, o mais importante conflito aconteceu com Cartago, nas chamadas Guerras Púnicas.

O texto-base faz referência às Guerras Púnicas, travadas

entre Roma e Cartago. Entre as consequências dessa guerra, podemos destacar:

- a) O início da hegemonia romana no Mar Mediterrâneo.
- b) A derrota romana e o fim de República.
- c) A ascensão das camadas populares no cenário político romano.

## Seção 4.2

### Imperialismo Romano: escravidão, vida econômica e social

#### Diálogo aberto

Nesta seção, aprenderemos sobre um dos mais fascinantes períodos da História Antiga – o Império Romano. Bastante conhecido por causa das inúmeras referências na Literatura, no cinema e na cultura em geral, esse período histórico vem encantando gerações pelo imaginário em torno de sua extensão territorial, seu poder econômico, a força de seu exército e, também, por suas características sociais e culturais.

Uma das imagens mais conhecidas do Império Romano é o Coliseu e suas sangrentas lutas de gladiadores. O filme *Gladiador* (2000), dirigido por Ridley Scott e sobre o qual aprendemos na seção passada, é sem dúvida um dos responsáveis pela difusão dessa imagem entre o público, marcando a sociedade romana como adepta de jogos violentos e descomedidos e amante dos combatentes que se destacavam nas disputas gladiatoriais.

Ao longo desta seção, vamos aprender, então, sobre características gerais da formação do Império sob Augusto, o primeiro imperador romano, sobre seus aspectos sociais e econômicos e, também, a respeito de facetas da administração imperial. Ao final, você terá como desafio esboçar uma aula sobre o Império Romano que abarque o tema dos jogos de gladiadores e a importância do Coliseu.

#### Não pode faltar

Terminamos a última seção falando sobre os dois triunviratos romanos e a transição entre a República e o Império, marcada pela ascensão de Augusto. Recapitulando os assuntos principais: após o assassinato de Júlio César, em 44 a.C., Otávio, Marco Antônio e Lépido, três romanos oriundos de famílias importantes, formaram uma aliança com o objetivo de punir os executores de César. Otávio,

inclusive, havia sido adotado pelo próprio ditador, por meio de seu testamento. Todavia, após terem realizado seu objetivo inicial, as ambições individuais dos triunviros começaram a se sobressair e uma guerra entre eles teve início. Lépido foi o primeiro a ser vencido e a Batalha de Áccio, em 31 a.C., marca a vitória decisiva de Otávio sobre Marco Antônio, que suicidou-se. A partir de então, Otávio tornou-se o mais proeminente cidadão romano, assim como César cerca de uma década antes (SANTA'NNA, 2015).

A principal diferença entre Otávio e César era a habilidade do primeiro em receber diversos títulos honoríficos romanos ao mesmo tempo em que se mostrava ferrenho defensor do regime republicano. O ano de 27 a.C., normalmente reconhecido como o início do Império, é fundamental para compreender a estratégia de Otávio. Desde 31 a.C., após sua vitória contra Marco Antônio, Otávio detinha cargos do comando militar e do título de censor – aquele que votava para a formação do Senado. Contudo, em uma sessão realizada no início de 27 a.C., Otávio decidiu abdicar desses títulos sob a justificativa de restaurar o poder da República, abalado desde o período das Guerras Civis.

A atitude de Otávio acabou sendo recebida de forma favorável pelo Senado, que lhe instituiu diversos cargos, como a administração de províncias e o comando militar incontestável de todas as tropas romanas, chamado de *Imperium*. Mais importante que isto, Otávio recebeu também o título de Augusto (*venerável*), que deu a ele uma aura divina e de poder religioso inédita na história romana. Concentrando tantos poderes e, mais do que isto, tendo recebido esses poderes diretamente das mãos do Senado, mantendo a aparente reverência à tradicional estrutura republicana, Otávio Augusto conseguiu alterar profundamente a forma de poder em Roma. A República, que ele parecia tanto defender, estava terminada. Era chegada a hora da ascensão do Império. O complexo quadro que marca essa mudança de poder foi resumido da seguinte forma por Funari (2009, p. 89):

Otávio, após vencer seus opositores, acabou por tornar-se o único grande general, logo reconhecido pelo Senado como o “principal”, sendo chamado, por isso, de Príncipe. Recebeu, ainda, o título de Augusto,

”

“o venerável”. Este regime passou a ser conhecido, por isso, como Principado ou Império, pois o governante era o príncipe, um general vitorioso do exército (imperator, em latim).



## Assimile

A mudança de República a Império em Roma deveu-se à astuta atuação de Augusto, que conseguiu se apresentar como um defensor das instituições republicanas ao mesmo tempo em que acumulava diversos cargos honoríficos.

Uma boa amostra da habilidade política de Augusto é a obra conhecida como *Res Gestae Divi Augusti* (Os Feitos do Divino Augusto), escrita pelo próprio primeiro imperador e na qual ele narra todas as obras realizadas por ele durante sua vida política. Esse texto foi gravado em placas de bronze e fixado no chamado “Mausoléu de Augusto”, um monumento fúnebre construído a mando do próprio Augusto para servir tanto como sua futura tumba quanto como monumento comemorativo à sua vitória contra Marco Antônio.

O texto dos como se poderia esperar, é bastante elogioso ao seu autor e por diversas vezes Augusto faz o possível para mostrar-se como legítimo restaurador da República, como afirma Petit (1979, p. 259-60):



**A fim de opor-se aos excessos de César, [Augusto] sublinha ter recusado todos os cargos extraordinários, malgrado as ofertas do Senado e do povo: relembra as magistraturas temporárias a ele conferidas pelo povo, evita assinalar que o imperium proconsular constitui a base de seu poder.**

As considerações feitas por Petit (1979) aparecem logo nas primeiras linhas dos *Feitos do Divino Augusto*, como mostra a citação a seguir:



**Aos dezenove anos, formei um exército por minha iniciativa e às minhas custas. Com ele restitui à liberdade a república oprimida pelo domínio de uma facção.**

Por isso, o senado admitiu-me à sua ordem com decretos honoríficos, ao mesmo tempo cedendo-me, no consulado de C. Pansa e A. Hírcio, a prerrogativa de sentenciar, a mesma dos cônsules, e entregou-me o poder. Ordenou ainda que, sendo eu pró-pretor, juntamente com os cônsules providenciasse para que a república não sofresse qualquer desgaste. O povo, no mesmo ano, fez-me cônsul, já que os dois cônsules haviam tombado numa guerra. Fez-me também triúmviro com a incumbência de que a república houvesse de se consolidar (AUGUSTO, 2007, p. 127).

Embora as muitas referências de Augusto aos cargos que ele mesmo acumulou possam deixar o parágrafo um tanto truncado, vemos o quanto o primeiro imperador desejava mostrar-se, acima de tudo, como um restaurador da República. De pronto, quando Augusto menciona que tinha 19 anos, ele retorna ao ano de 44 a.C., quando César havia sido assassinado e a turbulência política em Roma atingia o seu auge. Augusto deseja mostrar que, mesmo sendo jovem, no momento mais crítico de Roma, lá estava ele para colocar a cidade novamente sob a boa ordem, livrando a República que estava “oprimida pelo domínio de uma facção”. Essa facção, como se poderia supor, nada mais era do que Marco Antônio e seus aliados, aos quais sequer teve o trabalho de nomear. Marco Antônio, aliás, nunca teve seu nome citado uma vez que Augusto o tinha como um inimigo da pátria e, sobretudo, pessoal (REZENDE; TREVIZAM, 2007).

Afora os aspectos anteriores, é curioso como Augusto se recusa a usar o termo *imperium*, isto é, o poder constitucional de comandar exércitos, preferindo usar a longa expressão “prerrogativa de sentenciar, a mesma dos cônsules, e entregou-me o poder”. Trata-se de mais uma estratégia em mostrar-se como guardião das instituições republicanas. Esse aspecto também é reforçado em trechos como “o povo, no mesmo ano, fez-me cônsul” – uma alusão ao cargo de cônsul que, como aprendemos na seção anterior, foi uma criação tipicamente republicana –, e “[o povo] fez-me também triúmviro com a incumbência de que a república houvesse de se consolidar”, quando Augusto deseja destacar como não somente era um restaurador da República, mas, acima de tudo, era o próprio portador da vontade do povo (ECK, 2013).

A partir dos trechos anteriores, vemos como o momento de transição da República para o Império romano foi marcado por intensas disputas políticas e pela capacidade estratégica de Augusto. O imperador foi capaz de ascender ao poder e permanecer no poder por 41 anos, maior período entre todos os governantes de Roma. Além disso, ficou conhecido por ter estabelecido uma rara paz interna nos assuntos políticos romanos, por ter guarnecido as fronteiras e evitado ataques de outros povos, política conhecida por *Pax Romana*, expressão ainda bastante presente nos livros didáticos. Por fim, Augusto também foi um grande incentivador das artes e da literatura, inaugurando o período denominado “Século de Augusto” (ECK, 2013).



Refleta

A maneira como Augusto buscava se legitimar como governante é uma das mais comuns durante toda a história: a autopropaganda de seus feitos e a imagem de um restaurador da ordem anterior, tida como a mais adequada para lidar com as turbulências do presente. Ao longo do tempo, diversos outros líderes dos mais variados matizes políticos lançaram mão de estratégias semelhantes. Reflita, por exemplo, sobre o caso de Francisco Franco (1892-1975), ditador espanhol de 1936 até sua morte. Franco era um particular admirador de Augusto e inclusive realizou diversas festividades para celebrar o bimestenário do primeiro imperador. Para aprender mais sobre o assunto, consulte,:

RUFINO, Rafael Augusto Nakayama. **O bimestenário de Augusto na Espanha (1939-1940):** construções discursivas do franquismo sobre a Antiguidade romana. 2013. 125 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

A forma como Augusto patrocinava a cultura era bastante peculiar. Um dos amigos mais próximos era Caio Mecenas (70 a.C.-8 a.C.), um famoso político que muitas vezes atuava com contador e conselheiro pessoal sendo responsável por incluir no círculo do primeiro imperador nomes como Horácio e Virgílio, que se tornariam alguns dos mais afamados autores latinos. A importância de Mecenas como patrono das artes durante o período de Augusto fez que o termo “mecenas”, primeiro na forma latina *maecenas*, e depois incorporado ao português, seja até hoje usado como referência a uma pessoa ou entidade que patrocina financeiramente um artista, instituição ou

evento cultural.

Entre os artistas que orbitavam em torno de Augusto, podemos citar o poeta Horácio (65 a.C.-8 a.C.) e Virgílio, outro importante autor latino sobre o qual aprenderemos posteriormente, tornando-se tão benquisto pelo primeiro imperador que não somente converteu-se em um artista oficial, como foi presenteado com terras na Península Itálica.

Algumas máximas de Horácio são muito conhecidas até os dias atuais. A mais famosa delas é a expressão "*carpe diem*", que significa "cultive o dia", ou "colha o dia", que conduz filmes como *A Sociedade dos Poetas Mortos* (1989), dirigido por Peter Weir e estrelado por Robin Williams. *Carpe diem* aparece no belo trecho das Odes (I, 11, 8), de Horácio.

**Tu não indagues (é ímpio saber) qual o fim que a mim e a ti os deuses tentam dado, Leuconoé, nem recorras aos números babilônicos. Tão melhor é suportar o que será! Quer Júpiter te haja concedido muitos invernos, quer seja o último o que agora debilita o mar Tirreno nas rochas contrapostas, que sejas sábia, coes os vinhos e, no espaço breve, cortes a longa esperança. Enquanto estamos falando, terá fugido o tempo invejo; colhe o dia, quanto menos confia no de amanhã. (ACHCAR, 1994, p. 37)**

A leitura do excerto de Horácio revela diversas facetas do poeta, como a resignação diante da Fortuna, a necessidade de preencher o tempo presente com afazeres de valor, diante tanto da fugacidade de vida quanto da impossibilidade de se conhecer o futuro – mesmo recorrendo aos “números babilônicos” – e, por fim, uma postura quase melancólica frente ao transcorrer fugidivo do tempo (“terá fugido o tempo invejo”). Trata-se de uma passagem muito mais complexa do que a mera busca pelo prazer instantâneo sugerida por uma leitura apressada do *carpe diem* de Horácio.

Virgílio (70 a.C.-19 a.C.) tem como principal obra *Eneida*, um poema épico nos moldes de Homero que conta a fundação de Roma por Enéias, um dos sobreviventes da Guerra de Troia, conforme pudemos aprender na seção anterior.

A *Eneida* possui uma história de composição bastante peculiar e sintomática. Foi o próprio Augusto quem a encomendou junto a Virgílio, que já era um poeta ilustre por seus trabalhos anteriores, recomendando que ele criasse um épico que representasse todo o poder de Roma, mostrando suas origens nobres e seu auge durante os tempos de Augusto. Virgílio morreu em 19 a.C., quando sua obra já estava completa, embora, segundo o próprio poeta, ainda havia o desejo de revisar alguns versos. Às vésperas de sua morte, o poeta teria mandado queimar os manuscritos da *Eneida*, o que, sabe-se, não foi feito (GRIMAL, 1992). A seguinte passagem bem exemplifica o espírito do épico virgiliano:

Teu grande Eneias, Júpiter não muda.  
O herói na Itália (esta ânsia te remorde,  
Vou rasgar-te os arcanos do futuro)  
Guerras tem de mover e amansar povos,  
e instituir cidades e costumes.  
(VIRGÍLIO, I, 275-9, 2009)

O trecho de Virgílio mostra o próprio deus Júpiter relevando a Eneias, o fundador de Roma, seu destino glorioso – travar guerras, instituir cidades e costumes e amansar povos. Em suma, uma autêntica missão civilizadora seria a jornada de Eneias, jornada, aliás, que funcionaria como metáfora para a própria trajetória de Roma, da pequena Península Itálica à posição de mais gloriosa civilização do mundo (GRIMAL, 1992).



### Exemplificando

O exemplo da *Eneida* reforça como diversas civilizações do passado buscavam explicar seu poder por meio de histórias grandiosas registradas em obras literárias de grande fôlego. Para ficar apenas em exemplos da Antiguidade, podemos citar obras gregas, como a *Iliada* e a *Odisseia*, e hebraicas, com os textos que compõem o Pentateuco, os cinco primeiros livros do Antigo Testamento Bíblico. Embora o número de analfabetos no Mundo Antigo fosse bastante expressivo, todas as histórias dessas obras, e de muitas outras, eram muito difundidas na tradição oral, motivo pelo qual eram conhecidas por boa parte da população.

Além das questões culturais, da literatura e da poesia, o período de Augusto também foi próspero no âmbito da economia. Como aprendemos na seção anterior, desde a vitória de Roma sobre Cartago durante as Guerras Púnicas, os romanos passaram a apelidar o Mar Mediterrâneo de *Mare Nostrum*, expressão usada para fazer referência à dimensão do poder romano na região, que era possível medir também por meio da economia, que teve, a partir da era de Augusto e durante todo o século I a II a.C., uma época de bonança e fartura.

Interpretar o funcionamento da economia romana durante esse período foi um dos grandes desafios historiográficos do século XX, que pôs em debate dois grupos principais: modernistas e primitivistas. O primeiro grupo tinha no russo erradicado nos Estados Unidos, Mikhail Rostovtzeff (1870-1952), e sua conhecida obra *História social e econômica do Império Romano* (1926), seus principais representantes. Primeiro historiador da Antiguidade a se valer da arqueologia de forma sistemática em suas pesquisas, Rostovtzeff via a economia romana alicerçada em conceitos modernos: a acumulação de capitais, a luta de classes e a revolução. O historiador ponderava que o advento do Império, combinado à expansão territorial, teria levado ao surgimento de uma “burguesia urbana”, responsável por um acúmulo de capital mediante a transformação de bens de produção em bens de consumo (GUARINELLO, 2013).

A acumulação de capital e o fortalecimento da burguesia urbana teriam fomentado uma tensão social entre a aristocracia rural e a população pobre, tanto rural quanto urbana, tensão expressa por uma luta de classes que vigorou com mais força durante o século III d.C, sendo responsável por uma revolução que, também, foi responsável pelo fim do Império. Embora largamente inspirada no fenômeno da Revolução Russa, que Rostovtzeff testemunhou, seu modelo de interpretação da economia romana foi bastante popular até meados de década de 1970 (GUARINELLO, 2013).

A publicação de *A economia antiga* (1973) , por Moses Finley (1912-1986), historiador estadunidense erradicado na Inglaterra, marca não apenas a primeira crítica de vulto ao modelo interpretativo de Rostovtzeff, como também assinala o surgimento do grupo conhecido por “primitivista”. Finley acreditava que o Mundo Antigo se

distanciaria do moderno em todos os aspectos, ao contrário do que defendiam Rostovtzeff e os modernistas. Segundo Finley, a economia antiga, em especial a romana, era agrícola e local, e as cidades, antes de serem centros produtores de bens e dinamizadores econômicos, nada mais eram que vampiros que sugavam a riqueza do campo, riqueza traduzida em especial pela produção agrícola, como explica Guarinello (2013, p. 36):



**Em cada cidade, a elite fundiária explorava os trabalhadores do campo, consumindo os produtos de suas próprias terras. O artesanato quase não tinha importância, os comerciantes formavam um grupo socialmente desprezado e os mercados eram pequenos. Tampouco havia classes sociais, mas uma linha contínua de múltiplas relações de dependência, que preenchiam o espaço entre o livre e o escravo.**

Para concluirmos esta unidade, é importante ressaltar que as bases criadas por Augusto, tanto do ponto de vista econômico como também do político, mantiveram-se em Roma com grande força até meados do século III d.C, quando o Império passou a sofrer com diversas invasões e conflitos nas zonas fronteiriças, assunto sobre o qual iremos aprender na última seção de História Antiga.



### **Pesquise mais**

Uma das mais conhecidas e controversas questões sociais romanas era a escravidão. De forma esquemática, a escravidão em Roma reduzia o escravo à condição de quase propriedade de seu senhor e, mesmo após a alforria, o liberto não poderia gozar dos plenos direitos de um cidadão romano, como participar da vida política, por exemplo. A principal fonte de obtenção de escravos era a guerra, de forma que em um dos momentos de grande expansão territorial romana – o final da República, com as conquistas de César e Pompeu – também foi um período de grande fluxo de cativos das províncias para Roma. Não por acaso, foi durante essa mesma época que houve diversas rebeliões de escravos, como a de Espártaco, sobre a qual aprendemos na seção anterior. Uma importante diferença entre a escravidão moderna e antiga, portanto, é que a escravidão antiga não estava fundamentada no critério de “raça” como a moderna. Havia escravos em Roma oriundos das mais diversas regiões do Império.

É também importante ressaltar que, nos períodos da Monarquia e nas primeiras décadas de República, a escravidão por dívida também era permitida, mas essa prática foi abolida durante o século III a.C., como vimos na seção passada. Por fim, a escravidão em Roma era hereditária e até o advento do cristianismo – primeiro de forma periférica e depois como religião oficial do Império – não alterou a prática escravocrata. Foi apenas nos momentos finais do período imperial, com o surgimento do colonato – relação em que um homem se sujeitava ao outro trabalhando em suas terras em troca de proteção e abrigo –, é que a escravidão em Roma passou a diminuir.

Você pode consultar a seguinte obra clássica:

FINLEY, Moses. Escravidão antiga e ideologia moderna. São Paulo: Graal, 1991.

## Sem medo de errar

Quando pensamos em luta de gladiadores, é comum associarmos a ela duas outras imagens: a do Império Romano e a do grande Coliseu em Roma. Contudo, as disputas entre gladiadores são muito mais antigas do que as imagens elencadas. Segundo a tradição registrada pelo historiador romano Tito Lívio (aproximadamente 59 a.C.-17 d.C.), o primeiro combate entre gladiadores teria ocorrido por volta de 264 a.C, cerca de 250 anos antes da ascensão de Augusto e o início do período imperial.

O fim dessas disputas teria ocorrido em 438 d.C., com o Código Teodosiano, uma compilação das leis romanas promulgadas desde o primeiro imperador cristão, Constantino, até Teodósio II. Por conta disto, acredita-se que o cristianismo teve um papel importante no fim dos combates entre gladiadores.

A partir das informações do parágrafo anterior, vemos como os jogos de gladiadores em Roma ocorreram durante diversos séculos e como eram importantes a ponto de serem registrados pelos historiadores. Acredita-se que sua origem é etrusca e, a princípio, as lutas eram realizadas em homenagem a homens ilustres, com a participação restrita aos membros da elite romana. Com o passar do tempo, as disputas começaram a ser realizadas para o grande público, contexto de construção do Coliseu Romano.

O Coliseu de Roma, cujo nome oficial é *Anfiteatro Flaviano*, teve sua construção iniciada em 72 d.C. e concluída oito anos mais tarde. Quem deu ordens para o início das obras foi o imperador Vespasiano, sendo a construção terminada sob o imperador Tito. Perceba que o Coliseu foi construído após quase 100 anos de regime imperial. Deve-se ter cuidado, portanto, em associar o início do poder imperial à sua criação. A propósito, recebe esse nome por conta da dinastia flaviana, que foi dominante em Roma durante o período dos imperadores Vespasiano (69-79 d.C.), Tito (79-81 d.C.) e Domiciano (81-96 d.C.). Por fim, é importante lembrar que o Coliseu não abrigava apenas os jogos de gladiadores, mas também simulações de batalhas, exibição de peças teatrais e, também, caçadas a animais trazidos de diversas regiões do Império.

Além de algumas das informações anteriores, importantes para ampliar e diversificar a visão dos alunos sobre as lutas de gladiadores, você também poderá usar as analogias entre os grandes eventos esportivos realizados no Brasil recentemente para aproximá-los do passado romano. Veja como a Copa do Mundo de 2014 e os jogos Olímpicos de 2016 tinham em seu programa a construção de ginásios, estádios, parques aquáticos e diversas outras obras de infraestrutura.

Refleta com seus alunos sobre os custos dessas instalações, o impacto – positivo e negativo – que elas trouxeram para as pessoas que habitam em suas proximidades, as condições dos trabalhadores que atuaram em sua feitura e demais aspectos relevantes. Embora tenhamos poucas informações sobre os pormenores da construção do Coliseu romano, não seria de se espantar que as condições tenham sido semelhantes, permitindo que você estabeleça um diálogo entre um assunto importante da contemporaneidade brasileira e o passado romano.

Traçar esse tipo de ponto de contato é sempre uma estratégia importante para uma aula de História e certamente deixará sua exposição mais rica e atraente. Caso tenha interesse em se aprofundar no tema dos gladiadores, um bom título é:

GARRAFFONI, Renata. **Gladiadores na Roma Antiga**: dos combates às paixões cotidianas. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

### Augusto e o mecenato

#### Descrição da situação-problema

Aprendemos, nesta seção, sobre diversos aspectos do Império de Augusto, em especial sobre o patrocínio promovido pelo primeiro imperador às artes, como o incentivo a autores como Virgílio e Horácio. Notamos também como esse patrocínio também envolvia outras importantes figuras do cenário político romano, como Mecenas, cujo nome, aliás, é até hoje usado para fazer referência às pessoas que patrocinam artistas ou eventos artísticos. Por fim, aprendemos sobre algumas características das obras que receberam incentivo de Augusto, em especial Virgílio e sua *Eneida*.

Diante da relação bastante próxima de Augusto com os artistas patrocinados por ele, como você poderia estabelecer, em sala de aula, uma reflexão sobre os incentivos financeiros a artistas, bem como suas implicações nos conteúdos dos produtos finais?

#### Resolução da situação-problema

Para começar a reflexão sobre o assunto proposto, você poderá falar dos aspectos positivos desse tipo de financiamento. Em primeiro lugar, artistas que eventualmente não poderiam escrever suas obras por causada falta de recursos financeiros agora publicam seus escritos por conta do aporte financeiro dado por Augusto. Da mesma forma, outros artistas que dividiam o seu tempo entre suas obras e outros trabalhos agora podem se dedicar de forma integral à sua produção artística, tornando-a mais refinada e sofisticada.

Por outro lado, até que ponto esse tipo de incentivo – ao mesmo tempo em que representaria um estímulo – também não seria uma forma de restrição ou até mesmo censura? Façamos um exercício de imaginação. Imaginemos que Virgílio tivesse restrições à postura de Augusto por alguma razão. Todavia, sendo patrocinado pelo próprio Augusto, será que o poeta se sentira à vontade ou mesmo teria coragem de expressar sua restrição em alguma de suas obras, sob o risco de perder seu patrocínio? Até que ponto seria possível, escrever uma obra como *Eneida* sem que ela fosse tão elogiosa a

Roma? Como seria possível separar um incentivo “legítimo” a um artista talentoso de um financiamento apenas movido por desejos propagandísticos?

Essas reflexões – polêmicas, mas bastante atuais – certamente deixarão uma aula sobre o Império Romano e a época de Augusto bastante atrativas e, também, provocativas.

### Faça valer a pena

**1.** A transição entre dois tipos distintos de sistemas políticos – sejam eles quais forem – tende a ser turbulenta e conflituosa. O caso da transição entre República e Império em Roma não foi diferente. Após cerca de uma década de conflitos, surgiu a figura do primeiro imperador, \_\_\_\_\_, que inaugurou um período de paz e prosperidade em Roma.

Assinale a alternativa que melhor preenche a lacuna do texto-base:

- a) Júlio César.
- b) Otávio Augusto.
- c) Marco Antônio.
- d) Pompeu.
- e) Tibério.

**2.** Otávio Augusto não era conhecido apenas por ser um imperador romano, mas também por sua atuação como patrocinador de diversos poetas e escritos romanos, atividade que exercia em conjunto com Caio Mecenas.

Entre os autores romanos que foram patrocinados por Otávio Augusto, podemos citar:

- a) Cícero e Sêneca.
- b) Sêneca e Virgílio.
- c) Horácio e Sêneca.
- d) Cícero e Virgílio.
- e) Horácio e Virgílio.

**3.** A escravidão era uma das instituições sociais básicas em Roma. Calcula-se que, nos períodos terminais de República e nos anos iniciais do Império, cerca de 30% da população na cidade de Roma era composta por escravos.

O texto-base versa sobre a escravidão em Roma. Assinale a alternativa que marca a forma mais comum de obtenção de escravos na Antiguidade Romana:

- a) Guerras de conquista e captura de prisioneiros de guerra.
- b) Tráfico negreiro a partir da África.
- c) Comércio de escravos com o Extremo Oriente.
- d) Escravidão por critérios raciais.
- e) Escravidão voluntária para fomento da economia estatal.

## Seção 4.3

### O Baixo Império e a Antiguidade Tardia

#### Diálogo aberto

Uma das características fundamentais do historiador e do professor de História é sua capacidade de perceber como grandes mudanças ou eventos históricos jamais podem ser explicados por meio de uma única e exclusiva hipótese. Ao contrário, quanto mais impactante é o evento estudado, maior é a chance de ele apenas ser compreendido por meio de uma série de associações entre diversas explicações distintas. Um importante exemplo das características citadas é a queda do Império Romano. Evento histórico de enormes proporções, o fim da porção ocidental do Império ensejou a criação de diversas teorias destinadas a explicá-lo, ora enfatizando aspectos políticos, ora sociais e econômicos e ora, ainda, culturais.

Ao longo desta seção, a última de História Antiga, aprenderemos sobre os principais eventos históricos que se seguiram à alçada de Augusto como imperador romano, sobre a crise militar do Império durante o século III d.C., o advento do cristianismo como religião imperial a partir de Constantino e, por fim, conheceremos algumas das diversas teorias criadas pelos historiadores para explicar os motivos que levaram à queda do Império Romano. Ao final desta seção, você terá o desafio de pensar em uma aula que consiga tanto explicar algumas das teorias que envolvem o fim do Império Romano como reforçar o aspecto de que grandes eventos históricos apenas podem ser explicados por meio da combinação de diversos fatores.

#### Não pode faltar

Terminamos nossa última seção falando sobre o início do Império Romano e as estratégias políticas que permitiram a Augusto ser declarado o primeiro imperador. Também aprendemos como a estrutura de poder criada por Augusto manteve-se praticamente inalterada até o século III d.C. Nesta seção, aprenderemos algumas características das dinastias que sucederam Augusto, a grave crise romana durante o século III d.C., o advento do cristianismo como religião imperial a partir da conversão de Constantino (272-337 d.C.)

e, por fim, algumas teorias que buscaram explicar a queda do Império.

Augusto foi o inaugurador da dinastia conhecida como Júlio-Claudiana (14-68 d.C.), que, entre os imperadores mais famosos, abarca Calígula, no poder entre 37 e 41 d.C., e Nero, imperador entre 54 e 68 d.C., cuja morte encerra a dinastia, sucedida pelos Flavianos (68-96 d.C.), cujos representantes principais são Vespasiano (69-79 d.C.) e Domiciano (81-96 d.C.). Após essas duas dinastias, a família dos Antoninos (96-192 d.C.) torna-se a provedora de imperadores para Roma.

O período dos Antoninos é considerado como um dos mais prósperos e auspiciosos de toda a história romana. Edward Gibbon (1737-1794), importante historiador inglês sobre o qual aprendemos na primeira unidade de História Antiga, considerava a era dos Antoninos como a mais afortunada de toda a história humana, graças a um equilíbrio exato entre pujança cultural e artística, tranquilidade política e florescimento econômico (GIBBON, 2005). Outro entusiasta do período era o teórico político florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527), que, em sua obra intitulada *Discurso sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, elegeu como era dos “cinco bons imperadores” o ínterim entre os cinco primeiros príncipes da dinastia Antonina – de Nerva (96-98 d.C.) até Marco Aurélio (161-180 d.C.).

Entre os mais conhecidos representantes dessa dinastia, podemos citar Trajano (98-117 d.C.), conhecido por suas vitoriosas campanhas no Oriente, e Marco Aurélio, autor das *Meditações*, obra que é um dos pilares da filosofia estoica e na qual o imperador prega o controle das emoções e o desapego dos valores e das posses mundanas.



### Assimile

A chamada “era dos cinco bons imperadores” foi um termo criado pelo teórico político florentino Nicolau Maquiavel para fazer referência ao período do Império romano em que Nerva, Trajano, Adriano, Antonino Pio e Marco Aurélio estiveram no poder. Maquiavel, em uma interpretação que se tornou bastante popular, enxergava esse período como o ápice da civilização romana, tanto em termos culturais, como sociais e políticos, graças à boa administração dos cinco imperadores em questão.

A partir do principado de Cômodo (180-192 d.C.), imperador retratado pelo ator Joaquin Phoenix, no filme *Gladiador* (2000), as fronteiras do *império* tornaram-se tão gigantescas e,

consequentemente, de tão complexa defesa, que a maioria dos recursos imperiais foi drenada para a sua proteção. Justamente por conta desse contexto, os militares ganharam enorme prestígio e poder dentro do quadro da administração imperial. A dinastia dos Severos (193-235 d.C.) é marcada por uma intensa troca de imperadores, boa parte deles colocada no poder e depois retirada pelo enorme contingente de soldados que dominava não somente os setores fronteiriços, mas também a própria cidade de Roma. A morte de Alexandre Severo, imperador entre 232 e 235 d.C., marcou, então, o fim da dinastia e o início de um período bastante turbulento da história romana, o qual se costuma chamar de “anarquia militar”, como resumido por Petit (1979, p. 289):



**Trata-se do período mais triste da história romana, difícil de acompanhar em seus detalhes. Dois fatores caracterizam-no; 1º - as invasões bárbaras, frequentes na fronteira Reno-danubiana, e o perigo parto, ou mais exatamente, persa, desde o advento dos Sassânidas em 227 d.C; dois imperadores sucumbiram frente ao inimigo, um, Décio, em 251 a.C. contra os gôdos, e outro, Valeriano, feito prisioneiro pelos persas, em 260, e morto no cativeiro. 2º - As perturbações militares contínuas e as inúmeras usurpações que multiplicam os imperadores-fantoches.**

A passagem de Petit (1979) exige algumas explicações para ser entendida em todos os seus detalhes. De início, o historiador caracteriza o período entre 235 e 284 d.C. como a “anarquia militar” romana por dois motivos; o grande poder do exército, que elegia e depunha imperadores a seu bel prazer – os “imperadores-fantoches” citados por Petit -, problema que, como vimos, já existe desde a dinastia dos severos e que se agravou nesse momento. Além disso, o historiador francês chama a atenção para as “invasões bárbaras”, que vinham de dois flancos principais: a fronteira Reno-danubiana, onde hoje se localiza a Alemanha, e os persas da dinastia sassânida, vindos da atual região do Irã.

Os povos que habitavam a região da fronteira Reno-danubiana eram genericamente chamados de germanos ou germânicos e já tinham causado problemas a Roma mesmo antes do Império. Júlio César não tinha conseguido conquistá-los no século I a.C. e, durante o principado de Augusto, o líder germânico Armínio venceu três legiões

romanas durante a Batalha de Teutoburgo. Se após essa vitória os romanos haviam desistido de enfrentar os germanos por quase três séculos, agora eram esses mesmos germanos que investiam contra as fronteiras imperiais.

Já com relação aos persas, aprendemos em nossa unidade anterior que eles tinham conseguido expulsar os selêucidas do Irã, estabelecendo a dinastia parta. Os partas foram sobrepujados pelo sassânidas, outra dinastia persa, mais agressiva que seus antecessores, e que não apenas se limitava a guardar suas fronteiras, como também não tinha pudores em se lançar contra os romanos, obtendo muitas vitórias por conta de sua cavalaria, sempre bem equipada (FARROKH, 2005).

Para terminarmos o comentário sobre o trecho de Petit (1979), é necessário mencionar os dois imperadores mortos durante os confrontos dos romanos contra os "bárbaros". Décio foi abatido em 251 d.C., na região da atual Bulgária, em uma batalha contra os godos, povos de origem germânica que habitam aquele território. Já o destino de Valeriano foi ainda mais desafortunado. Em 260 d.C., Valeriano desafiou os sassânidas, sendo vencido e capturado por Shapur I, morrendo em seu cativeiro. O que seria impensável durante os séculos I e II d.C. – imperadores romanos derrotados, capturados e abatidos por seus inimigos – estava se tornando a regra durante o século III d.C.



## Refleta

Se Roma era uma potência militar quase invencível durante o período da transição entre a República e o Império, mais tarde, durante o século III d.C., diversas foram as derrotas sofridas pelos romanos. Como aprendemos, até mesmo imperadores romanos foram capturados durante essas derrotas. Desta forma, reflita se o termo "invasões bárbaras" parece fazer jus às sociedades que derrotaram os romanos. Será que os "bárbaros" seriam capazes de vencer uma sociedade tão organizada como a dos romanos diversas vezes? Ou será que os povos do Reno e os sassânidas eram disciplinados e organizados – ao menos em âmbito militar – de tal forma que puderam vencer os romanos em mais de uma ocasião? Os romanos, assim como os gregos, utilizavam o termo "bárbaro" de forma genérica ao fazerem referência a todos os povos que não falavam a língua de Roma (o latim) e não partilhavam dos costumes romanos.

A grande crise do século III d.C. só daria indícios de seu término com a ascensão do imperador Diocleciano (284-305 d.C.), responsável por importantes reformas na administração imperial, as primeiras significativas desde Augusto. Diocleciano dividiu o Império entre os setores ocidental e oriental, colocando-se como imperador do setor ocidental e pondo Maximiano à testa do setor oriental. Ainda que essa mudança tivesse sido significativa, ela não resolveu todos os problemas militares romanos e, em 293 d.C., Diocleciano tomou uma medida mais drástica: ao lado de cada imperador (que agora receberia o título de Augusto), haveria também um imperador “auxiliar”, que receberia o título de César. Roma, portanto, passaria a ter nada menos que quatro comandantes, motivo pelo qual esse período da História Romana recebe o nome de tetrarquia.

Além de suas reformas administrativas, o período de Diocleciano é também conhecido pela grande perseguição aos cristãos e por mudanças econômicas importantes, como assinalado por Guarinello (2013, p. 163):



A reforma do Estado foi iniciada pelo imperador Diocleciano em 284 d.C. – mais conhecido pela “grande perseguição” aos cristãos e maniqueus, iniciada em 303 d.C. O objetivo era eliminar o clero e queimar os livros sagrados de ambas as religiões, mas sua extensão foi restrita. Diocleciano reforçou certas tendências que já vinham se consolidando nas décadas anteriores. O Império foi dividido em quatro áreas distintas e o poder imperial passou, definitivamente, para a mão dos militares e da burocracia. Para tentar reorganizar as trocas econômicas, um sinal de que o Império se encaminhava para uma economia unificada, Diocleciano fez publicar o famoso Edito sobre os preços, que fixava o valor máximo de milhares de produtos.

A partir do parágrafo anterior, podemos fixar as principais características do período de Diocleciano: as perseguições aos cristãos e maniqueus (tinham crença sincrética fundada no século III d.C. pelo filósofo cristão Maniqueu que dividia todo o mundo entre bom e mau, sem possibilidade de meio termo); a tentativa de controle da inflação mediante o congelamento dos preços; e a nova administração imperial romana, que passaria a ser uma tetrarquia.

Embora o regime da tetrarquia tivesse conseguido repelir boa parte dos ataques nas fronteiras, o grande poder do exército e o elevado número de Augustos e Césares levou a uma expressiva disputa pelo poder, da qual, após anos de combates, emergiu a figura de Constantino, que foi aclamado pelas tropas em 306 d.C. e tornou-se imperador romano até sua morte, em 337 d.C.

O mais marcante aspecto de Império de Constantino é a questão religiosa. Segundo conta o historiador e bispo, Eusébio de Cesareia, na véspera da decisiva batalha contra seu rival Maxêncio, outro Augusto romano que disputava o poder absoluto, Constantino teria sonhado com uma cruz cristã que trazia junto de si a inscrição “sob este signo vencerás”. No dia do derradeiro combate, Constantino mandou pintar os escudos de seus soldados com o sinal conhecido como cristograma – um X e um P, as iniciais da palavra “Cristo”, em grego, sobrepostas. Assim, venceu seu oponente e converteu-se à fé cristã, e um ano mais tarde criou o Édito de Milão, que estabelecia a tolerância religiosa no Império e, conseqüentemente, encerrava as perseguições aos cristãos e outros grupos (CARLAN; FUNARI; RAMALHO, 2016).

Constantino não apenas ficou conhecido por suas questões religiosas, como também pela reconstrução da cidade grega de Bizâncio, que, após a sua morte, ganhou o nome de Constantinopla. Esta cidade tornou-se cada vez mais importante na administração imperial, tornando-se, posteriormente, a capital do Império Romano do Oriente e lar do Império Bizantino durante o período medieval.

Embora os motivos da conversão de Constantino sejam complexos – a história sobre o sonho é pouco plausível e a porcentagem de cristãos no Império, cerca de 5% a 10% seja pouco significativa –, é bem aceita a hipótese de que este imperador alterou consideravelmente os rumos de Roma; o novo Império Cristão teve características muito distintas daquelas dos tempos de Augusto e a religião, perseguida por três séculos, passaria em poucos anos a ser perseguidora (VEYNE, 2010).

A despeito de um breve período de fortalecimento durante o Império de Juliano (361-363 d.C.), o paganismo perdia adeptos dia a dia e, durante o período de Teodósio (378-395 d.C.), recebeu seu golpe fatal, sendo declarado ilegal, ao mesmo tempo em que o culto cristão era oficializado como religião do Império. Outra importante mudança desse período foi uma integração paliativa dos chamados

bárbaros, na administração imperial.

Após a morte de Teodósio, houve a cisão definitiva entre o Império Romano do Ocidente, com capital em Roma, e Império Romano do Oriente, com capital em Constantinopla. Os dois filhos de Teodósio, ainda muito jovens para administrar as duas grandes porções imperiais, tiveram como tutor Estilício, um importante soldado de origem vândala, ou seja, germânica, que possuía cargos militares de relevo durante a administração de Teodósio. Os bárbaros que antes eram repelidos por Roma, agora se integravam ao Império ocupando postos administrativos de grande prestígio.



### Exemplificando

O caso de Estilício, durante os períodos finais do Império Romano, é um exemplo bastante evocativo com relação ao papel dos ditos "bárbaros". Trata-se de um importante exemplo de integração de um comandado nascido fora dos limites do Império e que assumiu um papel de destaque como tutor dos jovens filhos do falecido imperador Teodósio.



### Refleta

O exemplo de Estilício não poderia ser um contraponto à tese das "invasões bárbaras"? Ao invés de uma invasão, a partir do caso estudado, não poderíamos pensar, também, em termos de "integração"?

É a partir da morte de Teodósio que vários historiadores começam a enxergar, também, a morte de Roma. De 410 d.C. a 476 d.C., há uma série de datas que são consideradas como o fim da porção ocidental do Império Romano. O ano de 410 d.C. é encarado por alguns como o fim do Império, pois, nessa data, Alarico (rei dos visigodos – uma tribo germânica vinda da região do Rio Danúbio) venceu os romanos, invadindo e saqueando a própria cidade de Roma. A tomada e o saque da cidade seriam a prova cabal de que o poder do Império do Ocidente estava decididamente liquidado.

Outra data bastante recorrente quando se fala de fim do Império Romano é 476 d.C., quando o imperador Rômulo Augusto foi deposto por Odoacro, rei dos hérulos, outra tribo germânica originária das margens do Rio Danúbio. Essa data costuma ser mais comum entre os historiadores, uma vez que a figura do imperador romano do ocidente deixará de existir por mais de 300 anos (CARLAN; FUNARI, 2016).

Poucos eventos históricos geraram tantas correntes interpretativas e levantaram tantas hipóteses divergentes como a queda do Império Romano Ocidental. Seria justo atribuir ao já citado Gibbon (2005) uma primeira e muito influente tese: segundo o historiador britânico, o advento do cristianismo seria o principal motivo para a queda do Império. O autor considera que alguns dos princípios básicos do cristianismo antigo, como a igualdade, a misericórdia e a busca da paz, eram totalmente alheios às bases que foram responsáveis pelo surgimento do Império, tais como as guerras de conquista e a expansão territorial realizada até os tempos de Trajano. Ademais, afirma que o envolvimento de diversos imperadores com a nascente Igreja Cristã fez que eles passassem a negligenciar os assuntos candentes da política imperial (GIBBON, 2005).

Outra importante vertente interpretativa para o fim do mundo romano ocidental vem de pesquisadores mais ligados à História Econômica, como o russo Mikhail Rostovtzeff (1870 – 1952), autor da influente obra *História social e econômica do Império Romano* (1926). A principal tese de Rostovtzeff era a de que a expansão territorial e econômica, registrada durante a transição entre República e Império, teria levado ao surgimento de uma classe burguesa que enriquecia às custas da exploração dos camponeses e dos escravos. Durante a crise militar do século III d.C., uma “luta de classes” entre burgueses, de um lado, e camponeses e militares, do outro, teria derrubado o Império, estabelecendo um Estado militar e burocrático sobremodo distinto da organização política estabelecida desde o período de Augusto. Rostovtzeff, ao contrário de Gibbon, enxergava a queda de Roma por um prisma econômico e político.

Por fim, a vertente que tem no italiano Santo Mazzarino (1916-1987) seu maior expoente via as “invasões bárbaras” (especialmente as dos povos germânicos) como a principal causa da queda do Império Romano. Mazzarino e seus pares consideravam que o século IV d.C. assistiu a um autêntico “renascimento” em Roma graças ao advento do cristianismo, e que o Império apresentava até certa prosperidade durante o século V d.C., mas os sucessivos ataques e invasões de outros povos acabaram por destruir a porção sua porção ocidental. Além das causas do declínio do Império, Mazzarino também se distancia de Gibbon e Rostovtzeff por observar algumas continuidades entre o Mundo Antigo e Medieval. A maior delas, segundo o historiador italiano, seria o cristianismo, cujas bases muito deviam à filosofia grega, em especial aquela de inspiração estoica (MAZZARINO, 1991).

A partir das ideias de Mazarino (1991), que publicou seus mais importantes trabalhos nas décadas de 1950 e 1960, os historiadores têm visto a transição entre a Antiguidade e o Medieval, representada pela queda de Roma, mais como um período de continuidades do que de ruptura. Ao contrário das interpretações, antes bastante populares, que viam o Mundo Antigo e Medieval como essencialmente apartados, a historiografia mais recente tem ressaltado as linhas de continuidade entre os dois períodos.

Na esteira de Mazarino, que publicou seus mais importantes trabalhos nas décadas de 1950 e 1960, os historiadores têm visto a transição entre a Antiguidade e o Medieval, representada pela queda de Roma, mais como um período de continuidades do que de ruptura. Ao contrário das interpretações, antes bastante populares, de historiadores como Gibbon e Rostovtzeff que viam o Mundo Antigo e Medieval como essencialmente apartados, a historiografia mais recente tem ressaltado as linhas de continuidade entre os dois períodos.

Um nome de destaque desse movimento é o historiador irlandês Peter Brown, que, em 1976, lançou o livro *O mundo da Antiguidade tardia: de Marco Aurélio a Maomé*. Como o próprio título da obra deixa entrever, a queda do Império Romano (seja ela atribuída à data de 410 d.C. ou 476 a.C.) não era interpretada como o fim do Mundo Antigo e início do Medieval. Ao contrário, essa transição foi muito mais lenta e complexa, podendo remeter desde os tempos de Marco Aurélio e se estender ao advento e expansão do islamismo (MACHADO, 2015).

Outro aspecto interessante que o título da obra de Brown (1976) traz é o destaque de um conceito que vem ganhando força entre os historiadores do Mundo Antigo: *Antiguidade Tardia*. Embora o autor não fosse seu criador – o termo já havia aparecido nos estudos de Arte Antiga realizados pelo historiador alemão Alois Riegel – foi sua obra que acabou por popularizar o conceito. A importância conceitual da ideia de Antiguidade Tardia fica bem explícita nas palavras de Guarinello (2013, p. 162-163):



**Antiguidade Tardia representou uma ampliação notável dos pressupostos e do trabalho morto acumulado pelas gerações anteriores. É uma perspectiva que se apoia menos nos eventos políticos. Privilegia, antes de tudo, as transformações culturais e religiosas. A expansão**

do cristianismo, incentivado pelo Estado romano, a imposição progressiva de um culto monoteísta, a importância crescente da Igreja e do monasticismo representaram uma ampliação da integração cultural que uniu, pela primeira vez, os povos 'bárbaros' além Reno às regiões leste do Império, como a Pérsia e a península arábica. Cultura, troca de bens, migrações de povos se dissociaram por alguns séculos, levando o Mediterrâneo a perder, aos poucos, a centralidade que ocupara no Império anterior.

A citação de Guarinello (2013) sintetiza bem não somente a importância do conceito de Antiguidade Tardia, como aponta para as tendências mais atuais das pesquisas sobre o período. Se até meados do século XX enxergava-se a passagem da Antiguidade ao Medieval como uma era de rupturas drásticas e total desaparecimento dos aspectos políticos, culturais e sociais antigos, atualmente, o conceito de Antiguidade Tardia tende a enfatizar as continuidades entre os dois períodos, ilustradas, por exemplo, pelo cristianismo, que passou a ser a grande força motriz da porção oriental do Império Romano. O Império Bizantino, herdeiro da tradição romana e com a capital em Constantinopla, teve enorme poder e influência durante todo o período Medieval.

Dessa forma, a queda de Roma 476 d.C., com a deposição do último imperador Rômulo Augusto, não pode ser tomada como fim absoluto do período Antigo. A Antiguidade manteve-se com o Império Bizantino, com as cópias dos textos antigos nos califados islâmicos durante a Idade Média, com a recuperação da arte antiga durante o Renascimento e com a importância dos autores da Antiguidade para períodos tão diversos da Modernidade, do Iluminismo até nossos dias. Ainda hoje, mesmo em situações cotidianas, quando usamos expressões como "calcanhar de Aquiles" ou "cavalo de Troia", rememoramos um pedaço da história.



**Pesquise mais**

A arte dos períodos tardios do Império Romano tem sido bastante estudada nas últimas décadas. Se até meados do século XX era comum rotulá-la como uma arte em franco declínio (quando comparada ao modelo clássico da arte grega), hoje em dia, os historiadores da arte têm olhado para esse período de forma mais favorável, destacando, por exemplo, o papel do cristianismo no surgimento de novos temas

e modelos iconográficos originais. O próprio Alois Riegel, foi um dos pioneiros em considerar que a arte da Antiguidade Tardia, bem como as vanguardas artísticas de finais do século XIX e início do XX, que possuíam originalidade justamente por se verem “livres” dos “modelos clássicos” da arte grega (MACHADO, 2015).

Vale a pena pesquisar sobre a Igreja de Dura Europos, encontrada na atual região da Síria, que tem as mais antigas representações de Jesus e dos apóstolos, e o Mausoléu de Gala Placidia, localizado em Ravena, na Itália, que possui a planta em formato de cruz e representações de São Paulo e São Pedro.

Um bom site para encontrar informações a respeito é este:

KHAN ACADEMY. **Early Cristian Art**. [inglês]. Disponível em: <<https://www.khanacademy.org/humanities/medieval-world/earlychristian1/a/early-christian-art>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Em português, outra boa opção é esta: <<https://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-na-antiguidade/arte-paleocrista/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

## Sem medo de errar

Conforme comentamos no enunciado da situação-problema, uma aula rica e bem elaborada sobre a queda do Império Romano poderá abarcar e apresentar as muitas teorias que buscam explicar o declínio do poder de Roma. Da mesma forma, você poderá mostrar como todo o evento histórico de grande impacto, mesmo os mais recentes, apenas podem ser explicados por meio da associação de diversas hipóteses e teorias.

Na tentativa de melhor exemplificar a preparação dessa aula, você poderá incluir algum evento recente que tenha causado impacto e surpresa em boa parte dos brasileiros: a derrota por 7 x 1 frente à Alemanha durante a Copa do Mundo de 2014. Mostre aos seus alunos como há diversas hipóteses que foram criadas para explicar um placar tão elástico: um jogo excepcionalmente bom da Alemanha e ruim do Brasil, os desfalques de importantes jogadores brasileiros para aquela partida, uma preparação mais “séria” da equipe alemã, ou mesmo outras hipóteses mais insondáveis como a de que um “apagão” tomou conta do time brasileiro durante o primeiro tempo.

Mostre a seus alunos como todas essas hipóteses, por mais que

tenham pontos divergentes, são, complementares. Uma derrota tão grande, seguindo o exemplo que estamos utilizando, apenas pode ser explicada pela combinação de todos os fatores elencados.

Da mesma forma, um evento histórico de proporções tão gigantescas como a queda do Império Romano pode ser compreendido apenas pela combinação das hipóteses que buscam explicá-lo, sem que haja hierarquização entre elas. Algumas hipóteses são: o surgimento do cristianismo e a sua importância na mudança dos rumos do Império; a estagnação econômica e as dificuldades administrativas de um Império tão gigantesco quanto o romano; e o enfraquecimento do poder imperial combinado às investidas de povos inimigos.

Dessa maneira, uma aula sobre Antiguidade Tardia e o fim do Império Romano poderá tanto apresentar e discutir as diversas hipóteses envolvendo esse evento histórico, como mostrar a pluralidade de teses que existem para explicar um fato histórico marcante, seja ele qual for.

## Avançando na prática

### A continuidade do Império Romano no oriente

#### Descrição da situação-problema

Ao longo desta unidade, aprendemos sobre diversas características do Baixo Império Romano. Também aprendemos sobre as discussões historiográficas a respeito e, em especial, sobre as continuidades entre o Mundo Antigo e Medieval, que têm sido bastante enfatizadas nas pesquisas recentes sobre a Antiguidade Tardia. Dessa forma, uma aula que tenha como tema a queda do Império Romano Ocidental poderá orientar com a História Medieval, mostrando como determinados aspectos sociais e culturais do Mundo Antigo continuaram durante a Idade Média.

Levando-se em conta os comentários feitos anteriormente, como você poderia preparar uma aula sobre Antiguidade Tardia que enfatizasse algumas das continuidades entre este período e a Idade Média?

#### Resolução da situação-problema

Entre todos os pontos de continuidade entre o período Antigo

e Medieval, a religião cristã ganha destaque tanto por sua trajetória incomum – de culto perseguido à religião oficial – quanto por sua manutenção na porção oriental do Império Romano, que entre vírgulas, passou a ser conhecido com Império Bizantino.

O Império Bizantino tinha sua capital em Constantinopla, cidade que hoje é a moderna Istambul, na Turquia. Constantinopla recebeu esse nome por conta de Constantino, primeiro imperador romano a se converter ao cristianismo. Só com essas informações já é possível traçar algumas continuidades entre o Mundo Antigo e Medieval a partir do caso do Império Bizantino. Ainda, há muitas outras mais.

O auge do poder bizantino deu-se durante os tempos do imperador Justiniano, entre 527 e 556 d.C.. Uma das características mais importantes do Império de Justiniano foi a compilação jurídica conhecida como Corpus Juris Civilis, um compilado de leis que entre seus volumes congregava partes do direito romano desde o período do imperador Adriano (117 d.C. a 138 d.C.), comentários de juristas romanos a essas leis e, também, as disposições jurídicas próprias do período de Justiniano. A partir do código de Justiniano, podemos perceber mais uma continuidade entre a Antiguidade e o Medievo, representada pela manutenção das leis elaboradas durante o período romano.

Apenas uma ressalva deve ser feita quanto à importância da religião cristã no Império Bizantino: naquele império, havia a prática conhecida como Cesaropapismo, isto é, o poder secular do imperador estava acima do poder da Igreja, de modo que o imperador é quem detinha o poder de nomear cargos ecumênicos, entre outras atribuições.

Dessa forma, uma aula sobre a Antiguidade Tardia e o fim do Império Romano também poderá apresentar alguns aspectos da cultura romana, como a religião cristã e as leis que se mantiveram mesmo com a queda da porção ocidental do Império.

## Faça valer a pena

**1.** A criação de conceitos por parte dos historiadores modernos tem por objetivo a compreensão mais crítica de determinados períodos. Com relação à História Antiga, o conceito de Antiguidade Tardia tem recebido bastante atenção por parte da historiografia.

Assinale a alternativa correta a respeito do conceito de Antiguidade Tardia:

- a) Nega a existência do período medieval, advogando em favor de uma passagem direta da Antiguidade à Modernidade.
- b) Advoga em favor do início do período medieval a partir da conversão de Constantino ao cristianismo, no início do século IV d.C.
- c) Advoga em favor do início do período medieval a partir da proclamação de Augusto como o primeiro imperador romano.
- d) Tem por objetivo enfatizar as continuidades entre o período antigo e medieval, mesmo com a queda do Império Romano do Ocidente.
- e) Defende uma drástica ruptura entre Antiguidade e Medieval, representada pela queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C..

**2.** O nome “invasões bárbaras” é dado a uma série de conflitos envolvendo Roma e povos que viviam para além dos limites do Império, em um período que vai do século III d.C ao século V d.C.

Dentre os chamados “povos bárbaros” que atacaram o Império Romano durante o período indicado, podemos destacar:

- a) Os povos da região do Reno e os gregos.
- b) Os povos da região do Reno e os persas sassânidas.
- c) Os povos da região do Reno e os babilônicos.
- d) Os gregos e os persas sassânidas.
- e) Os babilônicos e os sassânidas.

**3.** A história do surgimento e desenvolvimento da religião cristã durante o período do Império Romano é bastante peculiar. Se o culto cristão foi bastante perseguido no princípio, a partir dos tempos do imperador \_\_\_\_\_, primeiro imperador cristão, ele cresceu exponencialmente, a ponto de, em pouco menos de um século, tornar-se a religião oficial do Império.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do

texto-base:

- a) Constantino.
- b) Teodósio.
- c) Diocleciano.
- d) Maxêncio.
- e) Rômulo Augusto.

# Referências

ACHCAR, Francisco. **Lírica e lugar-comum**: alguns temas de Horácio e sua presença em português. São Paulo: Edusp, 1994.

AUGUSTO. Os Feitos do Divino Augusto I. In: AUGUSTO; SUETÔNIO. **A Vida e os Feitos do Divino Augusto**. Tradução de Matheus Trevizam, Paulo Sérgio Vasconcellos e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 127.

CANFORA, Luciano. **Júlio César, o ditador democrático**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

\_\_\_\_\_. **Antiguidade Tardia e o fim do Império Romano no Ocidente**. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.

CARLAN, Claudio; FUNARI, Pedro Paulo; RAMALHO, Jefferson. **Constantino e o triunfo do cristianismo na Antiguidade Tardia**. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.

ECK, Werner. **The age of Augustus**. Malden: Blackwell, 2013.

FARROKH, Kaveh. **Sassanian Elite Cavalry, AD 224 – 642**. Oxford: Osprey Publishing, 2005.

FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. São Paulo: Graal, 1991.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2009.

GARRAFFONI, Renata. **Gladiadores na Roma Antiga**: dos combates às paixões cotidianas. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOLDSWORTHY, Adrian. **Caesar: life of a colossus**. New Haven: Yale University Press, 2006.

GRIMAL, Pierre. **Virgílio ou o segundo nascimento de Roma**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GUARINELLO, Norberto. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

HOYOS, Dexter. **A Companion to the Punic Wars**. Victoria: Blackwell, 2011.

MACHADO, Carlos Augusto. A Antiguidade Tardia, a queda do Império Romano e o debate sobre o "fim do Mundo Antigo". **Revista de História**, Brasil, n. 173, p. 81-114, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105844>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MAZZARINO, Santo. **O fim do Mundo Antigo**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1991.

PETTIT, Paul. **História Antiga**. São Paulo: Difel, 1979.

REZENDE, Antônio; TREVIZAM, Matheus. Introdução. In: AUGUSTO; SUETÔNIO. **A vida e**

**os feitos do Divino Augusto.** Tradução de Matheus Trevizam, Paulo Sérgio Vasconcellos e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

RUFINO, Rafael Augusto Nakayama. **O bimilenário de Augusto na Espanha (1939-1940):** construções discursivas do franquismo sobre a Antiguidade romana. 2013. 125 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000906045>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

SANT'ANNA, Henrique. **História da República Romana.** Petrópolis: Vozes, 2015.

SCHMIDT, Joel. **Júlio César.** Porto Alegre: L&M Pocket, 2007.

VEYNE, Paul. **Quando nosso mundo se tornou cristão – 312-394.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VIRGÍLIO. **Eneida.** Tradução Odorico Mendes. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

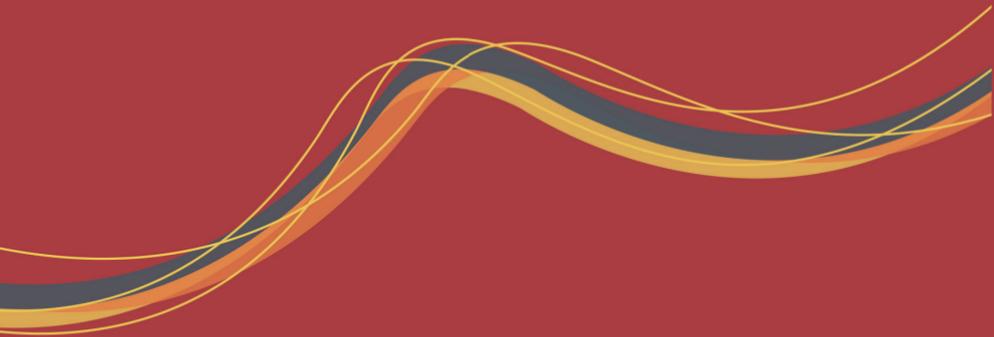




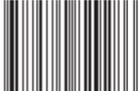








ISBN 978-85-8482-928-6



9 788584 829286 >